

Positividade:
a energia que gera
oportunidades

Relatório Anual
2019

SUMÁRIO

ABERTURA	03
1. Introdução	04
2. Mensagens Institucionais	05
3. Fatos Marcantes	08
INSTITUCIONAL	10
4. O Instituto	11
5. Governança Corporativa	12
6. Gestão de Benefícios	16
7. Gestão Administrativa	19
8. Comunicação	22
9. Relacionamento com o Participante	23
GESTÃO DE INVESTIMENTOS	25
10. Considerações Sobre a Rentabilidade no ano de 2019	26
11. Política de Investimentos	27
12. Alocação de Investimentos	28
13. Serviços de Suporte à Gestão dos Investimentos	34
14. Despesas com a Gestão dos Investimentos	35
15. Informações Gerais	36
16. Considerações Finais	40
RELATÓRIOS CONTÁBEIS	42
17. Demonstrações Contábeis	43
18. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	50
PARECERES	93
19. Relatório do Auditor Independente	94
20. Parecer Atuarial	96
21. Parecer do Conselho Fiscal	102
22. Manifestação do Conselho Deliberativo	103
23. Mensagem Final	104



01

ABERTURA



1. INTRODUÇÃO

Prezado(a) Participante,

O Relatório Anual de Informações 2019 (RAI) é uma ferramenta de prestação de contas aos participantes, assistidos e patrocinadores do Nucleos – Instituto de Seguridade Social. O documento contempla os dados, informações, resultados e acontecimentos que ocorreram no exercício de 2019.

Marcado pelos 40 anos do Instituto, o ano apresentou resultados positivos para seus participantes. O ativo líquido fechou em R\$ 4 bilhões e o superávit acumulado foi de R\$ 277 milhões.

Além dos bons resultados, o Nucleos cumpriu suas metas estabelecidas, como a obtenção do Selo de Autorregulação de Investimentos da Abrapp, Sindapp e ICSS. A entidade também criou um grupo de trabalho para a elaboração do Plano de Contribuição Definida e realizou uma série de visitas às suas patrocinadoras com o objetivo de aproximar o Instituto de seus participantes e dar ainda mais transparência às suas ações.

Vale ressaltar que este relatório atende à Resolução CNPC nº 32, de 4 de dezembro de 2019, e está dividido em cinco grandes capítulos: Abertura, Institucional, Gestão de Investimentos, Relatórios Contábeis e Pareceres, além das mensagens da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo, e das principais realizações em 2019.

O relatório está disponível no site do Nucleos: www.nucleos.com.br. A versão impressa do documento pode ser solicitada por meio dos canais de atendimento do Instituto — como pelo e-mail atendimento@nucleos.com.br e pelo telefone 0800 024 1997 — para ser remetida à casa do participante.

Boa leitura a todos!



2.1. MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Gestão técnica, ética e transparência asseguram mais um ano de superávit

Nos últimos anos, a crescente e irrefreável globalização dos mercados tem provocado não apenas oscilações, mas uma grande imprevisibilidade no cenário econômico e financeiro. Enfrentar e, mais do que isso, superar esse horizonte de ciclos de intermitência, de muitas nuvens, de altos e baixos, de ganhos e perdas, configura-se hoje, sem dúvida alguma, no grande desafio dos fundos de pensão.

E é com grande satisfação que a Diretoria Executiva do Nucleos se dirige aos seus participantes nesta abertura do Relatório Anual de Informações de 2019: a entidade, com o permanente apoio do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e do Comitê Consultivo de Investimentos, desenvolveu diversas ações institucionais para manter consolidada a sua consistente posição de recursos. Com isso, o Instituto encerrou

2019 com uma rentabilidade acumulada de 19,08%, que representa quase o dobro da meta atuarial de 10,15%.

De fato, grande parte dos riscos associados durante o ano não se materializaram, em especial a temida recessão global e o aperto monetário, que teve seu início no final de 2018. Assim como no exercício anterior, a superação da meta atuarial deveu-se em grande medida aos bons resultados obtidos nos investimentos no segmento de renda fixa, através dos títulos públicos indexados à inflação, e no segmento de renda variável, por meio do mercado acionário.

O ativo líquido do Nucleos fechou 2019 em R\$ 4 bilhões e o superávit acumulado foi de R\$ 277 milhões. Dois movimentos importantes, ambos resultados de decisões de macroalocação, foram determinantes para

Luiz Claudio Levy Cardoso
Diretor Financeiro



Armindo D'Ascenção Silva
Presidente



Paulo Sérgio Poggian
Diretor de Benefícios





a excelente performance obtida no ano passado: aumento na exposição em títulos públicos indexados à inflação ainda no final de 2018 e aumento na exposição no mercado acionário.

Como reflexo dos números acima, firmamos, uma vez mais, a imagem do Nucleos de uma entidade de reconhecida capacidade institucional pelo setor de previdência complementar: o Instituto estava classificado na 42ª posição no ranking entre 256 fundos de pensão em termos de investimentos, conforme consta da Revista de Previdência Complementar de janeiro/fevereiro de 2020, com base em dados de outubro/2019; e na 8ª posição entre os dez maiores planos por superávit técnico acumulado (aqui, usando como fonte o balançete da Previc em junho de 2019), conforme publicação no relatório "Panorama das Estatais", do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Tudo isso só foi possível porque, de um lado, todos os colaboradores do Instituto se empenharam, com técnica e notória experiência, em suas funções e responsabilidades. Hoje, podemos reafirmar que o Nucleos vem cumprindo sua missão institucional de assegurar a proteção previdenciária aos participantes e seus beneficiários mediante a adoção das boas práticas de governança corporativa, de modo a zelar pela perenidade da entidade.

De outro lado, todas as unidades organizacionais do Nucleos executaram os seus

processos de gestão, sempre visando à melhoria do desempenho e à efetivação da excelência institucional. Concretiza-se, assim, o nosso compromisso — dos membros da Diretoria Executiva — em conduzir a administração do Nucleos com equidade, seriedade, ética, prestação de contas e total transparência.

Não vamos ser cansativos mencionando as principais realizações do Nucleos no exercício de 2019 — elas estão elencadas e descritas no capítulo "Fatos Marcantes" (na página 08). Contudo, ressaltamos a complexidade que é a gestão de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), essencialmente técnica nas áreas de investimento, administração, finanças, benefícios, tecnologia da informação, jurídica e relacionamento com os participantes, cuja segurança, no trato das informações, é fator crítico e primordial.

Para 2020, a princípio, o cenário externo — como mencionado de início — sempre pontuado por oscilações e episódios erráticos, exigirá da equipe do Nucleos atenção e técnica redobradas.

Seja como for, a Diretoria Executiva reforça aqui o seu compromisso com cada um de seus participantes e de suas patrocinadoras, e agradece a todos eles a confiança depositada no corpo funcional da nossa entidade.

Uma boa leitura!

A Diretoria Executiva





2.2. MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO

Trabalho sério, com protagonismo e responsabilidade

Órgão máximo da estrutura organizacional do Nucleos, o Conselho Deliberativo (CD) contribuiu para que, ao longo do exercício de 2019, o Instituto mantivesse em curso a sua política geral de administração e de seus planos de benefícios em conformidade ao definido no Capítulo VI do Estatuto da entidade. Com total independência de votos, opiniões e pareceres, os membros do CD orientaram e apoiaram as ações e decisões do Instituto que marcaram um ano exitoso, como provam os números do balanço: diante da meta atuarial de 10,15%, atingimos uma rentabilidade acumulada de 19,08%, resultando em um superávit acumulado de R\$ 277 milhões.

Não é pouco. Tal resultado coloca o Nucleos entre os Fundos de Pensão com melhor resultado no ano, o que reflete a qualidade técnica e a transparência que têm marcado, nos últimos anos, mas especialmente em 2019, a gestão do Nucleos. Destaca-se, nesse sentido, a qualidade técnica, dedicação e comprometimento da equipe do Instituto.

2019 foi um ano de avanços na economia brasileira, que fez com que, diante da qualidade técnica dos gestores externos de nossa carteira de investimentos, os resultados fossem alcançados, sempre sob o olhar atento da Diretoria Executiva, do Comitê Consultivo de Investimentos e do próprio Conselho Deliberativo.

Evidencia-se aí a assertividade da estratégia do Instituto de trabalhar os investimentos com uma

visão de longo prazo para os retornos dos ativos, de forma a atender à formação de poupança dos nossos participantes ativos e garantir o pagamento de benefícios dos assistidos.

Procuramos adotar ao longo do ano uma participação com protagonismo em matérias das mais diversas origens: a revisão do Regulamento do Plano Básico de Benefícios; a elaboração do Regulamento dos novos Planos de Contribuição Definida a serem oferecidos a todos os que não aderiram ao PBB; as eleições dos três novos membros do nosso conselho e do diretor de Benefícios; ao acompanhamento das auditorias das Patrocinadoras; do Bureau Veritas Certification Brasil para manutenção da certificação em Gestão da Qualidade NBR ISO 9001:2015; a atualização da Política de Investimentos e a conquista do Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos da Abrapp, Sindapp e ICSS; a adequação do Estatuto do Nucleos. Isso, sem falar na comemoração dos 40 anos da entidade — um marco, sem dúvida alguma, a ser lembrado e celebrado.

Nada disso seria possível sem o apoio das empresas Patrocinadoras e dos Participantes e Assistidos, a quem não podemos deixar de agradecer e para os quais trabalhamos arduamente.

É com esse espírito e determinação e na promessa de continuidade de um trabalho transparente e responsável, que apresentamos a presente mensagem.





3. FATOS MARCANTES

3.1. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES EM 2019

Janeiro 2019

- 1) Foi criado um Grupo de Trabalho com colaboradores do Núcleos e representantes das patrocinadoras INB, Eletronuclear e Nuclep para o Plano de Contribuição Definida – CD
- 2) Novo formato do Nuclin Express Online



Abril 2019

- 1) Edital das Eleição para escolha de 3 conselheiros deliberativos e respectivos suplentes e do Diretor de Benefícios é publicado



Maio 2019

- 1) Início do Processo Eleitoral para escolha dos 3 conselheiros deliberativos e respectivos suplentes e do Diretor de Benefícios
- 2) Início da votação do processo eleitoral



Junho 2019

- 1) Candidatos ao Conselho Deliberativo e Diretor de Benefícios lançam suas candidaturas eletrônicas



Julho 2019

- 1) Núcleos passou com êxito pela auditoria do Bureau Veritas Certification Brasil (BVC) para manutenção da certificação em Gestão da Qualidade NBR ISO 9001:2015
- 2) Resultado da Eleição é divulgado
- 3) Núcleos adere ao Programa Jovem Aprendiz e passa a ter um jovem aprendiz em seu corpo funcional





Agosto 2019

- 1) Os eleitos ao Conselho Deliberativo e indicados ao Conselho Fiscal assinam Termo de Posse na sede do Instituto no Rio de Janeiro
- 2) Entrega do Relatório Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) pelo Grupo de Trabalho formado pelos colaboradores do Nucleos, que tinha como objetivo analisar os impactos da LGPD e normas correlatas nas atividades realizadas pelo Instituto.



Setembro 2019

- 1) Nucleos conquista selo de Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos da Abrapp, Sindapp e ICSS
- 2) Nucleos completa 40 anos com Missa de Celebração



Outubro 2019

- 1) Alteração no Estatuto do Nucleos
- 2) Nucleos promove palestra Outubro Rosa para suas colaboradoras



Novembro 2019

- 1) Nucleos promove palestra Novembro Azul para seus colaboradores



Dezembro 2019

- 1) Nucleos supera a meta atuarial de 2019 e o ativo líquido fecha o ano com R\$ 4 bilhões



02

INSTITUCIONAL



4. O INSTITUTO

Fundado em 1979, o Nucleos – Instituto de Seguridade Social foi instituído para ser o fundo de pensão do setor nuclear do País, englobando todos os funcionários da Nuclebrás e de suas subsidiárias, e com um plano único de Benefício Definido e solidário entre os participantes e as patrocinadoras, Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB e Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep, além do próprio Nucleos. Desde a sua fundação, o Nucleos é mantido por contribuições mensais das empresas patrocinadoras e de seus empregados.

São três as esferas estatutárias responsáveis pela deliberação, administração e fiscalização do Instituto: o Conselho Deliberativo, órgão máximo da estrutura organizacional, é responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios; o Conselho Fiscal, órgão de controle interno do Instituto, que zela pela sua gestão econômico-financeira; e a Diretoria Executiva, que é o órgão responsável pela administração do Nucleos, em conformidade com a política de administração traçada pelo Conselho Deliberativo.

O Comitê Consultivo de Investimentos é um órgão não estuário de grande importância para a entidade; ele se constitui em uma instância consultiva do Conselho Deliberativo do Nucleos, tendo como objetivo recomendar diretrizes a serem observadas na Política de Investimentos e nas aplicações financeiras do Nucleos.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

5.1. ORGANOGRAMA



Legenda

- Órgãos Máximos, de Controle e de Administração
- Diretoria Executiva
- Instância Consultiva
- Assessorias
- Gerências
- ★ Órgão Estatutário
- Sem Subordinação Hierárquica

CORPO FUNCIONAL
Diretores – 03
Gestores – 07
Analistas, Assistentes e Auxiliares – 27
Estagiários – 02
Jovem Aprendiz – 01
Total do Corpo Funcional – 40

CONSELHO DELIBERATIVO

CONSELHO DELIBERATIVO – 6 MEMBROS	
TITULARES	SUPLENTES
Ricardo César Quintella Lioy – Presidente Eletronuclear	David Espinha Ferreira da Costa Eletronuclear
Pedro Francisco Dias Calheiros Boite INB	Samira Aparecida de Sena Osório INB
Diego Cunha Brum Nuclep	Everaldo Guedes Reis Nuclep
Eduardo Zaroni INB – Representante eleito pelos participantes	Paulo Cesar Chispim INB- Representante eleito pelos participantes
Rosângela Vieira Paes da Silva Nuclep – Representante eleita pelos participantes	Luiz Gustavo Guardio da Silva Nuclep- Representante eleito pelos participantes
Fernando Cesar Braz Teixeira INB – Representante eleito pelos participantes	Daniel Werderits Britz INB – Representante eleito pelos participantes

CONSELHO FISCAL

CONSELHO FISCAL – 4 MEMBROS	
TITULARES	SUPLENTES
Marcella Ferreira Aires de Souza – Presidente Nuclep – Representante eleita pelos participantes	Elen Fabiana Viana Rodrigues INB – Representante eleita pelos participantes
Diego Luis Portal Peres INB – Representante eleito pelos participantes	
Thiago Almeida Ferreira INB	Claudio Henrique de Souza INB

COMITÊ CONSULTIVO DE INVESTIMENTOS

COMITÊ CONS. DE INVESTIMENTOS – 6 MEMBROS	
Nelson Ramos Nogueira Filho Coordenador/INB	Pedro Francisco Dias Calheiros Boite INB
Gilmax de Oliveira Araújo Nuclep	Luiz Claudio Levy Cardoso
Daniel Bueno Barciela Tojeiro Eletronuclear	Ruy Costa Ferreira Filho Secretário



5.2. CERTIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE

Administrar um fundo de pensão é uma tarefa que requer a especialização dos seus administradores: a Resolução CGPC nº 13, de 2004, exige que os gestores tenham “competência técnica e gerencial compatível com a exigência legal e estatutária e com a complexidade das funções exercidas, em todos os níveis da administração da EFPC, mantendo-se os conselheiros, diretores e empregados permanentemente atualizados em todas as matérias pertinentes às suas responsabilidades”.

Todos os gestores, diretores e conselheiros do Núcleos são devidamente certificados e sua equipe tem reconhecida qualificação técnica. A implantação de um programa de certificação dos dirigentes, além de alinhar-

-se com as melhores práticas de gestão, criou um novo paradigma de excelência técnica e gerencial dos fundos de pensão brasileiros, ao qual o Instituto já aderiu.

A certificação, além de ser uma obrigação legal, é um importante instrumento de qualificação dos profissionais das entidades de Previdência Complementar. Os procedimentos para a certificação e habilitação dos dirigentes das entidades fechadas de previdência estão determinadas pela Resolução CNPC nº 19, de 2015, e pela Instrução Previc nº 13, de 2019. A entidade investe no reconhecimento da qualificação técnica de seus profissionais e de todos os conselheiros.

O Instituto prima pela qualidade de seus serviços e participa das principais comissões da Abrapp – fontes relevantes de inovação e debates do setor. São elas:

EQUIPE NUCLEOS	COMISSÃO TÉCNICA - ABRAPP
Andreia Simões Lemos Alegre	Regional Sudeste – Assuntos jurídicos
Fernando Martins Santos	Regional Sudeste – Contabilidade
Kenia Merheb Diniz	Regional Sudeste – Estratégias e Criação de Valor
Ítalo Jose da Silva	Regional Sudeste – Planos Previdenciários
Ruy Costa Ferreira Filho	Regional Sudeste – Investimentos

5.3. GESTÃO DA QUALIDADE

O Núcleos obteve sua primeira certificação em 2006 com a empresa certificadora Bureau Veritas Certification (BVC) e se recertificou nos anos de 2009, 2012, 2015 e em 2018 na versão ISO 9001:2015.

Assim como o Sistema de Gestão da Qualidade evoluiu nestes anos em que o Núcleos se certificou, passando da ISO 9001:2000 para a ISO 9001:2008, e em 2018, para a ISO 9001:2015, o Instituto também evoluiu.

Passou da padronização inicial das atividades, da melhoria dos processos e da gestão dos resultados para o foco estratégico, garantindo, com isso, uma visão estratégica do negócio. Em todas as fases, a disseminação da cultura da qualidade no ambiente interno foi fundamental.

Todas essas etapas podem ser traduzidas em um melhor atendimento aos participantes e assistidos, na criação de um ambiente interno com envolvimento de todos os colaboradores, na redução do retrabalho e desperdício de tempo. Além disso, ao identificar, entender e gerenciar os processos inter-relacionados, pode-se contribuir com a eficácia e eficiência do Instituto.

A preocupação básica do Nucleos é a melhoria contínua e a mitigação dos riscos envolvidos no negócio com agregação de valor na escolha dos parceiros externos. A cultura, o envolvimento dos colaboradores e a busca por melhores ferramentas e formas de trabalhar proporcionam flexibilidade e facilidade para que a entidade possa adaptar seus processos às mudanças normativas, financeiras e políticas.

A Gestão da Qualidade conta com representantes de cada área do Instituto e a participação dos gestores e da Diretoria Executiva. Esse engajamento é fundamental, pois garante a melhora constante do sistema de gestão da qualidade, além de proporcionar uma melhor distribuição das informações e facilitar a solução de problemas das áreas, uma vez que cada um passa a enxergar a entidade como um

todo, e não como uma parte.

5.4. AUDITORIAS

5.4.1. PATROCINADORAS

A auditoria conjunta das patrocinadoras Eletronuclear, INB e Nuclep foi efetuada entre os meses de julho e outubro de 2019.

5.4.2. AUDITORIA DE GESTÃO DA QUALIDADE

A auditoria de gestão da qualidade é feita anualmente pela certificadora Bureau Veritas Certification – BVC e, semestralmente, por profissionais de auditoria da qualidade.

A BVC, nas fases de certificação e recertificação (a cada três anos), audita todos os processos do Nucleos e, nas fases de manutenção da certificação (anualmente), audita amostras significativas do sistema de gestão. Por sua vez, a auditoria feita por profissionais de auditoria da qualidade avalia todos os processos do Instituto em duas auditorias por ano, atendendo à exigência da norma e preparando a entidade para as auditorias anuais feitas pelo organismo certificador.

5.4.3. BENEFÍCIOS E JOIA

É realizada auditoria em todos os cálculos da joia dos participantes que aderem ao PBB e nos benefícios concedidos aos participantes. Essa auditoria é realizada por empresa externa.



6. GESTÃO DE BENEFÍCIOS

6.1. INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE O PBB

O Plano Básico de Benefícios - PBB (CNPB nº 1979.0022-74) administrado pelo Nucleos é um plano na modalidade de benefício definido e tem como empresas

patrocinadoras a Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear, a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - Nuclep, as Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB e o próprio Instituto. Na definição dos custos é considerada a solidariedade entre todas as empresas.

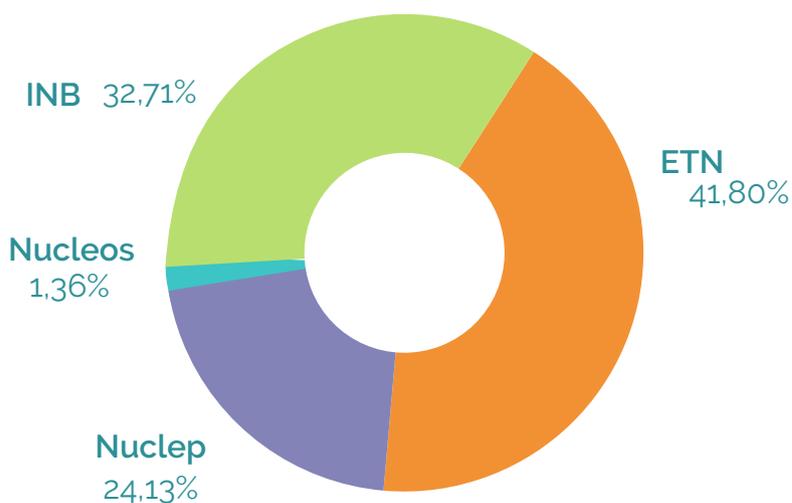
6.1.1. PARTICIPANTES ATIVOS

No encerramento do exercício de 2019, o Nucleos contava com 2.947 participantes ativos, como demonstra o quadro abaixo (distribuição dos participantes ativos por patrocinadora e com a variação percentual em relação ao ano anterior):

PATROCINADORA	2018	2019	VARIÇÃO ANUAL
INB	1.081	964	-10,82%
ETN	1.264	1.232	-2,53%
Nuclep	822	711	-13,50%
Nucleos	39	40	2,56%
Total	3.206	2.947	-8,08%

Observação: Do total de 2.947 participantes em 2019, 21 são autopatrocinados (ex-funcionários que optaram por manter o vínculo com o Nucleos), assumindo, além do pagamento de sua própria contribuição, aquela que seria de responsabilidade da patrocinadora, e 3 participantes estão aguardando o Benefício Proporcional Diferido.

DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES POR PATROCINADORA



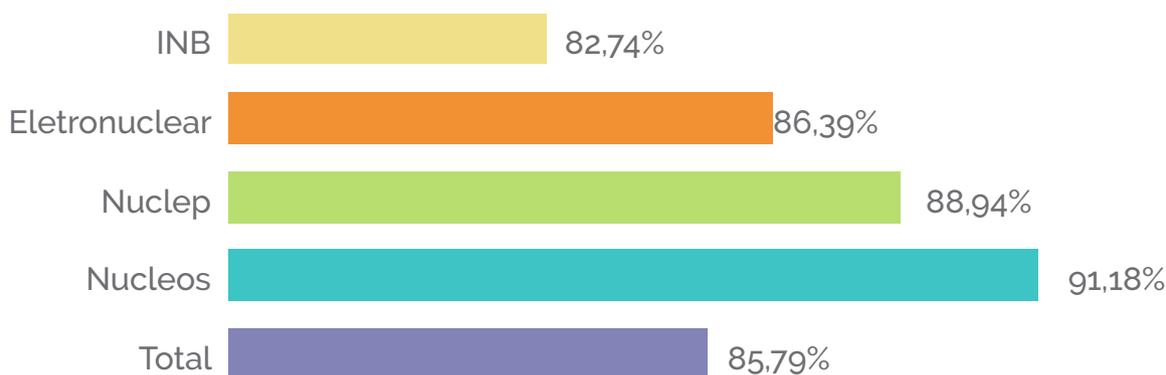
6.1.2. RELAÇÃO PARTICIPANTES/EMPREGADOS

O percentual de adesão dos funcionários das patrocinadoras ao Plano Básico de Benefícios até dezembro de 2019 foi o seguinte:

PATROCINADORA	PARTICIPANTES	EMPREGADOS	ADESÃO
INB	959	1.159	82,74%
ELETRONUCLEAR	1.225	1.418	86,39%
NUCLEP	708	796	88,94%
NUCLEOS	31	34	91,18%
Total	2.923	3.407	85,79%

Observação: Na coluna "Participantes" foram desconsiderados os 21 autopatrocinados (ex-funcionários que optaram por manter o vínculo com o Nucleos), assumindo, além do pagamento de sua própria contribuição, aquela que seria de responsabilidade da patrocinadora, e 3 participantes que estão aguardando o Benefício Proporcional Diferido.

PERCENTUAL DE ADESÃO AO PLANO

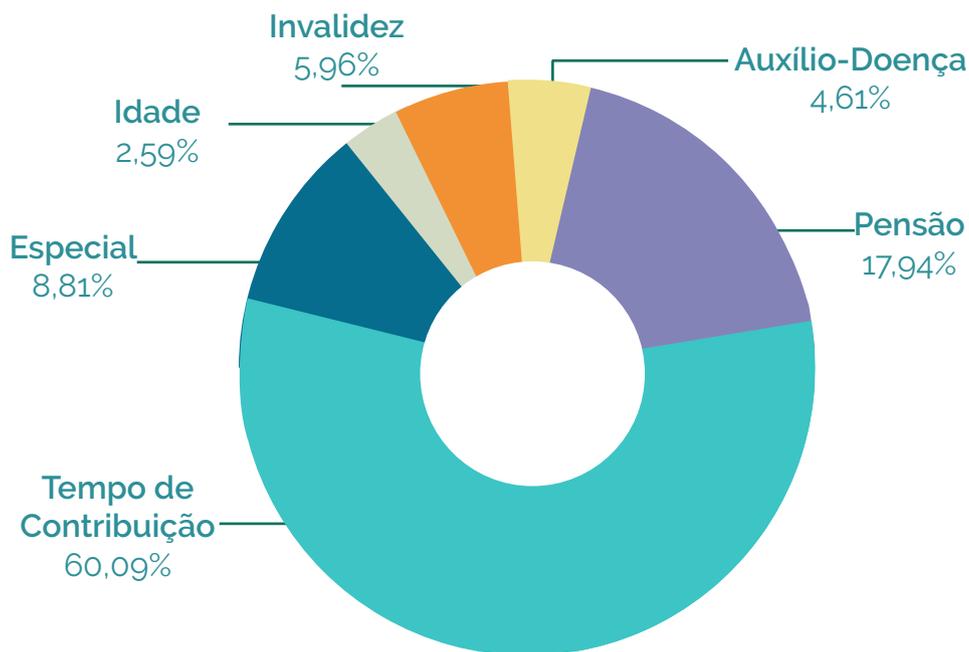


6.1.3. ASSISTIDOS

Em 31 de dezembro de 2019, o número de benefícios pagos atingiu a posição de 1.929, o que significa um aumento de 14,55% em relação ao ano anterior.

TIPO DE BENEFÍCIO	2018	2019	VARIAÇÃO ANUAL
Tempo de Contribuição	955	1159	21,36%
Especial	137	170	24,09%
Idade	46	50	8,70%
Invalidez	106	115	8,49%
Auxílio-Doença	101	89	-11,88%
Pensão	339	346	2,06%
Total	1.684	1.929	14,55%

DISTRIBUIÇÃO DE ASSISTIDOS POR TIPO DE BENEFÍCIOS



6.2. AVALIAÇÃO ATUARIAL

A avaliação atuarial é o dimensionamento do volume de recursos necessários (contribuições) para o financiamento do compromisso (provisões) firmado entre a entidade (Nucleos) e o participante através do regulamento.

Em síntese, a avaliação atuarial consiste em calcular, de acordo com as premissas atuariais e o método de financiamento estabelecido em nota técnica atuarial, o valor atual necessário para a garantia dos benefícios prometidos de acordo com o regulamento do Plano Básico de Benefícios.

A avaliação atuarial anual de 2019 foi realizada pela empresa de assessoria externa responsável pelos cálculos atuariais do Plano Básico de Benefícios administrado pelo Nucleos, a Mirador Atuarial, de acordo com

a metodologia determinada em nota técnica atuarial e em consonância com as Leis Complementares n.ºs 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001. Os dados cadastrais dos participantes foram fornecidos pelo Nucleos na data-base de 30 de junho de 2019. Com base nesta avaliação atuarial, foi apurado o plano de custeio para vigorar no período de 01/04/2020 a 31/03/2021.

A íntegra do parecer atuarial elaborado pela Mirador Atuarial encontra-se disponível neste Relatório Anual.

Mensalmente será verificada a equivalência entre os valores de contribuição normal efetivamente aportados pelos participantes e patrocinadores, procedendo-se aos ajustes financeiros necessários, de forma que a paridade contributiva seja observada.

7.1. POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO

O Nucleos trabalha para promover uma administração competente, que tenha como pilares para a gestão e a prestação de contas os interesses de seus públicos de relacionamento e as regras impostas pela legislação. A prioridade é a satisfação dos interesses dos participantes, assistidos e patrocinadoras.

A atual administração do Nucleos tem plena consciência de que sua atuação é de fundamental importância, sendo decisiva para minimizar, sensivelmente, os possíveis prejuízos decorrentes do risco inerente à gestão do patrimônio. O esforço, permanente, tem como foco a garantia do cumprimento das obrigações assumidas pela entidade.

O objetivo principal da estrutura, políticas, práticas e instrumentos de governança corporativa da entidade é garantir a confiabilidade, manter a gestão sempre transparente aos participantes, patrocinadoras, colaboradores e demais públicos, direta e indiretamente impactados pela atuação de seus gestores.

Além de estrutura organizacional e ações com alto nível de aderência às melhores práticas, a página na internet do Instituto (www.nucleos.com.br) oferece acesso integral a um conjunto de documentos fundamentais para que participantes e demais públicos estratégicos conheçam em detalhes suas diretrizes de gestão:

- Estatuto do Nucleos
- Relatório Anual
- Código de Conduta Ética
- Regulamento do Plano de Básico de Benefícios
- Coletânea de Normas

- Manual de Governança Corporativa
- Demonstrações Atuariais
- Demonstrações Contábeis
- Comunicados
- Informativos
- Políticas de Investimentos
- Manual de Investimentos
- Acompanhamento das Políticas de Investimentos
- Participação em Assembleias
- Estatísticas do Atendimento

Com isso, o Nucleos está sempre à procura de assegurar o bem-estar de seus participantes e familiares, agora e no futuro, promovendo uma administração transparente e eficiente dos recursos dos seus planos de benefícios.

7.2. CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA

O Código de Conduta Ética do Nucleos é o conjunto ideal de normas de comportamento e de valores éticos compartilhados pelos integrantes dos órgãos estatutários, colegiados, dirigentes e funcionários do Instituto, e objetiva que o planejamento e execução das suas ações se deem não apenas de acordo com as normas legais, mas também com a ética e a moral que regem o dia a dia das pessoas e das instituições.

Alinhado com a cultura corporativa da entidade, o Código de Conduta Ética do Nucleos foi atualizado no exercício de 2017 e está disponível para consulta no site www.nucleos.com.br. É dever de todos os profissionais da entidade conhecê-lo e compartilhá-lo.

7.3. SISTEMA CORPORATIVO – GESTÃO DE RISCOS

O Instituto trabalha para fortalecer e ma-



ximizar seus padrões de segurança com o objetivo de proteger seus negócios com eficácia e prudência, além de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos seus planos de benefícios. Persistindo no objetivo de aprimorar seus sistemas corporativos, o Nucleos intensificou as medidas para consolidar sua gestão integrada, o que garante transparência, rapidez e confiabilidade nas suas ações e informações. Por isso, monitora constantemente os riscos aos quais está exposto, de acordo com as melhores práticas do mercado e em linha com as recomendações de "supervisão baseada em risco" da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

O gerenciamento de riscos insere-se no compromisso do Nucleos com a criação e preservação de valor aos seus participantes e assistidos, atuando de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos para seu ambiente interno e externo de atuação. Essa gestão deve auxiliar os tomadores de decisão a fazer escolhas conscientes, priorizar ações e distinguir entre formas alternativas de atuação.

As ações de resposta ao risco devem considerar as possíveis consequências de longo prazo para o Nucleos e devem ser priorizadas de acordo com a agregação ou preservação de valor aos participantes e assistidos, sempre em linha com a perpetuidade do Instituto.

7.3.1. MATRIZ DE RISCOS

O Nucleos possui uma Matriz de Riscos que compreende seus principais riscos corporativos, baseados na sua probabilidade de ocorrência e na magnitude do seu impacto nos negócios do Instituto. Esta Matriz

tem seus riscos revisados anualmente e as melhorias são implementadas através dos planos de ação.

A metodologia empregada é o RCSA – Risk and Control Self Assessment, de tal forma que os resultados refletem as percepções dos colaboradores do Instituto em relação aos riscos e controles.

A implementação do processo de gestão de riscos e controles utiliza a arquitetura elaborada pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO, e alguns dos componentes dessa estrutura contemplam a identificação, mensuração e o tratamento dos riscos dos processos de uma entidade.

O COSO Enterprise Risk Management – Integrated Framework, em seu item 5, valida a metodologia qualitativa e a ferramenta de autoavaliação (impacto e frequência) de riscos e controles.

Vale destacar que a metodologia utilizada está alinhada com a ISO 31000:2009, norma internacional que tem como objetivo fornecer princípios e diretrizes abrangentes para auxiliar as organizações em suas análises e avaliações de riscos, e com a ISO 9001:2015, que entre suas principais mudanças é o estabelecimento de uma abordagem sistemática do risco.

Além disso, aplicamos o método ACBP© – Avaliação de Controles Baseada em Padrões©, por meio do qual é oferecido um conjunto de requisitos como base para a avaliação dos níveis de controle. Ao determinar um nível de padrão baseado em um conjunto de melhores práticas, o método ACBP© propicia ao Nucleos a oportunidade de comparar suas práticas de controle com padrões de mercado, identificando pontos de melhoria.



7.3.1.1. MAPEAMENTO DOS PROCESSOS

O Núcleo utiliza o mapeamento de processos como uma ferramenta gerencial que tem como objetivo identificar as informações, o fluxo, as partes envolvidas, capacidades, competências e recursos para atender todos os componentes necessários, fazendo com que todas as atividades do Instituto saiam conforme o planejado, com poucas alterações e sem problemas. A importância de mapear e controlar os processos da entidade é, portanto, indiscutível. Através dessa técnica amadurecemos os negócios da entidade e encontramos caminhos para a evolução da organização e de sua gestão. Utilizamos a análise que o mapeamento promove para identificar problemas, priorizar os mais urgentes e entender a razão de estarem acontecendo.

Esta técnica adotada pelo Núcleo proporcionou a participação de todos os colaboradores na revisão, reestruturação e redesenho dos processos do Instituto, tendo como eixo o alinhamento entre estratégia, processos, pessoas e tecnologia e de forma substantiva a ampliação das boas práticas existentes e

necessárias para um fundo de pensão. Através da Comissão do Sistema de Gestão de Qualidade do Núcleo, composta pelo gestor e por um representante de cada área do Instituto, são avaliados e revisados permanentemente todos os processos da entidade visando adequá-los às novas metas e desafios estabelecidos.

A experiência no mapeamento dos processos também facilitou a padronização das percepções sobre a avaliação de riscos e controles internos, bem como um maior conhecimento e integração dos colaboradores nas diversas atividades e ações do Instituto. Isto é, identificam-se oportunidades de melhorias importantes, deixando o Núcleo no caminho do aperfeiçoamento constante.

7.4. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas com a administração do Plano Básico de Benefícios no exercício de 2019, registradas no Plano de Gestão Administrativa – PGA, totalizaram R\$ 17.042 mil (Em 2018 – R\$ 16.276 mil). O detalhamento das despesas administrativas é apresentado no quadro a seguir:

Em milhares de Reais

Descrição	Exercício de 2019				Exercício de 2018
	Administração Previdencial	Administração dos Investimentos	Total das Despesas Administrativas	% em relação ao total das despesas	Total das Despesas Administrativas
Despesas Administrativas (PGA)	9.115	7.927	17.042	100,00	16.276
Pessoal e encargos	6.009	5.329	11.338	66,53	10.669
Conselheiros	233	207	440	2,58	432
Dirigentes	1.386	1.228	2.614	15,34	2.497
Pessoal próprio	4.336	3.846	8.182	48,01	7.637
Estagiários	54	48	102	0,60	103
Treinamentos, congressos e seminários	68	61	129	0,76	197
Viagens e estadias	67	59	126	0,74	126

continua na página seguinte

continuação da página anterior

Descrição	Exercício de 2019				Exercício de 2018
	Administração Previdencial	Administração dos Investimentos	Total das Despesas Administrativas	% em relação ao total das despesas	Total das Despesas Administrativas
Serviços de terceiros	1.539	1.208	2.747	16,12	2.724
Informática	645	571	1.216	7,14	1.287
Consultoria jurídica	170	150	320	1,88	261
Consultoria atuarial	280	-	280	1,64	220
Pessoal terceirizado	113	100	213	1,25	219
Consultoria em investimentos	-	182	182	1,07	175
Comunicação (assessoria/consultoria)	77	68	145	0,85	163
Auditoria contábil	73	64	137	0,80	130
Auditoria de benefícios e joia	100	-	100	0,59	68
Controles internos (assessoria/consultoria)	36	32	68	0,40	80
Recursos humanos (assessoria/consultoria)	21	19	40	0,23	57
Demais serviços de terceiros	24	22	46	0,27	64
Despesas gerais	718	637	1.355	7,95	1.373
Aluguel (imóvel sede - uso próprio)	253	225	478	2,80	541
Condomínio e taxas	117	103	220	1,29	234
Contribuições a associações/sindicatos	46	41	87	0,51	82
Serviços gráficos e de impressão/cópias	41	36	77	0,45	81
Telefone	38	34	72	0,42	77
Correios (serviços postais)	38	34	72	0,42	64
Material de consumo	36	31	67	0,39	81
Seguros	35	31	66	0,39	65
Energia elétrica	31	27	58	0,34	59
Despesas de cartório	20	18	38	0,22	12
Manutenção de instalações	5	5	10	0,06	11
Demais despesas gerais	58	52	110	0,66	66
Depreciação e amortização	123	110	233	1,36	101
Tributos	591	523	1.114	6,54	1.086
PIS e Cofins	444	393	837	4,91	814
TAFIC - Taxa de fiscalização e controle (Previc)	127	113	240	1,41	240
Imposto predial - IPTU	19	17	36	0,21	31
Demais tributos	1	-	1	0,01	1

As despesas administrativas em 2019 representam 0,47% dos recursos garantidores do PBB (em 2018 - 0,51%) e 0,42% do ativo total do Instituto (em 2018 - 0,45%), no final do exercício.

O limite para a transferência de recursos

para o custeio administrativo da entidade é de 1% dos recursos garantidores do PBB.

8. COMUNICAÇÃO

A comunicação é vital em um modelo de governança moderno. As estratégias desta

área da instituição buscam aprimorar o relacionamento e aproximar cada vez mais os participantes do Instituto.

Todos os veículos de comunicação (site, portal Saber e Poupar, informativos eletrônicos/Nuclin Express e comunicados) foram desenvolvidos de forma a manter o participante sempre bem informado — o que contribui para o fortalecimento dos vínculos de confiança e reforça o compromisso do Nucleos de atender com eficácia as necessidades dos seus públicos de relacionamento. A busca pela linguagem mais clara, simples e direta é a principal preocupação do Instituto.

Pelo dever de informar tudo o que acontece dentro do Instituto e no setor, as publicações levantaram os principais assuntos discutidos no referido ano na esfera dos fundos de pensão, na área econômica e do próprio Nucleos. Dentre as publicações destaca-se a criação do Nuclin Express – Edição Especial/“Raio-X do Nucleos”, um resumo dos números da entidade buscando utilizar sempre uma linguagem simples, direta e de fácil compreensão.

As ações de comunicação têm como objetivo proporcionar aos participantes — ativos e assistidos, dirigentes das patrocinadoras, membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, governo e demais públicos de interesse mapeados em nossa matriz — condições de acompanhar, com transparência e equidade, a gestão da entidade e seu plano.

A comunicação contribui para o fortalecimento das relações. Por meio dela, constroem-se vínculos. Informação relevante e com veracidade, transparência e tempestividade são orientadores estratégicos de comunicação no Nucleos.

Ressaltamos aqui a importância de que cada participante mantenha o seu e-mail atualizado no cadastro. Só assim é possível garantir

que as mensagens cheguem aos endereços eletrônicos de todos os participantes que possuem e-mail no cadastro do Instituto.

8.1. COMUNICAÇÃO EM NÚMEROS

- **18** edições do Nuclin Express
- **4** edições do Nuclin Express Raio-X
 - Edição Especial
- Relatório Anual 2018
- **83.959** visualizações de página no site
- **31** notícias no site
- **15** comunicados
- **14** comunicados da Eleição - Diretoria de Benefícios e Conselho Deliberativo
- **14** palestras e apresentações da Diretoria Executiva nas patrocinadoras



9. RELACIONAMENTO COM O PARTICIPANTE

O Nucleos acredita que manter um relacionamento cada vez mais próximo e transparente é essencial para aumentar a satisfação dos participantes, assistidos e patrocinadoras. Por isso, a entidade disponibiliza diversos canais de relacionamento que buscam manter seus públicos sempre bem informados e atender com eficiência todos os contatos recebidos diariamente.

O atendimento requer uma série de ações que vão além da cordialidade, simpatia ou presteza nas informações, aliás, práticas que são inerentes a esse serviço. Por não entregar um bem tangível, um dos fatores imprescindíveis neste contexto é a confiança do participante não apenas nos serviços ou produtos, mas também nos profissionais e, principalmente, na entidade.

9.1. CANAIS DE ATENDIMENTO

Para atender plenamente o participante com eficiência e qualidade, o Nucleos disponibiliza vários canais de atendimento. São eles:



CORRESPONDÊNCIA

Carta, fax e telegrama são utilizados para o envio de correspondência e documentos de interesse dos participantes.

Endereço: Av. República do Chile, 230
15º andar – Ala Sul, Centro – RJ
CEP: 20031-919

ELETRÔNICO

O atendimento eletrônico é realizado por meio do site da entidade (acesso restrito ou fale conosco) e e-mails. Possibilita serviços e consultas disponíveis para acesso eletrônico, bem como envio de dúvidas, reclamações e sugestões ao Instituto.

E-mail: atendimento@nucleos.com.br

PRESENCIAL

Atendimento ao participante na sede do Nucleos em espaço personalizado e individualizado.

Horário de Atendimento: de segunda à sexta, de 8h às 17h

TELEFÔNICO

Por meio de quatro números de telefone amplamente divulgados, permite o esclarecimento de dúvidas sobre o plano e serviços oferecidos pela entidade, e ainda o encaminhamento de reclamações, dúvidas

ou solicitações.

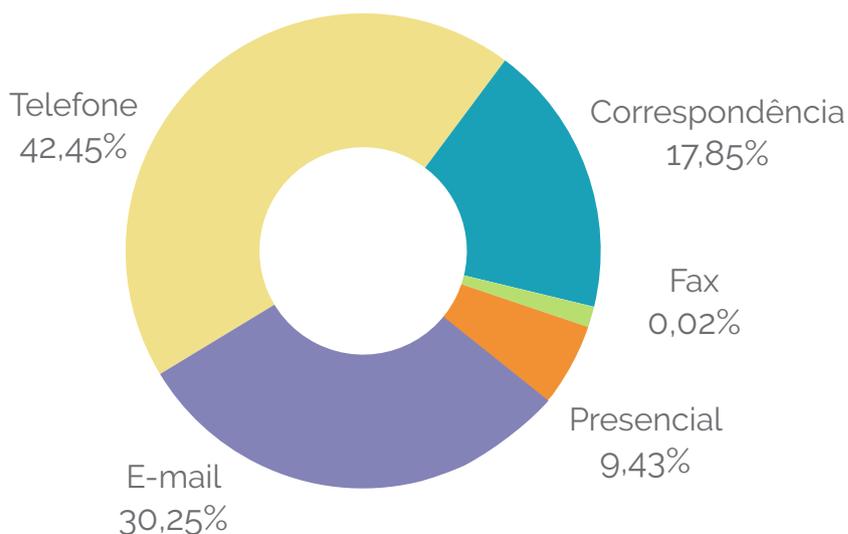
Telefones: 0800-024-1997 / 21 2173-1410 /
21 2173-1492 / 21 2173-1493

E também há os atendimentos especializados, direcionados a públicos específicos.

9.2. ESTATÍSTICAS DE ATENDIMENTO

Durante o ano de 2019 foram realizados 12.884 atendimentos por meio dos diversos canais de relacionamento do Nucleos, sem contabilizar os acessos – que podem ser realizados a qualquer hora – por meio do Autoatendimento no site do Instituto.

É importante destacar que, por meio da pesquisa realizada com 10% das pessoas que entram em contato com o Instituto por telefone, o Nucleos mede mensalmente o grau de satisfação dos participantes com o atendimento e com a comunicação da entidade. Em relação aos atendimentos pessoais, se o participante quiser, o mesmo preenche o formulário de pesquisa. A partir desse relatório, o Nucleos traça ações para consolidar, corrigir ou melhorar o que aponta os resultados das pesquisas.





03

GESTÃO DE
INVESTIMENTOS



10. CONSIDERAÇÕES SOBRE A RENTABILIDADE NO ANO DE 2019

O ano foi marcado por diversos fatores políticos, geopolíticos e econômicos que afetaram a economia mundial de janeiro a dezembro, como, por exemplo: a crise política na Itália, a perspectiva de uma saída do Reino Unido da União Europeia sem acordo, a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, os ataques às plantas de tratamento de petróleo na Arábia Saudita, a temida recessão global e o aperto monetário, que teve seu início no final de 2018 e que, felizmente, ao longo do exercício, perderam força, ou não tiveram maiores desdobramentos.

Mesmo com todos esses acontecimentos ocorreram boas notícias: ainda que favorecida pelo baixo crescimento econômico, a inflação perdeu força e atingiu seus menores patamares em quase 20 anos. Sem pressão sobre os preços, o Banco Central também teve mais liberdade para reduzir a taxa básica de juros do país, a Selic, para o menor patamar desde 1999 — incentivando o crédito e o consumo.

No campo político, o Governo, depois de uma longa batalha, conseguiu aprovar a Reforma da Previdência, gerando uma

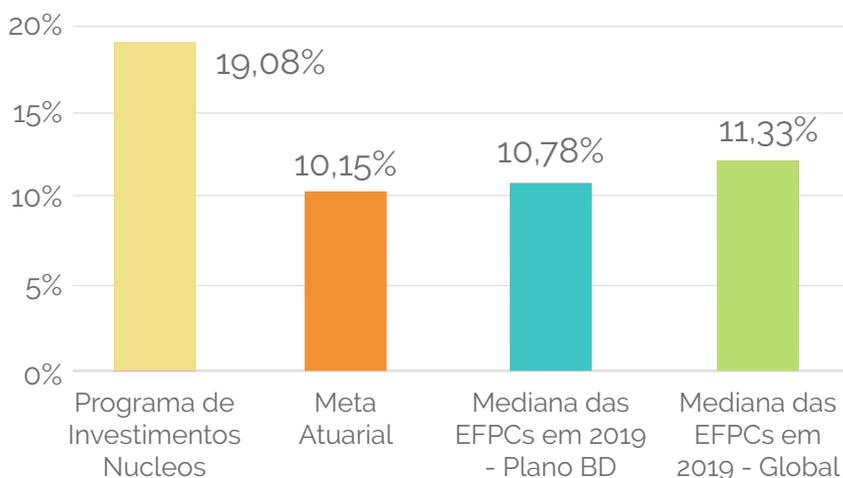
economia próxima de R\$ 800 bilhões. Diante desse cenário, o Nucleos encerrou 2019 com uma rentabilidade acumulada de 19,08%*, que representou quase o dobro da meta atuarial de 10,15%.

Assim como no exercício anterior, a superação da meta atuarial deveu-se em grande medida aos bons resultados obtidos nos investimentos no segmento de Renda Fixa, por meio dos títulos públicos indexados à inflação, e no segmento de Renda Variável, através do mercado acionário.

Dois movimentos importantes, ambos resultados de decisões de macroalocação, foram determinantes para a excelente performance obtida em 2019: aumento na exposição em títulos públicos indexados à inflação, ainda no final de 2018, e na exposição no mercado acionário. O primeiro, motivado pelas pesquisas eleitorais, que apontavam favoritismo do candidato pró-mercado, e o segundo, pelos indicadores econômicos, que sinalizavam melhora na economia.

Gráfico Programa de investimentos x Meta Atuarial x Mediana EFPCs.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS NUCLEOS vs EFPCs RENTABILIDADE ACUMULADA EM 2019 (dezembro)



(*) Rentabilidade global da carteira de investimentos.
Fonte: Aditus / Nucleos

Abaixo, quadro com a rentabilidade dos principais ativos financeiros e a meta atuarial do Nucleos.

	2018	2019
CDI	6,42%	5,95%
Dólar Ptax Venda	17,13%	4,02%
Ibovespa	15,05%	31,58%
IMA-B	13,06%	22,98%
Meta Atuarial	9,24%	10,15%

CDI – Taxa média diária utilizada como referencial para o custo do dinheiro no mercado interbancário. Essa taxa também é utilizada como referencial para avaliar a rentabilidade das aplicações em fundos de investimento.

DÓLAR PTAX VENDA – Cotação do Dólar calculada pelo Banco Central do Brasil, através da média ponderada do fechamento do câmbio dos negócios realizados no mercado interbancário.

IBOVESPA – Indicador do desempenho médio das ações das principais empresas negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Mais importante indicador do comportamento do mercado acionário no Brasil.

IMA-B – Índice de Mercado ANBIMA categoria B é um índice baseado em uma carteira teórica composta por Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-Bs) que são títulos públicos que remuneram o investidor em uma taxa de juros pré-fixada + a variação do IPCA no período.

META ATUARIAL – A meta atuarial é a rentabilidade mínima que os fundos devem alcançar para garantir que seus beneficiários recebam suas aposentadorias, corrigidas pela inflação, sem comprometer o equilíbrio do plano. A meta atuarial é composta pela taxa de juros conjugada com o índice de

inflação (INPC).

INPC – Índice de inflação calculado pelo IBGE nas onze regiões de maior produção econômica entre famílias com rendimento mensais compreendidos entre 1 e 5 salários mínimos.

JUROS – Taxa de juros real adotada pelo plano de benefícios.



11. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos apresenta a descrição das principais práticas e diretrizes para os investimentos a serem implementadas ao longo de 5 anos. Ela obedece aos parâmetros estabelecidos nas regulamentações pertinentes às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, estabelecidas no âmbito do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As Políticas de Investimentos, do Plano Básico de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa do Nucleos, para o período de 2020 a 2024 foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 11 de dezembro de 2019, e sua íntegra estão disponibilizadas em nosso website.

Conforme determina a Resolução CNPC nº 30 e Instrução Previc nº 10, ambas de 2018, a parcela de juros que compõe a meta atuarial, juntamente com o INPC, ou seja, a taxa de juros real anual, corresponderá ao valor esperado da rentabilidade futura de seus investimentos, sendo que a EFPC poderá adotar taxa de juros real anual limitada ao



intervalo compreendido entre 70% (setenta por cento) da taxa de juros parâmetro e 0,4% (quatro décimos) ao ano acima da taxa de juros parâmetro.

A Taxa de Juros Parâmetro em vigor, conforme especificações da Portaria PREVIC nº 300/2019, é calculada de acordo com a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média e atualizada anualmente.

Com base em estudo elaborado pela empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda., para o exercício de 2020, o Instituto adotará a taxa real anual de juros de 5,43% ao ano.



12. ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTOS

12.1. ESTUDO DE MACROALOCAÇÃO DE ATIVOS

A metodologia empregada é o Asset Liability Management - ALM. O estudo de ALM permite a projeção da posição financeira do plano com a carteira atual e tem o objetivo de encontrar um conjunto de carteiras teóricas que maximizem a relação entre o retorno dos investimentos, considerando a necessidade de cobertura do passivo. A evolução do ativo foi feita através da simulação de cenários macroeconômicos aplicados às classes de ativos que representam as opções de investimentos do plano. O passivo foi projetado levando-se em conta as hipóteses adotadas nos cálculos atuariais que servem de base para a definição do plano de custeio (instrumento que define as contribuições necessárias para o pagamento de todas as aposentadorias e pensões até a data estimada do pagamento do último

benefício devido).

O processo de macroalocação, norteado pelo equilíbrio do plano de benefícios, permite definir onde aplicar os recursos do plano, considerando os cenários macroeconômicos dos investimentos, as relações de risco e retorno das diversas classes de ativos e das características do passivo atuarial. Desta forma, também, orienta as decisões de alocações estratégicas, fornecendo metas e níveis de alocação entre segmentos e classes de ativos.

O estudo de ALM do Nucleos foi elaborado pela Aditus Consultoria Financeira Ltda.

A base dos cenários construídos é a reunião das seguintes informações: expectativas divulgadas pelo Relatório FOCUS, utilizadas para o curto prazo; expectativas de mercado, para o médio e longo prazos e premissas sobre as diversas classes de ativos, baseadas no comportamento histórico do mercado brasileiro.

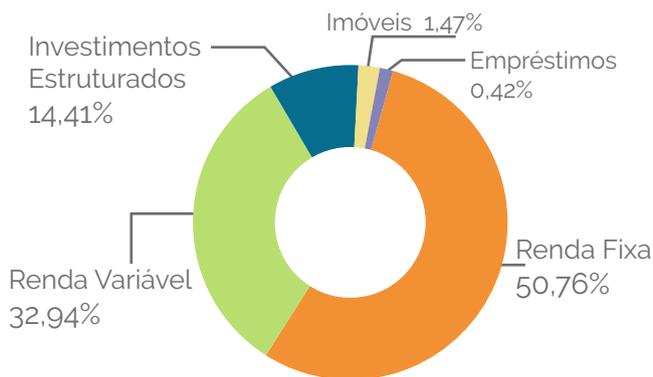
As fontes de dados utilizadas no estudo foram: Sistema Econômica (séries históricas de indicadores); Bloomberg (séries históricas); Indicadores econômicos do Bacen (projeções macroeconômicas); Indicadores econômicos MCM Consultoria (projeções macroeconômicas); Curvas de juros de mercado da BM&F Bovespa e base de dados dos fundos da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Os dados sobre volatilidade e correlação dos diversos fatores de risco também são baseados na observação das séries históricas desses mesmos fatores de risco utilizando as fontes acima descritas.

12.2. COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO

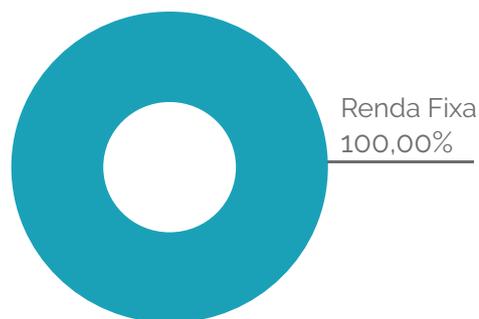
12.2.1. PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB

QUADRO SEGMENTADO DOS INVESTIMENTOS - PBB



12.2.2. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

QUADRO SEGMENTADO DOS INVESTIMENTOS - PGA



12.3. FUNDOS DE INVESTIMENTO

A gestão dos fundos do Nucleos é realizada por gestores externos, selecionados com base no "Manual de Investimentos - Procedimentos Internos de Seleção e Avaliação de Prestadores de Serviços", documento esse desenvolvido internamente, recomendado pelo Comitê Consultivo de

Investimentos – CCI, aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo – CD e disponível para consulta no Website do Nucleos.

O Nucleos é cotista dos seguintes fundos de investimentos, segmentados em renda variável, renda fixa e multimercado do segmento Estruturado:

Investimento	Gestor	Segmento	Modalidade
Nucleos I Occam FIM	Occam Brasil Gestão de Recursos	Renda Fixa	Exclusivo
Nucleos II FI Renda Fixa Referenciado DI	Bradesco Asset Management	Renda Fixa	Exclusivo
Nucleos III Occam FIA	Occam Brasil Gestão de Recursos	Renda Variável	Exclusivo
Nucleos IV BNP Paribas FIA	BNP Paribas Asset Management Brasil	Renda Variável	Exclusivo
Nucleos V SulAmerica ALM Fundo de Investimento RF LP	Sul América Investimentos Gestora de Recursos	Renda Fixa	Exclusivo
Nucleos VI Icatu Vanguarda ALM RF LP	Icatu Vanguarda Administração de Recursos	Renda Fixa	Exclusivo
Nucleos VIII Fundo de Investimento Multimercado	Bahia Asset Management	Renda Fixa	Exclusivo
Moat Capital FIC FIA	Moat Capital	Renda Variável	Não Exclusivo
Neo Navitas FIC FIA	Neo Gestão de Recursos	Renda Variável	Não Exclusivo
Franklin Valor e Liquidez FVL FIA	Franklin Templeton Investimentos	Renda Variável	Não Exclusivo
Vinci Mosaico FIA	Vinci Equities Gestora de Recursos	Renda Variável	Não Exclusivo

continua na página seguinte

continuação da página anterior

Investimento	Gestor	Segmento	Modalidade
Sul América Equities FIA	Sul América Investimentos Gestora de Recursos	Renda Variável	Não Exclusivo
Ibiuna Long Short STLS FIC FIM	Ibirapuera Performance Investimentos	Estruturado	Não Exclusivo
Ibiúna Hedge STH FIC FIM	Ibiúna Gestão de Recursos	Estruturado	Não Exclusivo
Exploritas Alpha America Latina FIC FIM	Exploritas	Estruturado	Não Exclusivo
Absolute Vertex II FIC FIM	Absolute Gestão de Investimentos	Estruturado	Não Exclusivo
Energia PCH FIP	Vinci Partners	Estruturado	Não Exclusivo
CRT FIP	Oliveira Trust	Estruturado	Não Exclusivo

Em 2019 ocorreram as seguintes alterações nos fundos de investimentos:

- Em março o Nucleos adquiriu cotas dos fundos de Multimercado Estruturado não exclusivo Exploritas Alpha Lat America FIC FIM e Ibiúna LS STLS FIC FIM;
- Em abril ocorreu resgate total das cotas dos fundos GAP Long & Short FIM e Gá-

vea Macro FIC FIM;

- Em junho ocorreu resgate total das cotas do fundo de Multimercado Estruturado não exclusivo Garde D'Artagnan FIC FIM;
- Em agosto ocorreu resgate total das cotas do fundo de Multimercado Estruturado não exclusivo Mauá Macro FIC FIM;

12.3.1. INFORMAÇÕES SOBRE OS FUNDOS DE INVESTIMENTO

Fundo de Investimento	Gestor	Segmento	Benchmark	B-VAR	Taxa de Gestão	Taxa de Administração e Custódia	Taxa de Performance
Nucleos I Occam FIM	Occam Brasil Gestão de Recursos	Renda Fixa	(CDI + 1,00% a.a.)	2,00%	0,50% a.a.	0,0085% a.a.	20,00% s/ o que exceder (CDI + 1,00% a.a.)
Nucleos II FI Renda Fixa Referenciado DI	Bradesco Asset Management	Renda Fixa	CDI	0,50%	0,03% a.a.	0,0085% a.a.	NA
Nucleos III Occam FIA	Occam Brasil Gestão de Recursos	Renda Variável	Ibovespa + 2,00% a.a.	6,00%	0,34% a.a.	0,0085% a.a.	20,00% s/ o que exceder Ibovespa + 2,00% a.a.
Nucleos IV BNP Paribás FIA	BNP Paribas Asset Management Brasil	Renda Variável	Ibovespa	2,50%	0,17% a.a.	0,0085% a.a.	NA
Nucleos V SulAmérica ALM Fundo de Investimento RF LP	Sul América Investimentos Gestora de Recursos	Renda Fixa	NTN-B 2040 - 12,81%; NTN-B 2045 - 26,21%; NTN-B 2050 - 25,12%; NTN-B 2055 - 26,70%; NTN-C 2031 - 9,16%.	3,00%	0,20% a.a.	0,0085% a.a.	20,00% s/ o que exceder 100,00% do Benchmark
Nucleos VI Icatu Vanguarda ALM RF LP	Icatu Vanguarda Administração de Recursos	Renda Fixa	NTN-B 2040 - 12,81%; NTN-B 2045 - 26,21%; NTN-B 2050 - 25,12%; NTN-B 2055 - 26,70%; NTN-C 2031 - 9,16%.	3,00%	0,10% a.a.	0,0085% a.a.	20,00% s/ o que exceder 100,00% do Benchmark

continua na página seguinte

continuação da página anterior

Fundo de Investimento	Gestor	Segmento	Benchmark	B-VAR	Taxa de Gestão	Taxa de Administração e Custódia	Taxa de Performance
Nucleos VIII Fundo de Investimento Multimercado	Bahia Asset Management	Renda Fixa	(CDI + 1,00% a.a.)	2,00%	0,40% a.a.	0,0085% a.a.	NA
Moat Capital FIC FIA	Moat Capital	Renda Variável	Ibovespa + 3,00% a.a.	12,00%	2,00% a.a.		20,00% s/ o que exceder 100,00% do Ibovespa
Neo Navitas FIC FIA	Neo Gestão de Recursos	Renda Variável	Ibovespa + 3,00% a.a.	12,00%	1,3000%		20,00% s/ o que exceder 100,00% do Ibovespa
Franklin Valor e Liquidez FVL FIA	Franklin Templeton Investimentos	Renda Variável	Ibovespa + 3,00% a.a.	12,00%	2,00% a.a.		20,00% s/ o que exceder 100,00% do Ibovespa
Vinci Mosaico FIA	Vinci Equities Gestora de Recursos	Renda Variável	Ibovespa + 3,00% a.a.	12,00%	2,00% a.a.		20,00% s/ o que exceder 100,00% do Ibovespa
Sul América Equities FIA	Sul América Investimentos Gestora de Recursos	Renda Variável	Ibovespa + 3,00% a.a.	12,00%	1,50% a.a.		20,00% s/ o que exceder 100,00% do Ibovespa
Exploritas Alpha America Latina FIC FIM	Exploritas Administração Financeira	Estruturado	CDI + 2,50% a.a.	NA	2,00% a.a.		20,00% s/ o que exceder 100,00% do CDI
Ibiuna Long Short STLS FIC FIM	Ibirapuera Performance Investimentos	Estruturado	CDI + 1,50% a.a.	NA	2,00% a.a.		25,00% s/ o que exceder 100,00% do CDI
Ibiúna Hedge STH FIC FIM	Ibiúna Gestão de Recursos	Estruturado	CDI + 2,50% a.a.	NA	2,00% a.a.		20,00% s/ o que exceder 100,00% do CDI
Absolute Vertex II FIC FIM	Absolute Gestão de Investimentos	Estruturado	CDI + 2,50% a.a.	NA	1,90% a.a.		20,00% s/ o que exceder 100,00% do CDI
Energia PCH FIP	Vinci Partners	Estruturado	NA	NA	1,75% a.a.		20,00% s/ o que exceder 100,00% do IGP-M + 10% a.a.
CRT FIP	Oliveira Trust	Estruturado	NA	NA	0,19% a.a.		NA
Carteira Própria - Imóveis	Nucleos	Imóveis	INPC + 6,06% a.a.	NA	NA	NA	NA
Carteira Própria - Empréstimo	Nucleos	Empréstimos	INPC + 6,06% a.a.	NA	NA	NA	NA
Carteira Própria - Debêntures	Nucleos	Renda Fixa	IGP-M + 6,25% a.a.	NA	NA	0,0085% a.a.	NA

O B-VaR – (Benchmark VaR) é muito utilizado no controle do risco de mercado. O B-VaR atua como ferramenta de controle de risco de mercado ao qual um portfólio está exposto. Ele é entendido como uma medida da diferença entre o retorno do fundo ou carteira em relação ao retorno para o benchmark definido (índice de referência).

12.3.2. COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS EXCLUSIVOS

ALOCÇÃO	NUCLEOS I	NUCLEOS II	NUCLEOS III	NUCLEOS IV	NUCLEOS V	NUCLEOS VI	NUCLEOS VIII
Titulo Públicos	78,96%	100,00%	28,70%	5,04%	100,00%	100,00%	83,70%
Cotas de Fundos	5,13%						13,64%
Ações	15,91%		71,30%	94,96%			2,66%
TOTAL	100,00%						

12.3.3. PERFORMANCE DOS FUNDOS

Fundo de Investimento	Gestor	Segmento	Rentabilidade Líquida	Benchmark
Nucleos I Occam FIM	Occam Brasil Gestão de Recursos	Renda Fixa	8,23%	7,01%
Nucleos II FI Referenciado DI	Bradesco Asset Management	Renda Fixa	5,96%	5,95%
Nucleos III Occam FIA	Occam Brasil Gestão de Recursos	Renda Variável	37,81%	34,10%
Nucleos IV BNP Paribás FIA	BNP Paribas Asset Management Brasil	Renda Variável	31,35%	31,58%
Nucleos V SulAmerica ALM Fundo de Investimento RF LP	Sul América Investimentos Gestora de Recursos	Renda Fixa	32,66%	34,11%
Nucleos VI Icatu Vanguarda ALM RF LP	Icatu Vanguarda Administração de Recursos	Renda Fixa	34,19%	34,11%
Nucleos VIII Fundo de Investimento Multimercado	Bahia Asset Management	Renda Fixa	10,56%	7,01%
Moat Capital FIA	Moat Capital	Renda Variável	43,85%	35,42%
Neo Navitas FIC FIA	Neo Gestão de Recursos	Renda Variável	46,83%	35,42%
Franklin Valor e Liquidez FVL FIA	Franklin Templeton Investimentos	Renda Variável	34,08%	35,42%
Vinci Mosaico FIA	Vinci Equities Gestora de Recursos	Renda Variável	49,54%	35,42%
Sul América Equities FIA	Sul América Investimentos Gestora de Recursos	Renda Variável	47,85%	35,42%
Exploritas Alpha America Latina FIC FIM	Exploritas Administração Financeira	Estruturado	5,29%	7,07%
Ibiuna Long Short STLS FIC FIM	Ibirapuera Performance Investimentos	Estruturado	11,37%	6,13%
Ibiúna Hedge STH FIC FIM	Ibiúna Gestão de Recursos	Estruturado	16,18%	8,63%
Absolute Vertex II FIC FIM	Absolute Gestão de Investimentos	Estruturado	10,36%	8,63%
Energia PCH FIP	Vinci Partners	Estruturado	6,36%	10,81%
CRT FIP	Oliveira Trust	Estruturado	9,42%	10,81%

12.4. FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES (FIP)

Os Fundos de Investimento em Participações (FIP) representam aplicações efetua-

das nos fundos CRT FIP e Energia PCH FIP.

O Fundo de Investimento em Participações – CRT é gerido e administrado pela Oliveira Trust. O Nucleos possui 100,00%

do patrimônio líquido do CRT FIP que, por sua vez, em 31/12/2019 possuía 98,77% de seus ativos compostos por investimentos na Concessionária Rio-Teresópolis S.A. O FIP possui 11,02% do capital total da empresa.

O Fundo de Investimento em Participações – Energia PCH FIP é gerido pela Vinci Partners e administrado pelo Banco Santander Brasil S.A. O Nucleos possui 0,73% do patrimônio líquido do Energia PCH que, por sua vez, tem 95,46% de seus ativos compostos por investimentos na Juruena Participações e Investimentos S.A.

12.4.1. CONCESSIONÁRIA RIO-TERESÓPOLIS – CRT

Foi efetuada nova precificação da empresa Concessionária Rio Teresópolis - CRT. Para tanto, o Administrador Fiduciário, Oliveira Trust, contratou a empresa Alvarez & Marsal para fazer a avaliação econômico-financeira. A nova precificação estabeleceu o valor de R\$ 806,321 milhões para a empresa o que impactou positivamente no valor da cota do CRT-FIP representando um ganho de 2,59% em dezembro.

O Nucleos está desenquadrado em relação à Resolução CMN nº 4.661/2018 por deter 100,00% das cotas desse FIP, adquiridas em 2003, quando o limite legal é de 25,00%. Para se enquadrar aos limites legais, o Instituto intensificou o processo de ofertas públicas, passando de semestrais (até 2012) para trimestrais a partir de 2013. As ofertas são feitas através de leilões eletrônicos da Cetip S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Apesar de ampla divulgação, até o último leilão realizado em novembro de 2019, não houve interessados na aquisição da parte excedente ao limite legal.

12.4.2. ENERGIA PCH FIP

Trata-se de investimento realizado em agosto de 2004. A cotação do FIP é disponibilizada pelo administrador sempre no último dia do mês.

12.5. CARTEIRA PRÓPRIA

A carteira própria – Nucleos Debêntures, constituída de debêntures de emissão da Sanesalto Saneamento foi encerrada no dia 30/12/2019 devido ao resgate desse único ativo da carteira, tendo como motivo a decisão da companhia de antecipar o vencimento das debêntures.

Foi creditado o valor de R\$ 10.567.140,98 na conta corrente da custódia de ativos do Nucleos.

A rentabilidade apurada para a carteira própria foi de 43,44%, superior ao seu benchmark (INPC + 6,06%) 10,81%.

As debêntures de emissão da Sanesalto Saneamento foram adquiridas em outubro de 2004, cujas condições em vigor até o exercício de 2013 previam o pagamento de juros à taxa de 11,50% a.a., atualização monetária pelo IGP-M e amortização em 12 (doze) parcelas com término em 01 de junho de 2021. Em 26 de junho de 2014, os debenturistas reunidos na 19ª. assembleia, por maioria e com voto contrário do NUCLEOS, aprovaram a reestruturação das debêntures de emissão da Sanesalto, com o reescalonamento dos prazos e alteração nas condições de pagamento e remuneração. Com a reestruturação a taxa de juros foi reduzida para 6,25% a.a. e as parcelas vencidas foram incorporadas ao principal, sendo que o prazo de pagamento passou para 10 anos, com início em junho de 2015, após carência de 12 meses, e término em maio de 2025. Essas condições permaneceram ao longo de 2019.

12.6. EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

A rentabilidade apurada foi de 14,24%, superior ao seu benchmark (INPC + 6,06%) de 10,81%. Em dezembro de 2019 esse segmento alocava recursos na ordem de R\$ 15.245 mil.

Ao longo do ano foram revertidos valores da provisão para créditos de liquidação duvidosa devido aos acordos judiciais re-

alizados com os participantes que estavam inadimplentes.

12.7. IMÓVEIS

A rentabilidade da carteira de imóveis foi negativa em 15,89%, inferior ao seu benchmark de 10,81% (INPC + 6,06%). Essa fraca performance ainda é atribuída aos reflexos da crise econômica pela qual passou e ainda está passando o estado do Rio de Janeiro e o País.

Em milhares de Reais

Descrição	Data da última avaliação	Valor da última avaliação	Valor contábil em (31/12/2019)
Praia do Flamengo, 200 - 7º andar	dez/19	10.773	10.773
Rua Víctor Civita, 66 - Barra	dez/19	3.343	3.343
Av. República do Chile, 230 - 14º andar	dez/19	9.400	9.400
Av. República do Chile, 230 - 15º andar	dez/19	9.400	9.400
Av. Rio Branco, 1 - 19º andar	dez/19	20.652	20.652
TOTAL			53.568



13. SERVIÇOS DE SUPORTE À GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

13.1. AGENTE CUSTODIANTE / ADMINISTRADOR

Banco Bradesco S.A. - Responsável pela guarda dos títulos, liquidação física e financeira das operações, além de prover serviços de controladoria e compliance.

A BEM DTVM segue como administrador fiduciário, cumprindo dentre outras atribuições, a de acompanhar se as operações realizadas pelos nossos gestores estão em conformidade com as cláusulas contratuais e com as práticas de mercado.

13.2. CONSULTORIA MACROECONÔMICA

MCM Consultoria Macroeconômica - Pres-

ta serviços na área de estudos macroeconômicos, com avaliação de cenários, análises setoriais, entre outros.

13.3. CONSULTORIA DE RISCO

Aditus - Presta serviço de monitoramento contínuo das carteiras de investimentos considerando a avaliação da performance dos ativos, dos riscos de mercado, liquidez, crédito e do enquadramento dos investimentos, entre outros.

13.4. BASE DE DADOS

Economática - Serviços de transmissão, via linha telefônica, de sinal decodificável por modem, de informações sobre balanços, composição acionária e de produtos, notícias, cotações proventos e assem-

bleias de empresas negociadas em bolsa de valores do Brasil.

13.5. SERVIÇO DE ALM

Aditus Consultoria Financeira – Serviço de elaboração de estudo para identificar a alocação entre os segmentos de investimentos que permita melhor relação entre retorno e cobertura do passivo atuarial.



14. DESPESAS COM A GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

As despesas com a gestão dos investimentos do Plano Básico de Benefícios em 2019 são apresentadas no quadro a seguir. Essas despesas não incluem as apresentadas no item 7.4. - "Despesas Administrativas".

Em milhares de Reais

Descrição	Exercício de 2019		Exercício de 2018
	Total das Despesas	% em relação ao total das despesas	Total das Despesas
1. Despesas com a gestão dos investimentos (2+3+4)	12.713	100,00	9.381
2. Gestão própria (2.1 + 2.2 + 2.3)	1.582	12,44	1.304
2.1. Investimentos imobiliários	1.526	12,00	1.222
Condomínio e taxas	1.212	9,53	1.041
Impostos e taxas	278	2,19	164
Seguros	18	0,14	14
Consultoria imobiliária	7	0,06	-
Demais despesas	11	0,08	3
2.2 Empréstimos a participantes (despesas deduzidas das receitas)	54	0,42	80
Consultoria jurídica	80	0,62	97
Despesas judiciais	6	0,05	7
Recuperação de despesas com ações judiciais (receita)	(32)	-0,25	(24)
2.3 Outros investimentos (créditos de ações judiciais)	2	0,02	2
Despesas judiciais/outras	2	0,02	2
3. Gestão terceirizada (*)	10.449	82,19	7.474
Gestão	6.161	48,46	4.962
Performance	2.048	16,11	577
Corretagem	1.387	10,91	1.088
Taxas (CVM, Cetip, Selic, CBLC, Anbima)	579	4,55	523
Administração	206	1,62	198
Auditoria	32	0,25	43
Demais despesas	36	0,29	83
4. Custódia, taxas e emolumentos	682	5,37	603

(*) Despesas debitadas diretamente do patrimônio dos fundos de investimento.



15. INFORMAÇÕES GERAIS

15.1. CARTEIRA GLOBAL DE INVESTIMENTOS

PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB

RECURSOS GARANTIDORES DO PBB

Em milhares de Reais

Descrição	2019	(%)	2018	(%)
Renda Fixa	1.931.909	53,00	2.098.004	66,12
Quotas de Fundos de Renda Fixa	668.035	18,33	1.152.240	36,31
Quotas de Fundos de Multimercado	1.263.874	34,67	936.199	29,51
Debêntures não Conversíveis	-	0,00	9.565	0,30
Renda Variável	1.116.496	30,63	554.146	17,46
Quotas de Fundos de Investimento	1.116.496	30,63	554.146	17,46
Investimento Estruturado	525.267	14,41	371.072	11,70
Quotas de Fundos de Investimento em Participações	94.816	2,60	92.929	2,93
Quotas de Fundos de Multimercado	430.450	11,81	278.143	8,77
Investimento Imobiliários	53.647	1,47	63.556	2,00
Empréstimos aos Participantes	15.245	0,42	14.926	0,47
Outros	2.425	0,07	71.476	2,25
Total dos Investimentos	3.644.988	-	3.173.179	-
(+) Disponível	460	0,01	61	0,00
(-) Exigibilidade dos Investimentos	296	-0,01	-245	0,00
(=) Total dos Recursos	3.645.152	100,00	3.172.995	100,00

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

RECURSOS GARANTIDORES DO PGA

Em milhares de Reais

Descrição	2019	(%)	2018	(%)
Renda Fixa	13.886	99,96	12.740	99,95
Quotas de Fundos de Renda Fixa	13.886	99,96	12.740	99,95
Total dos Investimentos	13.886	-	12.740	-
(+) Disponível	6	0,04	6	0,05
(-) Total dos Recursos	13.892	100,00	12.746	100,00

15.2. ADERÊNCIA À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E AOS LIMITES LEGAIS

PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB

Segmento de Aplicação	Alocação em 31/12/2019	Limites da Política de Investimentos			Limite Legal (Res. 4,661)	Enquadramento	
		Alocação Estratégica	limite Inferior	limite Superior		Legal	Política
Renda Fixa	50,76%	63,49%	24,00%	100,00%	100,00%	ok	ok
Renda Variável	32,94%	17,60%	0,00%	50,00%	70,00%	ok	ok
Investimentos Estruturados	14,41%	15,61%	0,00%	20,00%	20,00%	ok	ok
Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Participações	2,60%	3,09%	0,00%	10,00%	15,00%	ok	ok
Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	11,81%	12,52%	0,00%	15,00%	15,00%	ok	ok
Cotas de Fundos de Investimento em Empresas Emergentes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok
Investimentos no exterior	0,00%	0,71%	0,00%	10,00%	10,00%	ok	ok
Imobiliário	1,47%	2,10%	0,00%	5,00%	20,00%	ok	ok
Aluguéis e renda	1,47%	2,10%	0,00%	5,00%	20,00%	ok	ok
Certificado de Recebíveis Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
Operações com participantes	0,42%	0,49%	0,00%	8,00%	15,00%	ok	ok
Empréstimos	0,42%	0,49%	0,00%	8,00%	15,00%	ok	ok
Financiamentos Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Segmento de Aplicação	Alocação em 31/12/2019	Limites da Política de Investimentos			Limite Legal (Res. 4,661)	Enquadramento	
		Alocação Estratégica	limite Inferior	limite Superior		Legal	Política
Renda Fixa	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	ok	ok
Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	70,00%	ok	ok
Investimentos Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Participações	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok

continua na página seguinte

continuação da página anterior

Segmento de Aplicação	Alocação em 31/12/2019	Limites da Política de Investimentos			Limite Legal (Res. 4.661)	Enquadramento	
		Alocação Estratégica	limite inferior	limite Superior		Legal	Política
· Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento em Empresas Emergentes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
Investimentos no exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok	ok
Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
· Aluguéis e renda	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
· Certificado de Recebíveis Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
· Outros imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
Operações com participantes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok
· Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok
· Financiamentos Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok

15.3. INVESTIMENTOS POR TIPO DE GESTÃO

RECURSOS GARANTIDORES PBB

Em milhares de Reais

Investimento	Segmento	Patrimônio (Dezembro 2019)	% Recursos Garantidores (PBB)
GESTÃO EXTERNA			
Nucleos I Occam FIM	Renda Fixa	467.002	12,81%
Nucleos II FI Referenciado DI	Renda Fixa	403.217	11,06%
Nucleos III Occam FIA	Renda Variável	414.919	11,38%
Nucleos IV BNP Paribas FIA	Renda Variável	156.402	4,29%
Nucleos V SulAmerica ALM RF LP	Renda Fixa	169.329	4,65%
Nucleos VI Icatu Vanguarda ALM RF LP	Renda Fixa	95.488	2,62%
Nucleos VIII Fundo de Investimento Multimercado	Renda Fixa	796.873	21,86%
Moat Capital FIA	Renda Variável	185.077	5,08%
Neo Navitas FIC FIA	Renda Variável	78.835	2,16%
Franklin Valor e Liquidez FVL FIA	Renda Variável	42.297	1,16%
Vinci Mosaico FIA	Renda Variável	126.581	3,47%
Sul América Equities FIA	Renda Variável	112.386	3,08%
Exploritas Alpha America Latina FIC FIM	Estruturado	85.976	2,36%

continua na página seguinte

continuação da página anterior

Investimento	Segmento	Patrimônio (Dezembro 2019)	% Recursos Garantidores (PBB)
Ibiuna Long Short STLS FIC FIM	Estruturado	81.139	2,23%
Ibiuna Hedge STH FIC FIM	Estruturado	142.056	3,90%
Absolute Vertex II FIC FIM	Estruturado	121.280	3,33%
Energia PCH FIP	Estruturado	4.860	0,13%
CRT FIP	Estruturado	89.956	2,47%
TOTAL GESTÃO EXTERNA		3.573.672	98,04%
GESTÃO INTERNA		3.573.672	98,04%
Carteira Própria	Imóveis	53.647	1,47%
Carteira Própria	Empréstimos	15.245	0,42%
TOTAL GESTÃO INTERNA		68.891	1,89%
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS		0	0,00%
OUTROS REALIZÁVEIS		2.425	0,07%
DISPONÍVEL - EXIGÍVEL OPERACIONAL		165	0,00%
TOTAL		3.645.152	100,00%

RECURSOS GARANTIDORES PGA

Em milhares de Reais

Investimento	Segmento	Patrimônio (Dezembro 2019)	% Recursos Garantidores (PBB)
Nucleos II FI Referenciado DI	Renda Fixa	13.886	99,96%
TOTAL GESTÃO EXTERNA		13.886	99,96%
DISPONÍVEL		6	0,04%
TOTAL		13.892	100,00%

Observação: Recursos Garantidores consideram-se recursos garantidores dos planos de benefícios administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar os ativos disponíveis e de inves-

timentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores.

15.4. RENTABILIDADE BRUTA E LÍQUIDA POR SEGMENTO

RENTABILIDADE GLOBAL PBB E POR SEGMENTO

Em milhares de Reais

SEGMENTO	RENTABILIDADE LÍQUIDA (%)
Renda Fixa	15,10
Renda Variável	40,38
Investimento Estruturado	10,94
Imóveis	(15,89)
Empréstimos	14,24
CARTEIRA GLOBAL PBB	19,08
META ATUARIAL	10,15

RENTABILIDADE GLOBAL PGA E POR SEGMENTO

Em milhares de Reais

SEGMENTO	RENTABILIDADE LÍQUIDA (%)
Renda Fixa	5,94
CARTEIRA GLOBAL PGA	5,94
ÍNDICE DE REFERÊNCIA - CDI	5,95

Para apuração da rentabilidade líquida dos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados foram consideradas as seguintes despesas: Controladoria, Gestão, Custódia, Taxa de Performance, Taxa de Administração, Taxa CVM, Taxa Cetip, Taxa CBLIC, Taxa Selic, Taxa Anbima, Taxa de Bolsa/Corretagem, Despesas de Cartório, Despesas de Auditoria e Taxa de Permanência.

Para apuração da rentabilidade líquida dos segmentos de Imóveis e Empréstimos foram consideradas as despesas diretas de investimento dos respectivos segmentos. A rentabilidade bruta do segmento de empréstimos excluiu efeitos líquidos das despesas judiciais menos a recuperação dessas despesas.

16. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 22 de agosto de 2019 o Nucleos foi certificado com o Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos da Abrapp.

A obtenção do Selo, a partir de criterioso processo de análise realizado pela Abrapp, Sindapp e ICSS, demonstra que o Instituto comprovou praticar os princípios e as obrigações contidas no Código de Autorregulação em Governança de Investimentos.

Trata-se de mais uma chancela de reconhecimento do alto padrão de governança do Instituto.

No exercício de 2019, o ativo líquido do Nucleos fechou em R\$ 4 bilhões e o superávit acumulado do Plano Básico de Benefícios - PBB em R\$ 277 milhões, equivalente a 7,37% das provisões matemáticas. No ano anterior o superávit foi de R\$ 107,0 milhões, que representou 3,09% das provisões matemáticas. Essa expansão se deu em decorrência dos bons resultados dos investimentos, apesar de as premissas de rotatividade e mortalidade de inválidos terem gerado um incremento nas provisões matemáticas.

De todo modo, o resultado superavitário do ano decorreu, principalmente, do bom desempenho dos investimentos nos títulos públicos indexados à inflação (renda fixa) e no mercado acionário (renda variável).

No que se refere à gestão dos títulos indexados ao IPCA (NTNBs), o êxito se deu em função do Instituto acreditar na tendência de queda da inflação e dos juros, o que de fato ocorreu. No que tange à renda variável, a importante



parcela alocada pelo Nucleos no segmento foi determinante, haja vista o comportamento bastante positivo no ano de 2019.

O quadro abaixo ilustra a evolução do resultado técnico do Nucleos:

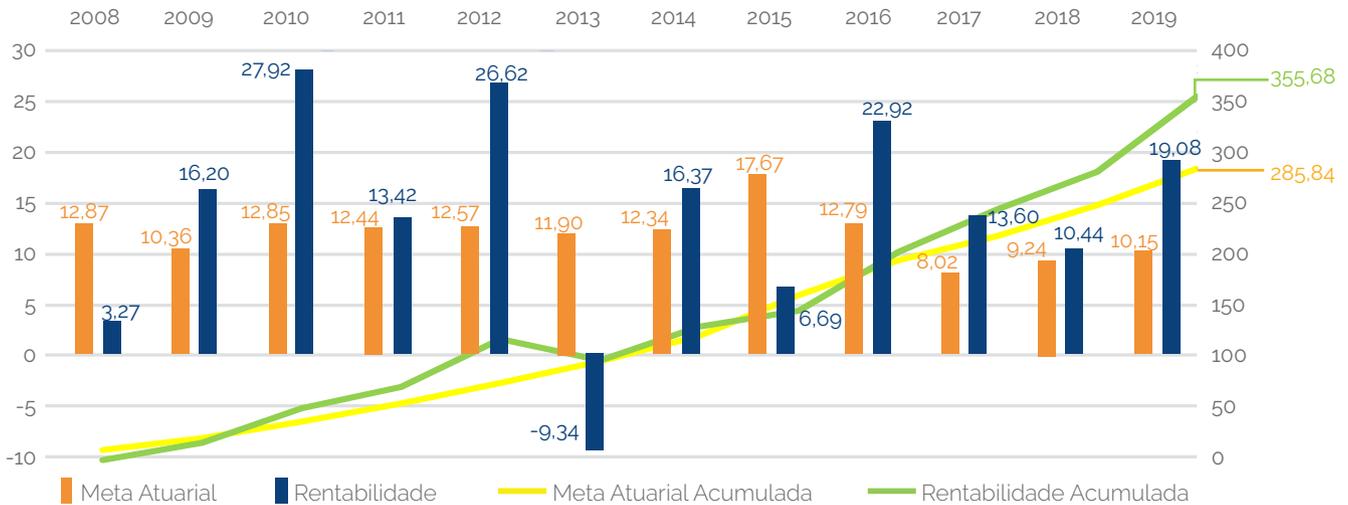
Em milhares de Reais

Exercício	Ativo Líquido do Plano*	Provisões matemáticas (PMAT)	Superávit / Déficit acumulado	% superávit - déficits/ PMAT
2015	2.429.865	2.513.228	(83.363)	3,32
2016	2.918.608	2.785.453	133.155	4,78
2017	3.269.640	3.006.576	263.064	8,75
2018	3.566.509	3.459.505	107.004	3,09
2019	4.043.660	3.765.983	277.677	7,37

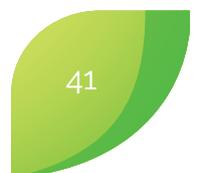
*Patrimônio de cobertura das provisões matemáticas.

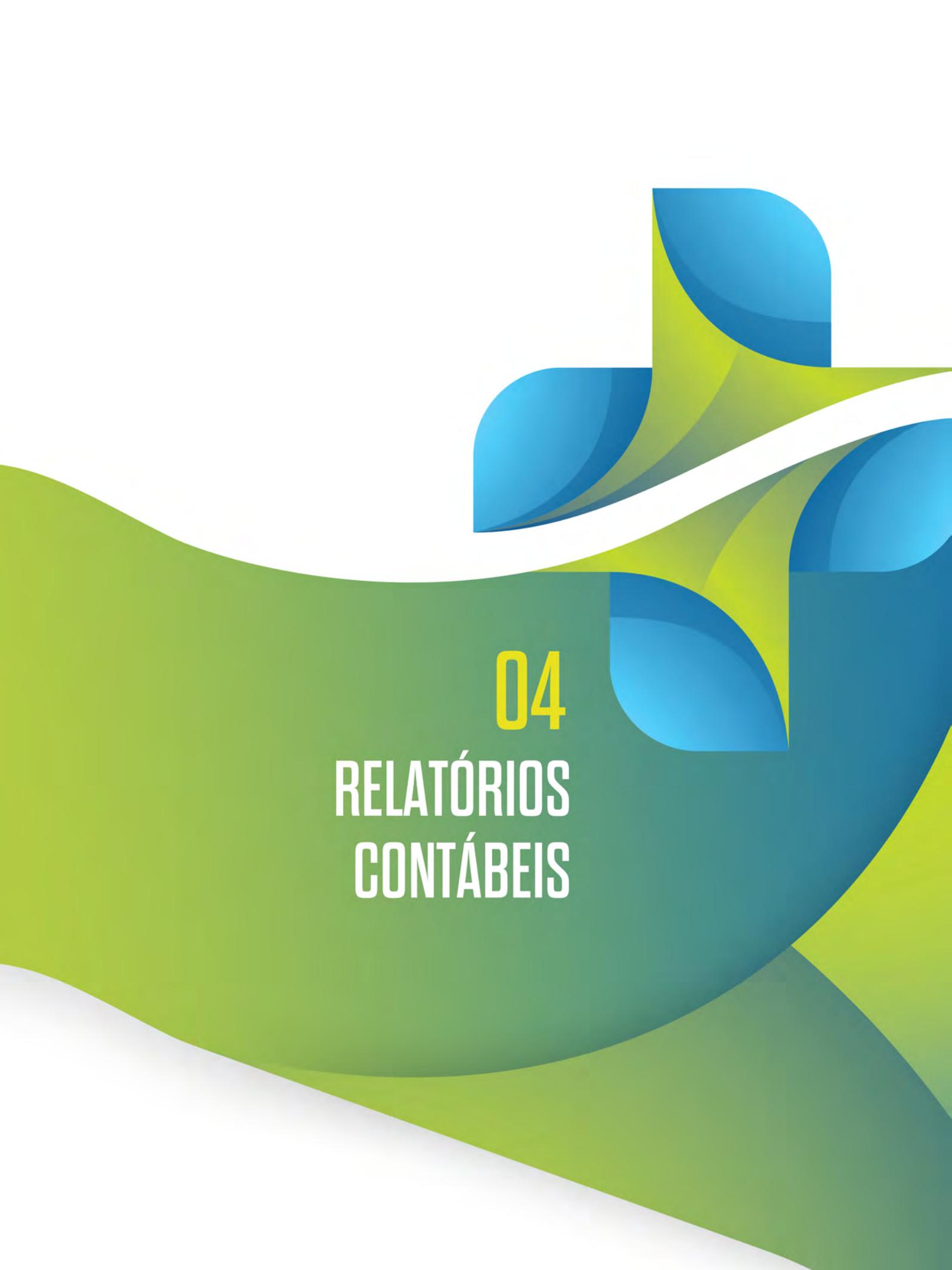
O Instituto continuará empenhado, como sempre, em alcançar os seus objetivos. No gráfico abaixo, cotejamos a rentabilidade do Nucleos vis-à-vis a sua meta atuarial, num período de 12 anos.

META ATUARIAL X RENTABILIDADE



O gráfico apresenta duas informações relevantes: a 1ª é que no acumulado no período a rentabilidade do Nucleos supera a meta atuarial, e a 2ª mostra a assertividade da macroalocação (75% de acerto).



The image features a complex abstract graphic design. It consists of several overlapping, rounded shapes in shades of blue and green. The shapes are layered, creating a sense of depth and movement. The colors range from a bright, vibrant blue to a deep, dark blue, and from a light, lime green to a dark, forest green. The overall composition is dynamic and modern, with a clean, minimalist aesthetic. The shapes are arranged in a way that suggests a stylized figure or a series of interconnected elements, possibly representing a person or a group of people. The background is white, which makes the colors stand out prominently.

04

RELATÓRIOS
CONTÁBEIS

17.1. CONSOLIDADO
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	2019	2018
Disponível	4	466	67
Realizável		4.069.073	3.589.958
Gestão previdencial	5	409.519	403.300
Gestão administrativa	6	680	738
Investimentos	7	3.658.874	3.185.920
Créditos privados e depósitos		-	9.565
Fundos de investimento		3.587.557	3.026.397
Investimentos imobiliários		53.647	63.556
Empréstimos e financiamentos		15.245	14.926
Outros realizáveis		2.425	71.476
Permanente	8	880	1.111
Imobilizado		583	736
Intangível		297	375
Total do ativo		4.070.419	3.591.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

Passivo e Patrimônio Social	Nota	2019	2018
Exigível operacional	9	7.455	6.722
Gestão previdencial		5.415	4.624
Gestão administrativa		1.744	1.852
Investimentos		296	246
Exigível contingencial	10	1.353	1.283
Gestão previdencial		1.315	1.240
Gestão administrativa		38	43
Patrimônio social		4.061.611	3.583.131
Patrimônio de cobertura do plano	11	4.043.660	3.566.509
Provisões matemáticas	11.1	3.765.983	3.459.505
Benefícios concedidos		2.052.905	1.464.337
Benefícios a conceder		1.713.267	2.000.303
(-) Provisões matemáticas a constituir		(189)	(5.135)
Equilíbrio técnico	11.2	277.677	107.004
Resultados realizados		277.677	107.004
Superávit técnico acumulado		277.677	107.004
Fundos	12	17.951	16.622
Fundos administrativos		13.670	12.700
Fundos dos investimentos		4.281	3.922
Total do passivo e patrimônio social		4.070.419	3.591.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

Descrição	2019	2018	Variação (%)
A) Patrimônio social - início do exercício	3.583.131	3.284.329	9,10
1. Adições	658.336	442.595	48,74
Contribuições previdenciais	122.559	123.241	-0,55
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	517.405	301.137	71,82
Receitas administrativas	17.252	16.716	3,21
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão administrativa	761	788	-3,43
Constituição de fundos de investimento	359	713	-49,65
2. Destinações	(179.856)	(143.793)	25,08
Benefícios	(162.738)	(126.893)	28,25
Constituição líquida de contingências - Gestão previdencial	(75)	(616)	-87,82
Despesas administrativas	(17.042)	(16.276)	4,71
Constituição líquida de contingências - Gestão administrativa	(1)	(8)	-87,50
3. Acréscimo no patrimônio social (1+2)	478.480	298.802	60,13
Provisões matemáticas	306.478	452.929	-32,33
Superávit/(Déficit) técnico do exercício	170.673	(156.060)	209,36
Fundos administrativos	970	1.220	-20,49
Fundos dos investimentos	359	713	-49,65
B) Patrimônio social - final do exercício (A+3)	4.061.611	3.583.131	13,35

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

Descrição	2019	2018	Variação (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	12.700	11.480	10,63
1. Custeio da gestão administrativa	18.013	17.504	2,91
1.1. Receitas	18.013	17.504	2,91
Custeio administrativo da gestão previdencial	13.762	15.514	-11,29
Custeio administrativo dos investimentos	3.408	1.107	207,86
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	69	69	0,00
Receitas diretas	10	16	-37,50
Resultado positivo líquido dos investimentos	761	788	-3,43
Outras receitas	3	10	-70,00
2. Despesas administrativas	17.042	16.276	4,71
2.1. Administração previdencial	9.115	8.669	5,14
Pessoal e encargos	6.009	5.654	6,28
Treinamentos/congressos e seminários	68	104	-34,62
Viagens e estadias	67	67	0,00
Serviços de terceiros	1.539	1.486	3,57
Despesas gerais	718	728	-1,37
Depreciações e amortizações	123	54	127,78
Tributos	591	576	2,60
2.2. Administração dos investimentos	7.927	7.607	4,21
Pessoal e encargos	5.329	5.015	6,26
Treinamentos/congressos e seminários	61	93	-34,41
Viagens e estadias	59	59	0,00
Serviços de terceiros	1.208	1.238	-2,42
Despesas gerais	637	645	-1,24
Depreciações e amortizações	110	47	134,04
Tributos	523	510	2,55
3. Constituição de contingências administrativas	1	8	-87,50
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	0,00
5. Resultado negativo líquido dos investimentos	-	-	0,00
6. Sobra da gestão administrativa (1-2-3-4-5)	970	1.220	-20,49
7. Constituição do fundo administrativo (6)	970	1.220	-20,49
B) Fundo administrativo do final do exercício (A+7)	13.670	12.700	7,64

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

17.2. PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

Descrição	2019	2018	Variação (%)
1. Ativos	4.068.637	3.589.241	13,36
Disponível	460	61	654,10
Recebível	423.189	416.000	1,73
Investimento	3.644.988	3.173.180	14,87
Créditos privados e depósitos	-	9.565	-100,00
Fundos de investimento	3.573.671	3.013.657	18,58
Investimentos imobiliários	53.647	63.556	-15,59
Empréstimos e financiamentos	15.245	14.926	2,14
Outros realizáveis	2.425	71.476	-96,61
2. Obrigações	7.026	6.110	14,99
Operacional	5.711	4.870	17,27
Contingencial	1.315	1.240	6,05
3. Fundos não previdenciais	17.951	16.622	8,00
Fundos administrativos	13.670	12.700	7,64
Fundos dos investimentos	4.281	3.922	9,15
4. Resultados a realizar	-	-	0,00
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	4.043.660	3.566.509	13,38
Provisões matemáticas	3.765.983	3.459.505	8,86
Superávit técnico	277.677	107.004	159,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

Descrição	2019	2018	Variação (%)
A) Ativo líquido - início do exercício	3.566.509	3.269.640	9,08
1. Adições	653.726	439.892	48,61
Contribuições previdenciais	136.321	138.755	-1,75
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	517.405	301.137	71,82
2. Destinações	(176.575)	(143.023)	23,46
Benefícios	(162.738)	(126.893)	28,25
Constituição líquida de contingências - Gestão previdencial	(75)	(616)	-87,82
Custeio administrativo	(13.762)	(15.514)	-11,29
3. Acréscimo no ativo líquido (1+2)	477.151	296.869	60,73
Provisões matemáticas	306.478	452.929	-32,33
Superávit/(Déficit) técnico do exercício	170.673	(156.060)	209,36
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	4.043.660	3.566.509	13,38
C) Fundos não previdenciais	17.951	16.622	8,00
Fundos administrativos	13.670	12.700	7,64
Fundos dos investimentos	4.281	3.922	9,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

Descrição	2019	2018	Variação (%)
Provisões técnicas (1+2+3+4+5)	4.054.967	3.576.541	13,38
1. Provisões matemáticas	3.765.983	3.459.505	8,86
1.1. Benefícios concedidos	2.052.905	1.464.337	40,19
Benefício definido	2.052.905	1.464.337	40,19
1.2. Benefícios a conceder	1.713.267	2.000.303	-14,35
Benefício definido	1.713.267	2.000.303	-14,35
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(189)	(5.135)	-96,32
(-) Serviço passado	(189)	(5.135)	-96,32
(-) Patrocinadores	(189)	(5.135)	-96,32
2. Equilíbrio técnico	277.677	107.004	159,50
2.1. Resultados realizados	277.677	107.004	159,50
Superávit técnico acumulado	277.677	107.004	159,50
Reserva de contingência	277.677	107.004	159,50
3. Fundos	4.281	3.922	9,15
3.1. Fundos previdenciais	-	-	0,00
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	4.281	3.922	9,15
4. Exigível operacional	5.711	4.870	17,27
4.1. Gestão previdencial	5.415	4.624	17,11
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	296	246	20,33
5. Exigível Contingencial	1.315	1.240	6,05
5.1. Gestão previdencial	1.315	1.240	6,05
5.2. Investimentos - Gestão previdencial	-	-	0,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



18. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Nucleos - Instituto de Seguridade Social ("Nucleos", "Instituto" ou "Entidade") é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira por prazo indeterminado, criada em 1979, com sede na cidade do Rio de Janeiro e com funcionamento autorizado por meio da Portaria nº 1.514, de 2 de maio de 1979, do antigo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), que aprovou o seu estatuto. É uma entidade regida pelas Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001 (LC 108/2001 e LC 109/2001).

A Entidade tem por objetivo instituir e administrar planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares aos da Previdência Social, acessíveis aos empregados e respectivos beneficiários vinculados aos seus patrocinadores Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear, Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - Nuclep, Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB, bem como aos do próprio Nucleos, considerando o regime de solidariedade dos compromissos do Plano entre todas as patrocinadoras.

Na consecução desse objetivo, o Instituto segue o disposto em seu estatuto e no regulamento do plano de benefícios, bem como nos normativos expedidos pelo órgão regulador do sistema de previdência complementar, o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelo órgão de supervisão e fiscalização, a

Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, na forma da LC 108/2001 e LC 109/2001.

O Nucleos administra o Plano Básico de Benefícios - PBB ("Plano" ou "PBB") - CNPB nº 19.790.022-74, na modalidade de benefício definido, cujo regulamento em vigor foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio da Portaria nº 631, de 4 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 7 de novembro de 2011.

O PBB oferece os seguintes benefícios aos seus participantes e beneficiários, a título de suplementação (benefício complementar ao da Previdência Social), na forma do seu Regulamento:

- Aposentadoria por tempo de contribuição;
- Aposentadoria por tempo de contribuição antecipada;
- Aposentadoria especial;
- Aposentadoria especial antecipada;
- Aposentadoria por idade;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte;
- Auxílio-doença;
- Auxílio-reclusão.

Ocorrendo a cessação do vínculo empregatício com a patrocinadora, o participante poderá optar por um dos seguintes institutos, de acordo com as condições previstas no Regulamento do Plano:

- Resgate;
- Autopatrocínio;
- Benefício proporcional diferido - BPD;
- Portabilidade.

A quantidade de participantes vinculados ao PBB está demonstrada no quadro a seguir:

	2019			2018		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Eletronuclear	1.225	597	1.822	1.257	579	1.836
INB	959	831	1.790	1.076	687	1.763
Nuclep	708	386	1.094	821	291	1.112
Nucleos	31	26	57	30	26	56
Autopatrocina	21	-	21	19	-	19
BPD*	3	-	3	3	-	3
	2.947	1.840	4.787	3.206	1.583	4.789

*Optantes pelo Benefício Proporcional Diferido, na forma do Regulamento do PBB.

As fontes de custeio do plano são as contribuições dos participantes ativos e assistidos e das patrocinadoras. As referidas contribuições são destinadas à formação das provisões, reservas e fundos necessários à garantia do pagamento dos benefícios contratados e da manutenção da estrutura administrativa da Entidade.

Os recursos arrecadados e os resultados decorrentes da administração desse patrimônio integram um fundo pertencente a uma coletividade. A aplicação desses recursos é realizada de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Foram preparadas de acordo com os modelos e procedimentos estabelecidos pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro

de 2009 e alterações, bem como, quando aplicável, pelas normas brasileiras de contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As normas de procedimentos contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos em circulante e não circulante.

As seguintes demonstrações contábeis são elaboradas e divulgadas pela Entidade:

- Balanço Patrimonial (BP) - apresenta a posição patrimonial e financeira da Entidade no final do exercício, evidenciando os saldos consolidados dos recursos (ativo) e obrigações (passivo e patrimônio social) do Plano Básico de Benefícios - PBB e do Plano de Gestão Administrativa - PGA.
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) - apresenta de forma consolidada (PBB e PGA) as modifica es ocorridas no patrimônio social da Entidade no exercício.
- Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) - apresenta de forma consolidada a atividade administrativa da Entidade, evidenciando as receitas e despesas administrativas e a evolu o do fundo ad-



ministrativo no exercício.

- Demonstração do Ativo Líquido (DAL) - apresenta a posição patrimonial e financeira do plano de benefícios (PBB) no final do exercício, evidenciando os saldos dos recursos (ativos) e obrigações.
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) - apresenta as modificações ocorridas no ativo líquido do plano de benefícios (PBB) no exercício.
- Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) - apresenta a totalidade dos compromissos do plano de benefícios (PBB) no final do exercício.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva em 5 de março de 2020.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A contabilidade é elaborada respeitando a autonomia patrimonial dos planos de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdencial e o plano de gestão administrativa.

A Entidade adota, em seus processos, métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, e as modificações relevantes, caso ocorram, são evidenciadas em notas explicativas, com a quantificação dos respectivos efeitos.

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade no registro de suas operações e na avaliação dos ativos e obrigações estão descritas a seguir:

3.1. RESULTADO DAS OPERAÇÕES

Os lançamentos contábeis são registrados pelo regime de competência, significando que na determinação do resultado são com-

putadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas incorridas no mês correspondente.

3.2. GESTÃO PREVIDENCIAL - REALIZÁVEL

Registra os recursos a receber provenientes de contribuições do mês, dos participantes e das patrocinadoras, além das contribuições em atraso contratadas, devidas pelas patrocinadoras. As contribuições contratadas são contabilizadas pelo valor original e atualizadas de acordo com as taxas previstas em instrumentos contratuais, até a data do balanço.

3.3. GESTÃO ADMINISTRATIVA - REALIZÁVEL

Registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidade de empregados e de terceiros, além de gastos antecipados referentes a despesas de períodos subsequentes. Os recursos a receber da gestão administrativa são contabilizados pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

3.4. INVESTIMENTOS - REALIZÁVEL

3.4.1. Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

Os títulos e valores mobiliários de renda fixa integrantes da carteira própria e das carteiras dos fundos de investimento exclusivos, de acordo com a Resolução CNPC nº 29/2018, são registrados inicialmente pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e classificados nas seguintes categorias:

- (i) Títulos para negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja capacidade financeira e a intenção em mantê-los em carteira até o vencimento.

Os títulos e valores mobiliários classificados como títulos mantidos até o vencimento devem ter prazo a decorrer mínimo de 12 (doze) meses a contar da data de aquisição, e devem ser considerados, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito.

A capacidade financeira da Entidade deve ser caracterizada pela capacidade de atendimento das necessidades de liquidez do plano de benefícios, em função dos direitos dos participantes, das obrigações da Entidade e do perfil do exigível atuarial.

Os títulos classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e reconhecidos no resultado no período (custo amortizado).

Os títulos classificados como títulos para negociação são ajustados pelo valor de mercado, no mínimo ao final de cada mês, conforme legislação do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado ou patrimonial é apropriada ao resultado do período.

O valor de mercado dos ativos financeiros integrantes das carteiras dos fundos de investimento exclusivos é determinado de acordo com a metodologia adotada pelo administrador fiduciário (BEM DTVM Ltda.), conforme manual de marcação a mercado.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários são adotados os seguintes critérios (de forma resumida):

- Títulos públicos: taxas indicativas de mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - Anbima.

- Debêntures: são atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela Anbima. Para as debêntures que não são informadas pela Anbima é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (Anbima/B3).

- Letras financeiras: curva obtida a partir do spread em relação às taxas indicativas dos títulos públicos indexados a índices de inflação divulgados pela Anbima para os ativos atrelados a índices de inflação.

No exercício de 2019 não houve reclassificação de categoria para os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria, bem como as carteiras dos fundos de investimento exclusivos.

3.4.2. Operações Compromissadas

As operações compromissadas nos fundos de investimento exclusivos são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração pactuada.

3.4.3. Ações e cotas de fundos ETF

As ações integrantes das carteiras dos fundos de investimento exclusivos são registradas pelo custo de aquisição e valorizadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas na bolsa de valores, conforme normas expedidas pela CVM. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado ou patrimonial é apropriada ao resultado do período. A mesma prática se aplica às cotas de fundos de índice (ETF) negociadas na bolsa de valores (B3), adquiridas pelos fundos exclusivos.



3.4.4. Cotas de Fundos de Investimento

Referem-se a investimentos em cotas de fundos de investimento não exclusivos, registrados pelo valor efetivamente desembolsado (custo de aquisição) e atualizados pelo valor da cota patrimonial divulgada pelo administrador fiduciário do fundo investido.

São cotas de fundos de investimento em ações, do segmento de renda variável, e cotas de fundos de investimento multimercado, do segmento estruturado.

3.4.5. Fundos de Investimento em Participações - FIP

A aplicação de recursos em fundos de investimento em participações foi realizada em 2003 (CRT FIP) e 2004 (Energia PCH FIP) e são valorizados pela cota patrimonial informada pelo administrador fiduciário.

Os ativos avaliados a valor justo, integrantes da carteira dos FIP, são determinados com base em avaliação econômico-financeira, realizada por empresa independente especializada, contratada pelo administrador do fundo.

3.4.6. Derivativos

O uso de instrumentos derivativos é permitido dentro dos limites e condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.661/2018, com uso específico para proteção e posicionamento.

Considerando que a gestão da carteira de investimentos é terceirizada e discricionária, os administradores e os gestores externos dos fundos de investimento exclusivos são os responsáveis pela avaliação prévia dos riscos envolvidos nas operações com instrumentos derivativos.

3.4.7. Investimentos imobiliários

São registrados inicialmente pelo custo de

aquisição, reavaliados em período não superior a três anos, como determina a Instrução MPS/SPC nº 34/2009, e depreciados, exceto a fração do terreno, pelo método linear, por taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação, em cumprimento ao que estabelece a legislação vigente. Os aluguéis a receber estão registrados pelo valor principal e, quando aplicável, acrescidos dos encargos contratuais e deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3.4.8. Empréstimos

Os empréstimos concedidos a participantes estão apresentados pelo valor do principal, acrescidos da variação monetária e dos juros contratuais até a data do balanço, deduzidos das amortizações mensais. As provisões para perda no recebimento de créditos de liquidação duvidosa da carteira de empréstimos foram constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Instrução MPS/SPC nº 34/2009, que determina a adoção de percentuais de reconhecimento de perda sobre os valores dos créditos vencidos ou vincendos conforme o tempo de atraso, quais sejam: 25% para atrasos entre 61 e 120 dias; 50% para atrasos entre 121 e 240 dias; 75% para atrasos entre 241 e 360 dias; e 100% para atrasos superiores a 360 dias. Não há operações de financiamento imobiliário a participantes por serem vedadas pela Política de Investimentos da Entidade.

3.4.9. Ajuste de precificação

O Nucleos não está sujeito ao ajuste de precificação de que trata a Instrução Previc nº 10, de 30 de novembro de 2018, por não possuir títulos públicos federais classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, na sua carteira de investimentos.

3.5. DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

Os depósitos judiciais ou recursais da gestão previdencial, administrativa ou investimentos foram realizados em cumprimento de decisões judiciais e/ou para garantia da ampla defesa em demandas e litígios em que o Nucleos é parte. Esses depósitos são atualizados monetariamente até a data do balanço.

3.6. PERMANENTE

O ativo permanente é composto pelo imobilizado e intangível. No imobilizado estão registrados os bens tangíveis necessários ao funcionamento da Entidade, pelo custo de aquisição e depreciados pelo método linear, utilizando-se de taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bens. No intangível estão registrados os gastos com a aquisição de sistemas de informática, pelo valor do capital aplicado e amortizados no prazo máximo de cinco anos.

3.7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Estão registrados os saldos das obrigações correntes da Entidade, pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

3.8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

O exigível contingencial é registrado pelo montante estimado de perda considerada provável, de acordo com a avaliação dos escritórios de advocacia que patrocinam as ações judiciais, observada a sua natureza, calculado na data do balanço.

3.9. PATRIMÔNIO SOCIAL

3.9.1. Provisões matemáticas

São calculadas por atuário, de acordo com a nota técnica atuarial do plano de benefícios,

e correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros assumidos pela Entidade com os seus participantes e o valor atual das contribuições futuras previstas para o custeio daquelas obrigações.

3.9.2. Equilíbrio Técnico

Registra o excedente patrimonial (superávit) ou a insuficiência patrimonial (déficit) em relação aos compromissos totais do plano de benefícios administrado pelo Nucleos.

3.9.3. Fundos

Estão registrados os fundos da gestão administrativa e dos investimentos. O fundo administrativo é constituído ou revertido com o resultado entre receitas e despesas da gestão administrativa (sobra ou insuficiência) e é utilizado como fonte de custeio administrativo, de acordo com as disposições do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA). Os fundos dos investimentos registram os recursos destinados à cobertura de perdas na carteira de empréstimos, na ocorrência de morte ou inadimplência dos mutuários, observadas as disposições do regulamento desses fundos.

3.10. ASPECTOS TRIBUTÁRIOS

IRPJ e CSLL – os rendimentos auferidos pelos investimentos da Entidade estão isentos do imposto sobre a renda da pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), de acordo com artigo 5º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e Instrução Normativa (IN) da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 588, de 21 de dezembro de 2005.

PIS e Cofins – sujeito ao recolhimento mensal de contribuição ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, às alíquotas de 0,65% e 4%.

respectivamente, incidente sobre receitas administrativas e receitas dos investimentos do Plano de Gestão Administrativa - PGA, conforme Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.

Tafic - Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar, instituída pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, cujo fato gerador é o exercício do poder de polícia legalmente atribuído à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, para a fiscalização e a supervisão das entidades fechadas de previdência complementar. É recolhida à Previc quadrimestralmente, de acordo com a faixa de enquadramento do montante de recursos garantidores do plano de benefícios (investimentos).

3.11. USO DE ESTIMATIVAS

As estimativas contábeis foram elaboradas com base em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem

a provisão para créditos de liquidação duvidosa, as provisões para perdas com investimentos, a avaliação econômico-financeira de ativos, o exigível contingencial e as provisões matemáticas. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

4. DISPONÍVEL

Os saldos consolidados das disponibilidades em 31 de dezembro de 2019, no total de R\$ 466 (R\$ 67 em 2018), estão livremente disponíveis e não vinculados a qualquer obrigação.

5. GESTÃO PREVIDENCIAL

A composição do ativo realizável da gestão previdencial, em 31 de dezembro, é como segue:

Em milhares de Reais

	2019	2018
Contribuições normais do mês (5.1)	6.155	3.797
Contribuições extraordinárias do mês (5.2)	293	469
Contribuições contratadas (5.3)	402.635	399.010
Outros recursos a receber	14	24
Depósitos judiciais/recursais (5.4)	422	-
	409.519	403.300

5.1. CONTRIBUIÇÕES NORMAIS DO MÊS

Referem-se às contribuições normais, de responsabilidade de participantes e patrocinadoras, relativas ao mês de encerramento dos balanços, que foram regularmente recebidas no respectivo vencimento. As contribuições devidas pela patrocinadora Nucleos ao plano de bene-

fícios foram recebidas no mês de encerramento dos balanços. As contribuições devidas pela patrocinadora Eletronuclear, referentes a dezembro de 2018, foram recebidas dentro do próprio mês. A composição do saldo a receber das demais patrocinadoras e de participantes autopatrocinaados e em BPD, em 31 de dezembro, é como segue:

	2019			2018		
	Patrocinador	Participante	Total	Patrocinador	Participante	Total
INB	955	830	1.785	997	965	1.962
Eletronuclear	1.569	1.357	2.926	-	-	-
Nuclep	750	646	1.396	901	899	1.800
Autopatrocinaados	-	47	47	-	34	34
BPD	-	1	1	-	1	1
	3.274	2.881	6.155	1.898	1.899	3.797

Em milhares de Reais

5.2. CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DO MÊS

Referem-se às contribuições extraordinárias de serviço passado, de responsabilidade das patrocinadoras, relativas ao mês de encerramento dos balanços, que foram regularmente recebidas no respectivo vencimento. As contribuições devidas

pela patrocinadora Nucleos ao plano de benefícios foram recebidas no mês de encerramento dos balanços. As contribuições devidas pela patrocinadora Eletronuclear, referentes a dezembro de 2018, foram recebidas dentro do próprio mês. A composição do saldo a receber das demais patrocinadoras, em 31 de dezembro, é como segue:

	Em milhares de Reais	
	2019	2018
INB	83	237
Eletronuclear	146	-
Nuclep	64	232
	293	469

5.3. CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS

Registra as contribuições em atraso objeto de contrato com as patrocinadoras INB

e Nuclep (Termo de Transação), firmado em maio de 2006 e novembro de 2007, respectivamente. A composição do saldo, em 31 de dezembro, é como segue:

	Em milhares de Reais	
	2019	2018
INB (5.3.1)	182.390	182.699
Nuclep (5.3.2)	220.245	216.311
	402.635	399.010

5.3.1. PATROCINADORA INB - CONTRATO DE MAIO/2006

Refere-se ao contrato de dívida celebrado entre a patrocinadora INB e o Nucleos, por meio do termo de transação firmado em maio de 2006 e homologado em juízo em novembro de 2006. Pelos termos do acordo, a dívida consolidada existente até 31 de maio de 2006, data da assinatura do termo

de transação, foi dividida em 360 parcelas mensais e sucessivas (Tabela "Price"), com início em julho de 2006, devidamente atualizada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescida de juros de 6% ao ano. As parcelas do acordo com data de vencimento até o fechamento destas notas explicativas foram regularmente pagas. A evolução do saldo em cada exercício está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais

	2019	2018
Saldo no início do exercício	182.699	182.116
Parcelas pagas	(17.164)	(16.561)
Atualização	16.855	17.144
Saldo no final do exercício	182.390	182.699

5.3.2. PATROCINADORA NUCLEP - CONTRATO DE NOVEMBRO/2007

Refere-se ao contrato de dívida celebrado entre a patrocinadora Nuclep e o Nucleos, por meio do termo de transação firmado em novembro de 2007 e homologado em juízo, cujo objeto é a composição da dívida previdencial e assistencial, oriunda de ação de cobrança movida pelo Nucleos em face da

Nuclep. Pelos termos do acordo, a dívida foi dividida em 360 parcelas mensais e sucessivas (Tabela "Price"), com início em dezembro de 2009, devidamente atualizada pela variação do INPC, acrescida de juros de 6% ao ano. As parcelas do acordo com data de vencimento até o fechamento destas notas explicativas foram regularmente pagas. A evolução do saldo em cada exercício está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais

	2019	2018
Saldo no início do exercício	216.311	214.157
Parcelas pagas	(18.486)	(17.806)
Atualização	22.420	19.960
Saldo no final do exercício	220.245	216.311

5.4. DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

Representam os depósitos judiciais e recursos, vinculados a processos em discussão na esfera judicial, envolvendo a gestão

previdencial, atualizados até a data do balanço pela rentabilidade da caderneta de poupança. O saldo em 31 de dezembro de 2019 monta a R\$ 422 (não há saldo em 2018).

6. GESTÃO ADMINISTRATIVA

O realizável da gestão administrativa registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidade de empregados e de

terceiros, os gastos relativos a despesas de períodos subsequentes e os depósitos judiciais e recursais vinculados a processos da gestão administrativa. A composição do saldo, em 31 de dezembro, é como segue:

Em milhares de Reais

	2019	2018
Contas a receber	137	81
Despesas antecipadas	524	639
Depósitos judiciais/recursais	19	18
	680	738

7. INVESTIMENTOS

A composição do ativo realizável dos investimentos, posição consolidada, em 31 de dezembro, é como segue:

Em milhares de Reais

	2019	2018
Créditos privados e depósitos (7.1)	-	9.565
Fundos de investimento (7.2)	3.587.557	3.026.397
Investimentos imobiliários (7.3)	53.647	63.556
Empréstimos e financiamentos (7.4)	15.245	14.926
Outros realizáveis (7.5)	2.425	71.476
	3.658.874	3.185.920

7.1. CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS

Estão registradas as aplicações em títulos privados e valores a receber de empresas privadas, com gestão própria do Nucleos (carteira própria).

7.1.1. DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS - SANESALTO SANEAMENTO

As debêntures de emissão da Sanesalto Saneamento foram adquiridas em outubro de 2004, cujas condições em vigor até o

exercício de 2013 previam o pagamento de juros à taxa de 11,50% ao ano, atualização monetária pelo IGP-M e amortização em 12 (doze) parcelas com término em 1º de junho de 2021.

Em 26 de junho de 2014, os debenturistas reunidos na 19ª. assembleia, por maioria e com voto contrário do Nucleos, aprovaram a reestruturação das debêntures de emissão da Sanesalto, com o reescalonamento dos prazos e alteração nas condições de pagamento e remuneração.

Com a reestruturação a taxa de juros foi reduzida para 6,25% ao ano e as parcelas vencidas foram incorporadas ao principal, sendo que o prazo de pagamento passou para 10 anos, com início em junho de 2015, após carência de 12 meses, e término em maio de 2025.

Esses títulos estavam classificados como títulos mantidos até o vencimento e não puderam ser precificadas a valor de mercado em razão da inexistência de negociação deles no mercado.

Em dezembro de 2019, o emitente realizou o

resgate antecipado das debêntures, com a liquidação integral do valor presente dos títulos, em 30 de dezembro de 2019, na quantia de R\$ 10.567 (Em 2018, custo atualizado/valor de realização de R\$ 9.565).

7.1.2. VALORES A RECEBER (TÍTULOS VENCIDOS) - ULBRA E TÊXTIL RENAUX

Referem-se a créditos de títulos vencidos, que se encontram integralmente provisionados para perda. A posição dos créditos atualizados e da correspondente provisão para perda, em 31 de dezembro, é a seguinte:

	Em milhares de Reais	
	2019	2018
Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) (a)	102.254	84.557
(-) Provisão para perda (Ulbra)	(102.254)	(84.557)
Têxtil Renaux (TXRX) (b)	84.081	71.339
(-) Provisão para perda (TXRX)	(84.081)	(71.339)
	-	-

(a) UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL (ULBRA)

As debêntures de emissão da Ulbra foram adquiridas em 2003 e 2004, sendo que o Nucleos, por meio do Agente Fiduciário, ingressou em 2009 com ação judicial de execução para a recuperação do crédito, em virtude do descumprimento das obrigações assumidas pela Ulbra na escritura de emissão de debêntures.

No processo de execução foram arrestados bens imóveis visando a satisfação do crédito, tendo o Juízo deferido a conversão em penhora de parte desses bens. Aguarda-se a decisão sobre o pedido de conversão em penhora dos demais imóveis arrestados. No estágio atual ainda não é possível afirmar se os bens arrestados/penhorados poderão

ser utilizados para o pagamento dos credores debenturistas, uma vez que há outros credores, inclusive credores preferenciais (fiscais e trabalhistas), pleiteando penhora sobre os mesmos bens.

Em maio de 2019, a Ulbra ajuizou pedido de Recuperação Judicial, que foi indeferido pelo Juízo da 4ª Vara Cível de Canoas/RS. A Ulbra interpôs recurso de apelação contra essa decisão, que foi provido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), em julgamento realizado em 13/12/2019, determinando o processamento da Recuperação Judicial. Contra essa decisão do TJRS foram opostos embargos de declaração, que estão pendentes de julgamento. Em que pese este recurso, a Recuperação Judicial prosseguiu com a nomeação do administrador judicial, bem como a suspensão de todas as

ações e execuções contra a devedora, inclusive, a de interesse do Nucleos.

Em 31 de agosto de 2009, foi constituída provisão para perda referente à totalidade do investimento, por ter sido considerado de difícil recebimento, situação que não sofreu modificação até a data de emissão destas demonstrações contábeis.

A dívida vem sendo atualizada conforme critérios estipulados na escritura de emissão. Em 31 de dezembro de 2019, a dívida referente a esses títulos, que se encontra integralmente provisionada para perda, monta a R\$ 102.254 (R\$ 84.557 em 2018).

(b) TÊXTIL RENAUX (TXRX)

As debêntures de emissão da Têxtil Renaux foram adquiridas em 2005, sendo que o Nucleos, por meio do Agente Fiduciário, ingressou em 2006 com ação judicial de execução para a recuperação do crédito, em virtude do descumprimento de obrigações assumidas pelo emitente. Com isso, o investimento foi classificado como crédito de difícil recebimento, com o reconhecimento de provisão para perda desses recursos.

A execução judicial prosseguiu ao longo desses anos, sem modificação quanto à probabilidade de recuperação dos valores investidos. No curso do processo de execução houve a penhora de bens visando a satisfação de débitos da Têxtil Renaux, porém existiam outras penhoras recaindo sobre os mesmos bens, referentes a execuções movidas por outros credores da companhia, não sendo possível determinar se esses bens seriam suficientes para a satisfação do crédito dos debenturistas.

Em 28 de fevereiro de 2019, a Têxtil Renaux formulou pedido de homologação de Plano de Recuperação Extrajudicial (PRE), que foi

distribuído à Vara Comercial de Brusque - SC. Nesse processo, o Agente Fiduciário foi listado como credor abrangido pelo PRE, no valor de R\$ 42.582, referente ao crédito total dos debenturistas, dentre eles o Nucleos, cuja participação no crédito é de 84,2%. O valor apresentado no PRE pela Têxtil Renaux considera um deságio de aproximadamente 51% do crédito objeto do processo em execução que, na mesma data, monta a R\$ 86.820.

Em 6 de março de 2019, a Vara Comercial de Brusque - SC proferiu decisão recebendo o pedido formulado pela Têxtil Renaux e determinando a publicação do edital de convocação de credores. Foi também determinada a suspensão das ações e execuções realizadas pelos credores abrangidos pelo PRE, inclusive, a execução de interesse do Nucleos.

Em 2 de maio de 2019, o Agente Fiduciário apresentou manifestação requerendo o indeferimento do pedido de homologação do PRE, em razão de possíveis ilegalidades, dentre elas, a inobservância do quórum exigido pela legislação, o deságio abusivo no valor do crédito dos debenturistas e a ausência de demonstração de viabilidade econômico-financeira da Têxtil Renaux para o cumprimento do PRE. Em 16 de julho de 2019, foi proferida decisão nomeando a empresa Excellenza Consultoria Empresarial para realizar perícia técnica contábil.

A provisão para perda, referente à totalidade do investimento, foi reconhecida inicialmente em 31 de agosto de 2006, por ter sido considerado crédito de difícil recebimento, situação que não sofreu modificação até a data de emissão destas demonstrações contábeis.

A dívida vem sendo atualizada com base no cálculo do processo judicial de execução,

que tem por base valores apurados em perícia contábil-financeira. Em 31 de dezembro de 2019, a dívida relativa a esses títulos, que se encontra integralmente provisionada para perda, monta a R\$ 84.081 (R\$ 71.339 em 2018).

7.2. FUNDOS DE INVESTIMENTO

Registra as aplicações de recursos por meio de fundos de investimento classificados como de renda fixa, multimercado, de ações e em participações, nos segmentos de renda fixa, renda variável e estruturado. A composição, posição consolidada, em 31 de dezembro, é como segue:

Em milhares de Reais

	2019	2018
Fundos de investimento renda fixa	681.921	1.164.980
Nucleos II - FI RF Referenciado DI	417.103	425.100
Nucleos V - Sul América ALM FI RF LP	169.330	375.436
Nucleos VI - Icatu Vanguarda ALM FI RF LP	95.488	364.444
Fundos de investimento multimercado	1.694.324	1.214.342
Nucleos I - OCCAM FIM	467.002	309.368
Nucleos VIII - FI Multimercado	796.872	626.831
Fundos não exclusivos [7.2.1 (a)]	430.450	278.143
Fundos de investimento em ações	1.116.496	554.146
Nucleos III - OCCAM FIA	414.919	215.519
Nucleos IV - BNP Paribas FIA	156.402	100.228
Fundos não exclusivos [7.2.1 (b)]	545.175	238.399
Fundos de investimento em participações	94.816	92.929
CRT FIP (7.2.5)	89.956	88.305
Energia PCH FIP (7.2.6)	4.860	4.624
	3.587.557	3.026.397

A classificação dos fundos de investimento exclusivos e não exclusivos segue a normatização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os valores apresentados correspondem ao patrimônio líquido dos fundos de investimento e, no caso dos fundos não exclusi-

vos, representam a participação do Nucleos no patrimônio líquido de cada fundo.

Em abril de 2019, a denominação dos fundos Nucleos I e Nucleos III foi alterada, face à substituição do gestor Brasil Plural pelo gestor OCCAM Brasil Gestão de Recursos Ltda.

Em maio de 2019, o gestor do fundo Nucleos V, Western Asset, foi substituído pelo gestor Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A., com a consequente adequação da denominação do fundo.

7.2.1. FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO EXCLUSIVOS

A composição dos fundos de investimento não exclusivos, em 31 de dezembro, é como segue:

(a) FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO

Em milhares de Reais

	2019	2018
Ibiuna Hedge STH FIC FIM	142.056	71.618
Absolute Vertex II FIC FIM	121.280	44.375
Ibiuna Long Short STLS FIC FIM	81.138	-
Exploritas Alpha AL FIM	85.976	-
Sharp Long Short FIM	-	29.385
Gávea Macro FIC FIM	-	28.981
Garde D'Artagnan FIC FIM	-	30.588
Mauá Macro FIC FIM	-	73.196
	430.450	278.143

De acordo com a Resolução CMN n° 4.661/2018, os fundos de investimento não exclusivos classificados como multimercado estão alocados no segmento de aplicação estruturado.

(b) FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES

Em milhares de Reais

	2019	2018
Moat Capital FIC FIA	185.077	104.344
Neo Navitas FIC FIA	78.835	21.654
Franklin Valor e Liquidez FVL FIC FIA	42.297	39.774
Sul América Equities FIA	112.386	39.359
Vinci Mosaico FIA	126.580	33.268
	545.175	238.399

7.2.2. COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO

O quadro a seguir apresenta o detalhamento e composição dos recursos com

gestão terceirizada, por meio de fundos de investimento, exclusivos e não exclusivos, nos diversos segmentos e modalidades de aplicação, posição consolidada, em 31 de dezembro:

Em milhares de Reais

	2019		2018	
	Valor	Particip. (%)	Valor	Particip. (%)
Renda fixa (7.2.3)	1.845.442	51,44	2.053.577	67,86
Títulos públicos federais	1.845.442	51,44	2.052.965	67,84
NTN-B - Notas do Tesouro Nacional - Série B	255.927	7,13	689.510	22,78
NTN-C - Notas do Tesouro Nacional - Série C	8.763	0,24	84.868	2,81
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	681.875	19,01	479.652	15,85
LTN - Letras do Tesouro Nacional	191.484	5,34	-	-
Operações compromissadas	707.393	19,72	798.935	26,40
Créditos privados e depósitos	-	-	612	0,02
Letras Financeiras	-	-	612	0,02
Renda variável	1.205.245	33,60	621.994	20,55
Ações (7.2.4)	506.101	14,11	307.751	10,17
Cotas de fundos de ações [7.2.1 (b)]	545.175	15,20	238.399	7,88
Cotas de fundos de ações e ETF (i)	153.969	4,29	75.844	2,50
Estruturado	525.266	14,64	371.072	12,26
CRT FIP (7.2.5)	89.956	2,51	88.305	2,92
Energia PCH FIP (7.2.6)	4.860	0,13	4.624	0,15
Cotas de fundos multimercado [7.2.1 (a)]	430.450	12,00	278.143	9,19
Tesouraria/contas a receber/pagar dos fundos	11.604	0,32	(20.246)	-0,67
	3.587.557	100,00	3.026.397	100,00

(i) cotas de fundos de investimento em ações e cotas de fundos de índice (ETFs) alocados nas carteiras dos fundos de investimento exclusivos, conforme segue:

Em milhares de Reais

Fundo investido	Fdo investidor	2019	2018
Ishares Bm&Fbovespa BOVA FI (*)	Nucleos I	-	19.957
OCCAM FIC FIA	Nucleos I	23.996	-
Bahia AM Valuation FIC FIA	Nucleos VIII	89.022	42.181
Bahia AM Smid Caps FIC FIA	Nucleos VIII	19.764	13.706
Ishares Bm&Fbovespa SMALL FI	Nucleos VIII	21.187	-
		153.969	75.844

(*) em 2018, apresentado na composição das ações, Nota 7.2.4.

O Nucleos é o responsável pelas decisões de macroalocação dos recursos, conforme diretrizes da Política de Investimentos e ALM - Asset Liability Management, enquanto a seleção de ativos é terceirizada e discricionária. Assim, as aquisições e alienações de ativos são efetivadas pelos gestores externos.

Os gestores externos são selecionados com base no Manual de Investimentos - Procedimentos Internos de Seleção e Avaliação de Prestadores de Serviços do Nucleos.

Na aplicação dos recursos em títulos e valores mobiliários e em quaisquer outros ativos de investimento os gestores devem observar a conformidade com as disposições conti-

das no Regulamento do fundo, na Política de Investimentos do Nucleos e nas normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, especialmente a Resolução CMN nº 4.661/2018, bem como em normativos expedidos pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

7.2.3. CLASSIFICAÇÃO DOS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE RENDA FIXA

Todos os títulos e valores mobiliários que integram as carteiras dos fundos de investimento exclusivos da Entidade (Nucleos I, II, III, IV, V, VI e VIII) foram classificados na categoria de títulos para negociação, em conformidade com a Resolução CNPC nº 29/2018.

Em milhares de Reais

	2019		2018
	Valor de Mercado	Faixa Vencimento	
Títulos do Tesouro Nacional			
NTN-B	-	Até 1 ano	29.097
NTN-B	255.927	Após 1 ano	660.413
NTN-C	8.763	Após 1 ano	84.868
LFT	42.027	Até 1 ano	5.573
LFT	639.848	Após 1 ano	474.079
LTN	58.390	Até 1 ano	-
LTN	133.094	Após 1 ano	-
Operações Compromissadas			
LFT	-	Até 1 ano	193.755
LTN	653.365	Até 1 ano	605.180
NTN	54.028	Até 1 ano	-
Letras Financeiras			
Banco Votorantim S.A.	-		612
	1.845.442		2.053.577

Estão também incluídos na categoria de títulos para negociação os títulos e valores mobiliários das carteiras dos fundos de investimento não exclusivos, de acordo com os normativos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

7.2.4. INVESTIMENTOS EM AÇÕES

O detalhamento dos investimentos em ações que compõem a carteira dos fundos exclusivos, em 31 de dezembro, é como segue:

Em milhares de Reais

Companhia	Código*	2019	
		Valor	Part. (%)
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	PETR	47.628	9,41
Vale S.A.	VALE	46.099	9,11
Magazine Luiza S.A.	MGLU	33.373	6,59
Banco Bradesco S.A.	BBDC	32.004	6,32
Itaú Unibanco S.A.	ITUB	30.702	6,07
Lojas Renner S.A.	LREN	27.122	5,36
Banco do Brasil S.A.	BBAS	18.298	3,62
Hapvida Participações e Investimentos S.A.	HAPV	16.684	3,30
JBS S.A.	JBSS	15.622	3,09
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobrás	ELET	14.601	2,88
Rumo S.A.	RAIL	14.498	2,86
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.	ITSA	13.646	2,70
Equatorial Energia S.A.	EQTL	13.642	2,70
CESP - Cia Energética de São Paulo	CESP	10.413	2,06
IRB - Brasil Resseguros S.A.	IRBR	9.759	1,93
Via Varejo S.A.	VVAR	9.551	1,89
B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão	B3SA	9.167	1,81
Ambev S.A.	ABEV	8.925	1,76
Santos Brasil Participações S.A.	STBP	8.325	1,64
BB Seguridade Participações S.A.	BBSE	8.226	1,63
Banco BTG Pactual S.A.	BPAC	7.560	1,49
Localiza Rent a Car S.A.	RENT	7.093	1,40
Gerdau S.A.	GGBR	6.703	1,32
Cyrela Brazil Realty S.A. - Empreend. e Part.	CYRE	6.577	1,30
Banco Inter S.A.	BIDI	5.913	1,17
Neoenergia S.A.	NEOE	5.197	1,03
Energisa S.A.	ENGI	4.867	0,96
Notre Dame Intermédica Participações S.A.	GNDI	4.730	0,93
Azul S.A.	AZUL	4.707	0,93
BR Malls Participações S.A.	BRML	3.651	0,72

continua na página seguinte



continuação da página anterior

Companhia	Código*	2019	
		Valor	Part. (%)
Cia Energética de Minas Gerais - Cemig	CMIG	3.610	0,71
Suzano S.A.	SUZB	3.222	0,64
BRF S.A.	BRFS	3.139	0,62
Raia Drogasil S.A.	RADL	2.662	0,53
Telefônica Brasil S.A	VIVT	2.604	0,51
Sul América S.A.	SULA	2.475	0,49
Weg S.A.	WEGE	2.461	0,49
Petrobras Distribuidora S.A.	BRDT	2.147	0,42
Ultrapar Participações S.A.	UGPA	1.990	0,39
Cogna Educação S.A.	COGN	1.894	0,37
Lojas Americanas S.A.	LAME	1.874	0,37
CCR S.A.	CCRO	1.865	0,37
Cia Saneamento Básico Estado SP	SBSP	1.863	0,37
Natura & Co Holding S.A.	NTCO	1.812	0,36
Mafrig Glogal Foods S.A.	MRFG	1.751	0,35
Banco Santander (Brasil) S.A.	SANB	1.630	0,32
Hypermercados S.A.	HYPE	1.482	0,29
B2W - Companhia Digital	BTOW	1.340	0,26
Engie Brasil Energia S.A.	EGIE	1.320	0,26
Cosan S.A.	CSAN	1.241	0,25
Estácio Participações S.A.	YDUQ	1.224	0,24
Embraer S.A.	EMBR	1.206	0,24
TIM Participações S.A.	TIMP	1.186	0,23
Banco Pan S.A.	BPAN	1.147	0,23
Demais empresas**		13.673	2,71
		506.101	100,00

*Código na Bolsa de Valores (B3).

**Posição individual inferior a 1 milhão de reais.



Companhia	Código*	2018	
		Valor	Part. (%)
Banco Bradesco S.A.	BBDC	40.356	13,11
Itaú Unibanco S.A.	ITUB	35.185	11,43
Vale S.A.	VALE	25.947	8,43
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	PETR	25.100	8,16
IRB - Brasil Resseguros S.A.	IRBR	22.250	7,23
B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão	B3SA	21.466	6,98
Banco do Brasil S.A.	BBAS	17.158	5,58
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.	ITSA	12.193	3,96
Magazine Luiza S.A.	MGLU	11.541	3,75
Localiza Rent a Car S.A.	RENT	9.904	3,22
Lojas Renner S.A.	LREN	8.068	2,62
CVC Brasil Oper. e Agência de Viagens S.A.	CVCB	6.754	2,19
Equatorial Energia S.A.	EQTL	5.849	1,90
Rumo S.A.	RAIL	5.078	1,65
Ambev S.A.	ABEV	4.797	1,56
Banco Santander (Brasil) S.A.	SANB	3.827	1,24
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobrás	ELET	3.741	1,22
Energisa S.A.	ENGI	3.065	1,00
Bradespar S.A.	BRAP	2.941	0,96
Cia Brasileira de Distribuição	PCAR	2.763	0,90
Brasken S.A.	BRKM	2.585	0,84
Ultrapar Participações S.A.	UGPA	2.222	0,72
Atacadão S.A.	CRFB	2.158	0,70
Petrobras Distribuidora S.A.	BRDT	1.971	0,64
Kroton Educacional S.A.	KROT	1.836	0,60
Telefônica Brasil S.A.	VIVT	1.721	0,56
JBS S.A.	JBSS	1.720	0,56
Suzano Papel e Celulose S.A.	SUZB	1.489	0,48
Fibria Celulose S.A.	FIBR	1.409	0,46
BB Seguridade Participações S.A.	BBSE	1.237	0,40
BRF S.A.	BRFS	1.187	0,39
Embraer S.A.	EMBR	1.062	0,35
Cia Locação das Américas	LCAM	1.037	0,34
Demais empresas**		18.134	5,87
		307.751	100,00

*Código na Bolsa de Valores (B3).

**Posição individual inferior a 1 milhão de reais.

7.2.5. CRT FIP MULTIESTRATÉGIA ("CRT FIP")

Refere-se à aplicação de recursos, realizada em dezembro de 2003, no fundo de investimento em participações, denominado CRT FIP.

Os recursos aplicados no CRT FIP, cuja participação do Nucleos é de 100%, foram investidos em ações preferenciais da Concessionária Rio-Teresópolis S.A. ("CRT"). Em 31 de dezembro de 2019, o CRT FIP detinha 9.526 ações preferenciais classe A da empresa investida, correspondendo a 25,28% de ações dessa classe e 11,02% da totalidade das ações da Companhia.

A participação do CRT FIP na Concessioná-

ria Rio-Teresópolis S.A. foi precificada pelo critério de valor justo com base em avaliação econômico-financeira ("Valuation") da Companhia, realizada por empresa independente e especializada em avaliação de empresas, contratada pelo administrador fiduciário do fundo (Oliveira Trust DTVM S.A.).

Para o encerramento do exercício de 2019 a avaliação foi realizada pela empresa Alvarez & Marsal Assessoria em Transações Ltda., CNPJ nº 28.287.683/0001-29.

Na avaliação econômico-financeira da Concessionária Rio-Teresópolis S.A. foi utilizada a seguinte metodologia e premissas gerais, além de análises e projeções macroeconômicas apresentadas no laudo:

Data do laudo de avaliação:	20 de dezembro de 2019
Data-base do estudo:	30 de setembro de 2019
Padrão de valor:	Valor justo
Moeda de projeção:	Reais (R\$) nominal
Metodologia:	Fluxo de Caixa Descontado ("FCD") utilizando o fluxo de caixa para a firma ajustado por dívida líquida e ativos e passivos não operacionais.
Período de projeção:	Outubro de 2019 a março de 2021, conforme contrato de concessão.
Taxa de desconto:	11,0% em termos nominais, a partir da metodologia WACC.
Fontes de informação:	Informações fornecidas pela Companhia CRT.

O saldo do investimento no CRT FIP, em 31 de dezembro de 2019, monta a R\$ 89.956 (R\$ 88.305 em 2018).

O Nucleos está desenquadrado em relação ao limite de concentração para a aplicação de recursos da Entidade, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional, por deter 100% das cotas do CRT FIP.

As ações para o enquadramento no limite legal (25% do patrimônio líquido do fundo) foram iniciadas em 2007, que consistem em ofertas públicas (semestrais até 2012 e trimestrais a partir de 2013), através de lei-

ões eletrônicas em plataforma da Cetip (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão). Apesar de ampla divulgação não houve interessados nas ofertas realizadas até o fechamento destas notas explicativas.

Outras alternativas para o reenquadramento do investimento foram avaliadas pelo Nucleos, porém nenhuma delas se mostrou viável sob o aspecto legal e financeiro.

7.2.6 ENERGIA PCH FIP MULTIESTRATÉGIA ("PCH FIP")

Em agosto de 2004 foram investidos recur-

dos do Plano no fundo de investimento em participações Energia PCH FIP. A participação do Nucleos no patrimônio do fundo é de aproximadamente 0,73%, cuja carteira é composta, principalmente, por ações da empresa Juruena Participações S.A.

Em junho de 2017, os cotistas deliberaram, em Assembleia Geral, pela emissão de novas cotas para fins de pagamento de despesas ordinárias e extraordinárias do fundo. A parte que coube ao Nucleos monta a R\$ 46, sendo que até o fechamento destas notas explicativas foi integralizado R\$ 44.

Em março de 2019, o administrador fez nova precificação dos ativos da carteira do FIP, baseado no laudo de avaliação econômico-financeira elaborado pela empresa Thoreos Consultoria Ltda. (CNPJ nº 08.646.359/0001-42), emitido em 31 de janeiro de 2019, com base nos números de 31 de dezembro de 2018. A atualização do valor dos ativos impactou positivamente o resultado dos investimentos do Nucleos

em R\$ 332.

O saldo do investimento no PCH FIP, em 31 de dezembro de 2019, monta a R\$ 4.860 (R\$ 4.624 em 2018).

A metodologia de avaliação adotada na apuração do valor justo dos ativos, principalmente, da investida Juruena Participações S.A., é o Fluxo de Caixa Descontado (FCD), o qual estima o valor de uma empresa mediante o cálculo do valor presente dos seus fluxos de caixa projetados. Para a taxa de desconto foi considerado o CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) modificado para capturar riscos não diversificáveis. A taxa nominal de desconto utilizada é de 8,27% ao ano.

7.2.7. GESTORES E ADMINISTRADORES DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO

A identificação dos fundos de investimento, seus gestores e administradores, posição em 31 de dezembro de 2019, estão listados a seguir:

Fundo de investimento	Gestor	Administrador
Nucleos I - OCCAM Fundo de Investimento Multimercado	OCCAM Brasil Gestão de Recursos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Nucleos II - Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	BEM DTVM Ltda.
Nucleos III - OCCAM Fundo de Investimento em Ações	OCCAM Brasil Gestão de Recursos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Nucleos IV - BNP Paribas Fundo de Investimento em Ações	BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Nucleos V - Sul América ALM Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.	BEM DTVM Ltda.
Nucleos VI - Icatu Vanguarda ALM Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Nucleos VIII - Fundo de Investimento Multimercado	Bahia AM Renda Variável Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Moat Capital Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Ações	Moat Capital Gestora de Recursos Ltda.	Intrag DTVM Ltda.

continua na página seguinte

continuação da página anterior

Fundo de investimento	Gestor	Administrador
Neo Navitas Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações	Neo Gestão de Recursos Ltda.	Intrag DTVM Ltda.
Franklin Valor e Liquidez FVL Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Ações	Franklin Templeton Investimentos (Brasil) Ltda.	BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
Sul América Equities Fundo de Investimento em Ações	Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.	BEM DTVM Ltda.
Vinci Mosaico Fundo de Investimento de Ações	Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Ibiuna Hedge STH Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	Ibiuna Gestão de Recursos Ltda. Ibirapuera Performance Investimentos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Absolute Vertex II Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	Absolute Gestão de Investimentos Ltda.	BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
Exploritas Alpha América Latina Fundo de Investimento em Cotas de FI Multimercado	Exploritas Administração Financeira Ltda.	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM
Ibiuna Long Short STLS Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	Ibirapuera Performance Investimentos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
CRT FIP Multiestratégia	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.
Energia PCH FIP Multiestratégia	Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda.	Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.

Os fundos de investimento Nucleos I, II, III, IV, V, VI e VIII são exclusivos. Nesses fundos de investimento o Nucleos é o único cotista.

A empresa BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) Ltda. é uma empresa do Grupo Bradesco (Banco Bradesco S/A).

O Banco Bradesco S.A. é o responsável pelos serviços de custódia e controladoria dos títulos e valores mobiliários da Entidade.

7.3. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os investimentos em imóveis estão registrados pelos valores de aquisição, acrescidos dos custos sobre a operação e são reavaliados a valor de mercado, com intervalo máximo de três anos. São depreciados pelo método linear, exceto a fração do terreno, em função da vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação. O valor apresentado para cada imóvel refere-se ao terreno e à edificação e estão líquidos da depreciação acumulada. A composição da carteira de imóveis para aluguel e renda, em 31 de dezembro, é como segue:

Em milhares de Reais

	2019	2018
Uso próprio	5.266	5.503
Av. República do Chile, 230 - 15° andar - Ala Sul	5.266	5.503
Locados a terceiros	48.302	57.980
Praia do Flamengo, 200 - 7° andar	10.773	12.164
Rua Victor Civita, 66 - bl. 01 - sala 502	3.343	4.920
Av. República do Chile, 230 - 14° andar	9.400	9.822
Av. República do Chile, 230 - 15° andar - Ala Norte	4.134	4.320
Av. Rio Branco, 1 - 19° andar	20.652	26.754
Valores a receber	79	73
Aluguéis e encargos locatícios	79	73
	53.647	63.556

Em uso próprio está registrado o imóvel ocupado pela estrutura administrativa do Nucleos, sendo que o Plano de Gestão Administrativa - PGA remunera mensalmente os investimentos do plano de benefícios pela ocupação, em valor compatível com o mercado, conforme determina a Instrução MPS/SPC nº 34/2009.

Em locados a terceiros estão registrados os imóveis alugados ou colocados à disposição para locação.

Os valores a receber são referentes a: (i) aluguéis e encargos locatícios do mês de encerramento dos balanços, recebidos regularmente no mês seguinte ao de referência; e (ii) despesas relativas a períodos subsequentes, pagas antecipadamente (seguro predial de imóveis vagos).

A partir da vigência da Resolução CMN nº 4.661/2018, ficou vedada novas aplicações de recursos em terrenos e imóveis (aplica-

ções diretas), devendo a Entidade, no prazo máximo de 12 (doze) anos, promover a alienação do estoque em carteira própria ou transferi-los para um fundo de investimento imobiliário (FII) constituído para receber esses ativos.

7.3.1. REAVALIAÇÕES DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os imóveis são reavaliados por empresas especializadas em avaliações patrimoniais, em período não superior a três anos, conforme determina a Instrução MPS/SPC nº 34/2009.

Para a avaliação dos imóveis e emissão dos laudos de avaliação as empresas seguem critérios estabelecidos em normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Para o exercício de 2019, a avaliação foi realizada para todos os imóveis da carteira do Nucleos, conforme segue:



Em milhares de Reais

Imóvel	Data	Valor Avaliado	Valor Contábil	Resultado
Praia do Flamengo, 200 - 7º andar	dez/2019	10.773	12.079	(1.306)
Rua Victor Civita, 66 - bl. 01 - sala 502	dez/2019	3.343	4.890	(1.547)
Av. República do Chile, 230 - 14º andar	dez/2019	9.400	9.750	(350)
Av. República do Chile, 230 - 15º andar	dez/2019	9.400	9.750	(350)
Av. Rio Branco, 1 - 19º andar	dez/2019	20.652	26.688	(6.036)
				(9.589)

A avaliação dos imóveis foi realizada pela empresa Investor Consulting Partners Consultoria Ltda., CNPJ nº 13.711.795/0001-98.

O resultado da reavaliação dos ativos imobiliários foi registrado em dezembro de 2019, no valor de R\$ 9.589. Esse resultado reflete a redução no valor de mercado dos imóveis, em razão das dificuldades que o mercado imobiliário na Cidade do Rio de Janeiro tem enfrentado nos últimos anos.

7.4. EMPRÉSTIMOS

Representam os saldos dos empréstimos concedidos aos participantes do Plano Básico de Benefícios (PBB), os quais são corrigidos pela variação do INPC (IBGE), acrescida de juros de 6% ao ano, para os contratos assinados até fevereiro de 2010, e de juros de 7% ao ano, para os contratos assinados a partir de março de 2010. A posição da carteira, em 31 de dezembro, é como segue:

Em milhares de Reais

	2019	2018
Principal e encargos contratuais	17.008	17.113
(-) Provisão para perda	(1.763)	(2.187)
	15.245	14.926

A provisão para perda no recebimento dos empréstimos a participantes foi constituída de acordo com os critérios fixados pela Instrução MPS/SPC nº 34/2009, que determina percentuais a serem adotados sobre os valores vencidos e vincendos para o provisionamento de direitos creditórios de liquidação duvidosa. O valor provisionado para perda, por faixa de tempo de inadimplência do mutuário, em 31 de dezembro, está demonstrado a seguir:

Em milhares de Reais

Dias de Atraso	% de Provisão	2019	2018
61 a 120	25	-	14
121 a 240	50	66	44
241 a 360	75	51	46
Acima de 360	100	1.646	2.083
		1.763	2.187





A administração da Entidade tem adotado medidas administrativas e judiciais cabíveis para a recuperação dos créditos provisionados para perda da carteira de empréstimos, bem como critérios mais rígidos na concessão de novos empréstimos.

7.5. OUTROS REALIZÁVEIS

Os valores registrados em outros realizáveis dos investimentos são referentes a créditos decorrentes de ações judiciais. A composição do saldo em 31 de dezembro é como segue:

Em milhares de Reais

	2019	2018
INSS (7.5.1)	2.425	2.326
OFND (7.5.2)	-	69.150
	2.425	71.476

7.5.1. INSS

Registra o crédito em favor da Entidade, em processo movido contra o INSS, visando ao ressarcimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre pagamentos a autônomos. A liquidação do valor exequível foi apurada pelo contador judicial, e a decisão condenatória favorável ao Instituto transitou em julgado. O precatório foi expedido em junho de 2012 e o depósito ocorreu em outubro de 2013, porém o valor foi bloqueado, face ao pedido de substituição do INSS pela União Federal como devedora do precatório, em atendimento às disposições da Lei nº 11.457/2007. Após a substituição processual, o Nucleos foi intimado da decisão que determinou a expedição do alvará de levantamento do valor depositado e que julgou extinto o processo. Entendendo que a atualização do crédito não seguiu os parâmetros fixados na sentença, o Nucleos interpôs recurso dessa decisão e requereu o levantamento do valor depositado. Em dezembro de 2017, o precatório foi cancelado e resgatado pelo devedor, sem autorização judicial, por força da Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017, que determinou o cancelamento dos precatórios federais ainda não levantados pelos credores, depositados há mais de dois anos. Em maio de 2019, o

Ministério Público Federal emitiu parecer opinando pelo conhecimento e provimento do recurso interposto pelo Nucleos, para que seja anulada a sentença e determinado o retorno do processo ao juízo de primeiro grau, visando a manifestação do Contador Judicial sobre as divergências apontadas pelo Nucleos. Aguarda-se o julgamento do recurso do Nucleos, bem como a solicitação do Juízo para a expedição de novo precatório da parte incontroversa. Foi mantida a atualização do crédito pelo rendimento da caderneta de poupança, mesmo critério de remuneração do precatório enquanto esteve depositado, até que haja a manifestação do Juízo sobre a situação do crédito.

7.5.2. OFND

O Instituto, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), foi obrigado a adquirir Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND), o que fez entre dezembro de 1986 e dezembro de 1987.

Essas obrigações eram atualizadas pela variação das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN). Com o advento do Plano Verão, em janeiro de 1989, as OTN foram extintas, passando a atualização a ser feita pelo Índice

de Preços ao Consumidor (IPC). No entanto, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 4 de junho de 1990, comunicou às entidades que o rendimento das OFND passaria a ser indexado ao valor do Bônus do Tesouro Nacional (BTN).

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), representando as suas Associadas, recorreu ao Judiciário para fazer prevalecer o IPC como índice de atualização, por meio do ajuizamento de ação ordinária, em outubro de 1991, contra a União Federal, requerendo o reconhecimento dos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 e fevereiro de 1991. Essa ação transitou em julgado em novembro de 2010, com decisão favorável ao pleito das EFPC.

Pretendendo rediscutir o direito das EFPC aos expurgos inflacionários das OFND, a União Federal ajuizou Ação Rescisória, a qual, em 18 de abril de 2013, foi julgada improcedente pela 7ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região. Contra essa decisão, a União Federal interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário, de competência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), respectivamente. Esses recursos foram admitidos em 27 de maio de 2015, em exame realizado pelo TRF-2ª Região.

A apreciação da matéria no âmbito de competência do STJ se encerrou definitivamente em 2 de abril de 2019, com o julgamento dos Embargos de Divergência opostos pela União Federal contra o acórdão da Primeira Turma do STJ que negou provimento ao Recurso Especial. Com esse resultado, ficou mantido, no STJ, o julgamento do TRF da 2ª Região pela improcedência da ação rescisória movida pela União Federal.

Em 30 de setembro de 2019 foi publicada

decisão proferida pelo Ministro Celso de Mello, Relator do Recurso Extraordinário no STF, pela qual deixou de conhecer do recurso, por considerá-lo "manifestamente inadmissível", com fundamento no art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil. Contra essa decisão a União Federal interpôs Agravo à 2ª Turma do STF, ainda pendente de julgamento.

O Recurso Extraordinário interposto pela União Federal tem por objeto, exclusivamente, questão relacionada à legitimidade da Abrapp para representar suas Associadas como substituta processual na ação ordinária movida em 1991. Sobre esse recurso, entendem os consultores da Entidade, que a União Federal não logrará êxito, pelos seguintes motivos: (i) a Abrapp foi regularmente autorizada por suas Associadas a ajuizar a ação judicial contra a União Federal, atendendo à legislação incidente (art. 6º do Código de Processo Civil e art. 5º, inciso XXI, da Constituição Federal); (ii) a alegada violação, se houvesse, seria meramente reflexa, pois a matéria é disciplinada por lei federal (art. 6º do Código de Processo Civil), e, segundo o entendimento pacífico do STF, somente se admite recurso extraordinário quando a violação é direta e frontal ao texto constitucional; (iii) o julgamento do recurso da União Federal dependeria do reexame de documentos e da revisão de questões atinentes à prova (matéria fática), o que contraria o entendimento sumulado pelo STF, que assim já decidiu - "para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário" (Súmula 279); e (iv) a matéria do recurso extraordinário da União Federal (legitimidade para a propositura da ação) não possui qualquer relevância jurídica para a coletividade, mas tão somente entre as partes do processo, não havendo repercussão geral na forma exigida por lei, requisito de cabimento do recurso extraordinário.

Em relação à liquidação do crédito, em 27



de novembro de 2015, após tentativa infrutífera de promover a execução do julgado em um único processo, a Abrapp distribuiu diversos procedimentos de liquidação de sentença que tem por objeto a execução do crédito das OFND. O processo de liquidação do crédito do Nucleos, em conjunto com outras 6 (seis) entidades, foi distribuído à 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Foi realizada prova pericial, sendo que as partes se manifestaram sobre o laudo pericial, tendo a Abrapp requerido a procedência da liquidação, com a homologação do laudo pelo Juízo. Esse processo encontra-se pendente de julgamento.

Em relação ao reconhecimento contábil, com base no julgamento da ação ordinária, após o trânsito em julgado, o Nucleos efetuou, em novembro de 2010, o registro do valor a receber, no montante de R\$ 29.524, de acordo com o laudo técnico elaborado por consultoria especializada, contratada pela Abrapp. Esse valor foi revertido em dezembro de 2011, conforme determinado pela Previc, por meio do Ofício nº 4680/2011/CGMC/DIACE/PREVIC.

Contra essa determinação, em 15 de dezembro de 2011, o Nucleos moveu ação ordinária em face da Previc, com pedido de antecipação de tutela, especificamente para que fosse declarado nulo e sem efeito o citado Ofício nº 4680/2011/CGMC/DIACE/PREVIC e, com isso, obter autorização judicial para a escrituração contábil do crédito decorrente da correção das OFND.

Em 30 de junho de 2014, o Juízo da 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro julgou procedente a ação ordinária movida pelo Nucleos, declarando a nulidade da determinação contida no aludido ofício, com o consequente reconhecimento do direito do Nucleos de promover a escrituração dos créditos das

OFND, objeto da ação judicial movida pela Abrapp em face da União Federal, já transitada em julgado.

Em 25 de julho de 2014, em decisão integradora proferida no julgamento dos embargos de declaração opostos pelo Nucleos, o Juízo da 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro deferiu o pedido de antecipação de tutela para "determinar o imediato cumprimento do comando sentencial", ou seja, a imediata escrituração dos créditos das OFND, decorrentes da ação ordinária da Abrapp. Pretendendo a reforma da sentença, em outubro de 2014, a Previc interpôs recurso de apelação.

Em agosto de 2014, em atendimento ao comando sentencial e baseado em posicionamento técnico, o Nucleos efetuou a escrituração contábil do crédito, no valor de R\$ 45.114, conforme cálculo elaborado por consultoria externa. O registro do crédito foi mantido nos exercícios seguintes, baseado nas circunstâncias presentes na decisão que embasou o registro inicial, que se mantiveram, como verificado nas decisões do STJ e STF. As demonstrações contábeis com o registro do crédito das OFND foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Nucleos.

Em 22 de outubro de 2019, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, deu provimento ao recurso de apelação da Previc, para reformar a sentença de primeira instância e julgar improcedentes os pedidos formulados pelo Nucleos (acórdão publicado em 21/11/2019). Com isso, perdeu eficácia a tutela judicial que amparou o reconhecimento inicial do crédito das OFND, em 2014, e à manutenção do registro nos exercícios seguintes. Diante desse fato, em 21 de novembro de 2019, foi revertido o saldo contábil do crédito das OFND, no valor de R\$ 71.890.



8. PERMANENTE

O imobilizado é composto por bens utilizados no desempenho das atividades do Núcleo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que consideram a vida útil econômica desses bens, sendo fixado em 10% para móveis e utensílios, 20% para computadores e periféricos, 10% para aparelhos de som e imagem

e 20% para equipamentos de comunicação.

O intangível refere-se a gastos com aquisição de software e/ou direitos de uso de sistemas operacionais de informática e são amortizados à taxa de 20% ao ano ou pelo prazo da licença.

Os valores apresentados são líquidos da depreciação e amortização.

Em milhares de Reais

	31 de dezembro de 2018	Depreciação/amortização	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2019
Imobilizado	736	(155)	2	-	583
Móveis e utensílios	18	(3)	-	-	15
Computadores e periféricos	714	(150)	2	-	566
Aparelhos de som e imagem	3	(1)	-	-	2
Equipamentos de comunicação	1	(1)	-	-	-
Intangível	375	(78)	-	-	297
	1.111	(233)	2	-	880

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Registra os saldos de obrigações oriundas da atividade regular da Entidade, atualizadas até a data do balanço, quando aplicável. A composição do saldo, em 31 de dezembro, é como segue:

Em milhares de Reais

	2019	2018
Gestão previdencial	5.415	4.624
Benefícios a pagar (i)	4.011	3.603
Retenções a recolher	1.403	1.014
Outras exigibilidades	1	7
Gestão administrativa	1.744	1.852
Contas a pagar	978	1.105
Retenções a recolher	570	532
Tributos a recolher	71	84
Outras exigibilidades	125	131
Investimentos	296	246
	7.455	6.722

(i) Saldo atualizado de contribuições não resgatadas ("Reservas Não Pagas"), de participantes com inscrição cancelada no plano de benefícios, na forma do Regulamento.

10. PROVISÕES, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

10.1. PROVISÕES (EXIGÍVEL CONTINGENCIAL)

As provisões para contingências foram re-

gistradas para processos administrativos e judiciais em que a Entidade é parte, cuja avaliação de perda foi considerada "provável" pelos escritórios patronos desses processos. O montante estimado de perda registrado em cada gestão, em 31 de dezembro, é como segue:

Em milhares de Reais

	2019	2018
Gestão previdencial	1.315	1.240
Gestão administrativa	38	43
	1.353	1.283

Os processos/ações envolvem litígios de natureza cível, previdenciária e tributária. Os quadros a seguir apresentam a composição dos valores provisionados por natureza da ação e a gestão envolvida, registrados no exigível contingencial, posição em 31 de dezembro (em milhares de reais):

2019

Natureza da ação	Valor da Provisão (\$)	Por Gestão (\$)	
		Previdencial	Administrativa
Cível-Previdenciária	893	893	-
Trabalhista-Previdenciária	422	422	-
Tributária	38	-	38
	1.353	1.315	38

2018

Natureza da ação	Valor da Provisão (\$)	Por Gestão (\$)	
		Previdencial	Administrativa
Cível	6	-	6
Cível-Previdenciária	793	793	-
Trabalhista-Previdenciária	447	447	-
Tributária	37	-	37
	1.283	1.240	43

As ações de natureza cível-previdenciária e trabalhista-previdenciária visam, principalmente, a revisão de benefícios por participantes assistidos do Plano Básico de Benefícios - PBB, administrado pelo Nucleos.

Há uma ação de natureza tributária com provisão reconhecida e refere-se a honorários de sucumbência em contingências do polo ativo com avaliação de perda provável.

Os depósitos judiciais/recursais vinculados a processos/ações com avaliação de perda provável estão registrados em conta do ativo realizável da gestão previdencial, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2019, monta a R\$ 422 (não há saldo em 2018).

10.2. PASSIVOS CONTINGENTES

O valor estimado e não contabilizado relativo a processos administrativos e judiciais em que a Entidade é parte, cuja avaliação de perda foi considerada "possível" pela administração do Nucleos, baseada na posição dos escritórios que patrocinam esses processos/ações, em 31 de dezembro de 2019, monta a R\$ 14.743 (R\$ 13.394 em 2018).

Os quadros a seguir apresentam a composição dos valores envolvidos nesses processos, por natureza do litígio e gestão (previdencial e investimentos). Não há depósitos judiciais/recursais vinculados a esses processos (em milhares de reais).

2019

Natureza da ação	Valor Envolvido (\$)	Por Gestão (\$)	
		Previdencial	Investimentos
Cível	12.669	-	12.669
Cível-previdenciária	385	385	-
Tributária	1.689	-	1.689
	14.743	385	14.358

2018

Natureza da ação	Valor Envolvido (\$)	Por Gestão (\$)	
		Previdencial	Investimentos
Cível	11.386	-	11.386
Cível-previdenciária	356	356	-
Tributária	1.652	-	1.652
	13.394	356	13.038

O valor envolvido na ação de natureza cível refere-se ao litígio envolvendo a empresa adquirente do imóvel situado em Botafogo-RJ, vendido pelo Nucleos em 2011. Nessa ação, cuja citação ocorreu em abril de 2014, a empresa autora cobra a devolução de parte do valor negociado, fruto das relações contratuais que cercaram a operação. A decisão de primeira instância foi favorável

ao Nucleos, confirmada pela segunda instância, após julgamento de recurso da empresa autora, ocorrido em janeiro de 2016. Contra essa decisão, a empresa autora interpôs Recurso Especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que teve o seguimento negado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), por entender que o recurso não preenchia os



requisitos necessários à sua admissibilidade. Contra a decisão do TJRJ, a empresa autora interpôs Agravo, o qual foi remetido ao STJ e distribuído ao Ministro Relator que, em decisão ocorrida em 9 de novembro de 2016, determinou a conversão do mesmo em Recurso Especial. Aguarda-se o julgamento do Recurso Especial pelo STJ. Não há depósitos judiciais/recursais vinculados ao processo.

As ações de natureza cível-previdenciária visam, principalmente, a revisão de benefícios por participantes assistidos do Plano Básico de Benefícios - PBB, administrado pelo Nucleos.

Na área tributária, o valor envolvido refere-se a um processo administrativo, com exigibilidade suspensa, em que se discute o não reconhecimento de créditos oriundos de pagamentos indevidos ou a maior no âmbito do RET - Regime Especial de Tributação, instituído em 2002 (MP 2.222/2001). O processo administrativo refere-se à manifestação de inconformidade apresentada pelo Nucleos em razão de não homologação ou homologação parcial de declarações de compensação apresentadas em 2005, que foi julgada improcedente pela Receita Federal. Contra essa decisão o Nucleos ingressou com Recurso Voluntário no CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e aguarda julgamento.

10.3. ATIVOS CONTINGENTES

PIS / Cofins

Em junho de 2003 o Nucleos ingressou com ações ordinárias em face da União Federal requerendo a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária quanto às contribuições ao PIS e Cofins exigidos conforme a Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998 e restituição das quantias pagas relativas a

esses tributos, recolhidos à Receita Federal até janeiro de 2015. A ação relativa à Cofins está aguardando o exame de admissibilidade do Recurso Extraordinário e Recurso Especial do Nucleos e do Recurso Especial da União Federal. A ação referente ao PIS está aguardando o julgamento de Repercussão Geral da matéria pelo Supremo Tribunal Federal.

O valor estimado do crédito envolvido nessas ações, em 31 de dezembro de 2019, monta a R\$ 14.659 (R\$ 14.272 em 2018), correspondente aos valores originais pagos, atualizados pela Selic, sendo referente a PIS a quantia de R\$ 2.345 (R\$ 2.285 em 2018) e R\$ 12.314 (R\$ 11.987 em 2018) referente à Cofins. Não há depósitos judiciais vinculados a essas ações.

OFND

O processo de recuperação de créditos relativos à diferença de correção monetária das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND), tratado na Nota 7.5.2, encontra-se pendente de julgamento de recurso, na ação rescisória, pelo Supremo Tribunal Federal. A procedência da liquidação dos créditos está sendo apreciada pela 5ª. Vara Federal do Rio de Janeiro.

11. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

O patrimônio de cobertura do plano, em 31 de dezembro de 2019, monta a R\$ 4.043.660 (R\$ 3.566.509 em 2018), representando o valor do patrimônio, apurado na data do balanço, destinado à cobertura dos compromissos atuariais do Plano Básico de Benefícios - PBB.

11.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Correspondem à diferença entre o valor

atual dos compromissos futuros estabelecidos no Regulamento do Plano Básico de Benefícios - PBB e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daqueles compromissos.

As provisões matemáticas, em 31 de de-

zembro de 2019 e 2018, foram calculadas pela empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda., conforme Parecer Atuarial de 13 de fevereiro de 2020 e de 8 de fevereiro de 2019, respectivamente. A posição em 31 de dezembro é como segue:

Em milhares de Reais

	2019	2018
Benefícios concedidos	2.052.905	1.464.337
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	2.052.905	1.464.337
Valor atual dos benefícios futuros programados	1.776.767	1.241.102
Valor atual dos benefícios futuros não programados	276.138	223.235
Benefícios a conceder	1.713.267	2.000.303
Benefício definido estruturado em regime de capitalização programado	1.574.098	1.857.320
Valor atual dos benefícios futuros programados	2.197.211	2.397.067
(-) Valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras	(364.173)	(306.364)
(-) Valor atual das contribuições futuras dos participantes	(258.940)	(233.383)
Benefício definido estruturado em regime de capitalização não programado	139.169	142.983
Valor atual dos benefícios futuros não programados	184.771	179.146
(-) Valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras	(23.672)	(18.587)
(-) Valor atual das contribuições futuras dos participantes	(21.930)	(17.576)
(-) Provisões matemáticas a constituir	(189)	(5.135)
(-) Serviço passado - patrocinadoras	(189)	(5.135)
	3.765.983	3.459.505

11.1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual dos benefícios futuros dos participantes em gozo de benefício (assistidos), líquido de suas contribuições.

11.1.2. BENEFÍCIOS A CONCEDER

Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes que não estejam em gozo de benefício, deduzido do valor atual das contribuições futuras a serem realizadas pelos participantes e patrocinadoras.

11.1.3. PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR

Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual das contribuições extraordinárias futuras referente a serviço passado. Essas contribuições são destinadas à cobertura de compromissos previdenciais existentes na data da implantação do Plano Básico de Benefícios, de responsabilidade exclusiva das empresas patrocinadoras. O prazo de amortização foi estabelecido em 20 (vinte) anos, com término previsto em novembro de 2020. O pagamento é realizado através de contribuição mensal calculada sobre a

folha de salários das patrocinadoras de empregados participantes do Nucleos, sendo que a taxa foi recalculada a cada plano de custeio considerando o prazo remanescente de amortização. Em virtude dessa forma de amortização, a quitação do serviço passado ocorreu em janeiro de 2020.

11.1.4. PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

As principais hipóteses e premissas atuariais utilizadas na avaliação de 2019 e 2018 estão resumidas a seguir:

	2019	2018
Hipóteses populacionais		
Base de dados	30/06/2019	30/06/2018
Rotatividade (turnover)	Experiência Nucleos 2018	Gama - Experiência Rotatividade Nucleos 2015
Composição familiar - Ativos	Experiência Nucleos 2019	Gama - Experiência Nucleos 2018
Composição familiar - Aposentados	Família real	Família real
Composição familiar - Pensionistas	Família real	Família real
Hipóteses econômico-financeiras		
Taxa real de juros	5,43% ao ano	5,43% ao ano
Crescimento real de salários	2,01% ao ano	2,01% ao ano
Fator de capacidade dos salários	0,9824	0,9824
Fator de capacidade dos benefícios	0,9824	0,9824
Atualização dos salários	Conforme índice da patrocinadora	Conforme índice da patrocinadora
Atualização dos benefícios	INPC	INPC
Hipóteses biométricas		
Mortalidade geral	AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo	AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo
Mortalidade de inválidos	MI-2006, suavizada em 10%, segregada por sexo	AT-1949, agravada em 100%, segregada por sexo
Entrada em invalidez	TASA-1927	TASA-1927
Auxílio-doença	Gama - Experiência Nucleos 2015	Gama - Experiência Nucleos 2015

As premissas adotadas na avaliação atuarial de 2019 para o PBB foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 23 de setembro de 2019.

11.1.5. TAXA REAL DE JUROS ("TAXA DE JUROS")

A taxa de juros é uma das principais premissas

para o cálculo atuarial e corresponde à taxa de desconto utilizada para trazer a valor presente (data do balanço) os fluxos futuros dos compromissos com os participantes, líquidos de suas contribuições e das patrocinadoras, e que estão registrados no balanço sob o título de provisões matemáticas.

A Previc divulga anualmente a taxa de juros

parâmetro e seus limites que devem ser considerados pela Entidade na definição da taxa de juros a ser utilizada na avaliação atuarial, de acordo com a duração do passivo (*duration*) do plano de benefícios e a rentabilidade futura esperada para os seus investimentos.

A duração do passivo (*duration*) corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do plano, líquidos de contribuições sobre esses benefícios.

Para a adoção de determinada taxa real de juros, o Nucleos deve comprovar, por meio de estudo técnico específico, elaborado pelo atuário, que o patrimônio de cobertura do plano de benefícios é capaz de produzir retorno (rentabilidade) compatível com essa taxa.

Para a avaliação atuarial do exercício de 2019, as taxas parâmetro e seus limites, inferior e superior, foram divulgadas pela Previc, por meio da Portaria n° 300, de 12 de abril de 2019 (exercício de 2018 - Portaria n° 363, de 26 de abril de 2018).

A definição da taxa real de juros a ser utilizada na avaliação atuarial do exercício atual tem por base a *duration* apurada na avaliação atuarial do exercício imediatamente anterior.

Dessa forma, para a avaliação atuarial de 2019, foi adotada a taxa real de juros de 5,43%

ao ano, a mesma taxa utilizada em 2018, aderente à rentabilidade futura projetada para os investimentos do Plano Básico de Benefícios - PBB, atestada por estudo técnico elaborado pelo atuário, considerando a *duration* de 16,72 anos para o Plano (16,39 em 2018).

11.1.6. PLANO DE CUSTEIO

Conforme determina a LC 109/2001, o plano de custeio, com periodicidade mínima anual, estabelecerá o nível de contribuições necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.

Atendendo a esse comando normativo, com base na avaliação atuarial anual, o atuário propõe o nível de contribuições indispensável ao equilíbrio e à solvência do Plano, que corresponde ao Plano de Custeio, devendo ser aprovado pelo Conselho Deliberativo e implementado pela Entidade.

De acordo com o custo atuarial apurado na avaliação de 2019, foram determinadas pelo atuário as seguintes taxas de contribuição, aplicáveis na vigência do Plano de Custeio de 2020, aqui apresentadas comparativamente ao plano de custeio imediatamente anterior:

		Plano de Custeio de 2020	2019
	Percentual geral sobre o Salário de Participação	2,83%	2,83%
Participantes Ativos (1)	Percentual incidente sobre a parcela do Salário de Participação que excede meio teto do INSS	2,81%	2,81%
	Percentual incidente sobre a parcela do Salário de Participação que excede um teto do INSS	5,70%	5,70%
Participantes Assistidos	Aposentados que recebem Abono de Aposentadoria (2)	8,00%	8,00%
	Aposentados que não recebem Abono de Aposentadoria, Pensionistas e participantes em auxílio-doença (3)	1,20%	1,20%

Continua na página seguinte

		Plano de Custeio de 2020	2019
Participantes optantes pelo BPD	Contribuição destinada ao custeio administrativo - PGA (Taxa Administrativa) (4)	15,00%	15,00%
	Contribuição destinada ao PBB (cobertura do benefício de pensão por morte) (5)	0,44%	0,40%
	Contribuição destinada ao PBB (cobertura do benefício por invalidez) (5)	0,42%	0,34%
Patrocinadoras	Contribuição normal (Ativos) (6)	Paritária à dos participantes	Paritária à dos participantes
	Contribuição normal (Assistidos que recebem Abono de Aposentadoria) (7)	Paritária à dos assistidos	Paritária à dos assistidos
	Contribuição extraordinária (serviço passado) (8)	0,00%	0,75%

(1) 15% (quinze por cento) das contribuições resultantes da aplicação dos percentuais será destinado ao custeio administrativo.

(2) Aplicada sobre o valor total do benefício, sendo que 15% (quinze por cento) das contribuições resultantes da aplicação do percentual será destinado ao custeio administrativo.

(3) Aplicada sobre o valor total do benefício, inclusive sobre o auxílio-doença, sendo que a contribuição resultante será destinada integralmente ao custeio administrativo. O auxílio-doença é um benefício temporário.

(4) Aplicada sobre o valor da contribuição hipotética, caso o participante estivesse na condição de participante ativo vinculado à patrocinadora, sendo que a contribuição resultante será destinada integralmente ao custeio administrativo.

(5) Aplicada sobre o Salário de Participação hipotético, caso o participante estivesse na condição de participante ativo vinculado à patrocinadora.

(6) 15% (quinze por cento) da contribuição total vertida será destinado ao custeio administrativo.

(7) A patrocinadora não verterá contribuição paritária à contribuição dos assistidos destinada ao custeio administrativo. A contribuição paritária da patrocinadora está limitada à contribuição dos assistidos destinada ao custeio de benefícios do Plano, correspondente à taxa líquida de 6,80% do valor total do benefício.

(8) 15% (quinze por cento) das contribuições resultantes da aplicação do percentual será destinado ao custeio administrativo. A taxa para cobertura do serviço passado é recalculada a cada ano, considerando o prazo remanescente de amortização, cuja previsão de término era novembro de 2020. No entanto, em virtude da amortização não uniforme (taxa sobre a folha de salários), a quitação do serviço passado ocorreu antes desse prazo, encerrando-se a contribuição para esta finalidade em janeiro de 2020.

De acordo com o Plano de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo, a paridade contributiva entre patrocinadoras e participantes ativos é integral, ou seja, alcança as contribuições destinadas à formação das reservas e ao custeio administrativo. Já em relação aos assistidos, a paridade contributiva está limitada à contribuição destinada ao custeio de benefícios do Plano (6,80% sobre o valor total do benefício). A verificação da paridade contributiva estabelecida

no Plano de Custeio será realizada mensalmente e na sua vigência, em conformidade com as normas internas do Núcleos.

O custo total estimado para as patrocinadoras (taxas médias), na vigência do Plano de Custeio, obtido a partir do montante de contribuição dos participantes, calculada individualmente, considerando-se os salários de participação na data da avaliação atuarial, é representado pelas seguintes taxas:



Descrição	Taxa de Contribuição (%)	
	2020	2019
Patrocinadoras	10,19	10,04
Custo normal - participantes ativos (*)	7,70	7,62
Custo normal - participantes assistidos (*)	2,49	1,67
Extraordinária (serviço passado)	-	0,75

(*) Sujeito à verificação da paridade contributiva na forma do Plano de Custeio.

O Plano de Custeio de 2020 foi aprovado pelo Conselho Deliberativo do Nucleos em 10 de fevereiro de 2020 e tem vigência no período de 1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021.

O Plano de Custeio de 2019 foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em 8 de fevereiro de 2019 e tem vigência no período de 1º de abril de 2019 a 31 de março de 2020. Até o fechamento destas notas explicativas, foi cumprido regularmente pelas patrocinadoras, participantes e assistidos. A paridade contributiva, na forma do plano de custeio,

foi verificada por cada patrocinadora e os eventuais ajustes (excesso ou insuficiência de contribuições) foram realizados no momento do aporte dos valores devidos ao Nucleos, procedimento este conferido e validado pelo Nucleos.

11.2. EQUILÍBRIO TÉCNICO

O resultado acumulado realizado da Entidade, que corresponde ao resultado acumulado do Plano Básico de Benefícios, apresenta a seguinte evolução em cada exercício:

Em milhares de Reais

	2019	2018
Superávit acumulado - início do exercício	107.004	263.064
Resultado do exercício [superávit/(déficit)]	170.673	(156.060)
Superávit acumulado - final do exercício	277.677	107.004

O exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 apresenta superávit no período de R\$ 170.673 e superávit acumulado de R\$ 277.677, equivalente a 7,37% das provisões matemáticas (superávit acumulado de R\$ 107.004 em 2018, equivalente a 3,09% das provisões matemáticas).

O crescimento do resultado superavitário no exercício decorre, principalmente, do resultado dos investimentos, cuja rentabilidade foi superior à meta atuarial (rentabilidade de 19,08% - meta atuarial de 10,15%).

O superávit acumulado foi destinado à

constituição da reserva de contingência, nos termos da Resolução CNPC n° 30, de 10 de outubro de 2018, cujo limite é de 25% das provisões matemáticas, considerando a *duration* de 16,13 anos, apurada na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2019.

De acordo com a Resolução CNPC n° 30/2018, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite



calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$. Após atingir esse limite, os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para

a revisão do plano de benefícios.

12. FUNDOS

Os fundos constituídos apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro:

Em milhares de Reais

	2019	2018
Fundos administrativos (12.1)	13.670	12.700
Fundos dos investimentos (12.2)	4.281	3.922
	17.951	16.622

12.1. FUNDO ADMINISTRATIVO

O fundo administrativo é constituído ou revertido pelo resultado (excedente ou insuficiência) apurado na gestão administrativa e o saldo disponível tem por finalidade suprir eventuais necessidades de cobertura de despesas na manutenção das atividades administrativas do Instituto ou em gastos específicos, em conformidade com as disposições do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA). Os recursos são aplicados em investimentos de renda fixa de baixo risco, em conformidade com a Política de Investimentos do PGA, e os respectivos rendimentos foram contabilizados mensalmente e incorporados ao patrimônio do fundo.

12.2. FUNDOS DOS INVESTIMENTOS

Referem-se a fundos constituídos para a cobertura de perdas na carteira de empréstimos, na ocorrência de morte ou inadimplência dos participantes mutuários. O saldo é composto pelo Fundo de Quitação por Morte (FQM) e pelo Fundo de Quitação por Inadimplência (FQI). O FQM tem por objetivo

a quitação de saldos devedores de empréstimo de mutuários que venham a falecer. A finalidade do FQI é a quitação de saldos devedores de empréstimo de mutuários inadimplentes. Os fundos são formados com recursos provenientes de taxas cobradas sobre os empréstimos e são utilizados na forma e condições estabelecidas em regulamento próprio. Os recursos estão aplicados em investimentos de renda fixa de baixo risco e os respectivos rendimentos contabilizados e incorporados mensalmente ao patrimônio desses fundos.

13. AJUSTES E ELIMINAÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO

Os ajustes e eliminações decorrentes do processo de consolidação das demonstrações contábeis, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, são referentes à participação do Plano Básico de Benefícios no Plano de Gestão Administrativa e no Fundo Administrativo do PGA. O detalhamento desses ajustes e eliminações, em cada exercício, está demonstrado nos quadros a seguir (em milhares de reais):

Descrição	PBB	PGA	Ajustes / Eliminações	Consolidado
Ativo	4.068.637	15.452	(13.670)	4.070.419
Disponível	460	6	-	466
Realizável	4.068.177	14.566	(13.670)	4.069.073
Gestão previdencial	409.519	-	-	409.519
Gestão administrativa	13.670	680	(13.670)	680
Investimentos	3.644.988	13.886	-	3.658.874
Permanente	-	880	-	880
Passivo	4.068.637	15.452	(13.670)	4.070.419
Exigível operacional	5.711	1.744	-	7.455
Exigível contingencial	1.315	38	-	1.353
Patrimônio social	4.061.611	13.670	(13.670)	4.061.611
Patrimônio de cobertura do plano	4.043.660	-	-	4.043.660
Provisões matemáticas	3.765.983	-	-	3.765.983
Equilíbrio técnico	277.677	-	-	277.677
Fundos	17.951	13.670	(13.670)	17.951
Fundos administrativos	13.670	13.670	(13.670)	13.670
Fundos dos investimentos	4.281	-	-	4.281

Descrição	PBB	PGA	Ajustes / Eliminações	Consolidado
Ativo	3.589.241	14.595	(12.700)	3.591.136
Disponível	61	6	-	67
Realizável	3.589.180	13.478	(12.700)	3.589.958
Gestão previdencial	403.300	-	-	403.300
Gestão administrativa	12.700	738	(12.700)	738
Investimentos	3.173.180	12.740	-	3.185.920
Permanente	-	1.111	-	1.111
Passivo	3.589.241	14.595	(12.700)	3.591.136
Exigível operacional	4.870	1.852	-	6.722
Exigível contingencial	1.240	43	-	1.283
Patrimônio social	3.583.131	12.700	(12.700)	3.583.131
Patrimônio de cobertura do plano	3.566.509	-	-	3.566.509
Provisões matemáticas	3.459.505	-	-	3.459.505
Equilíbrio técnico	107.004	-	-	107.004
Fundos	16.622	12.700	(12.700)	16.622
Fundos administrativos	12.700	12.700	(12.700)	12.700
Fundos dos investimentos	3.922	-	-	3.922

14. RESULTADOS

14.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

O resultado realizado do Plano Básico de Benefícios - PBB, em cada exercício, é apresentado como segue:

Em milhares de Reais

	2019	2018
Gestão previdencial		
Adições	136.321	138.755
Contribuições previdenciais (i)	96.942	101.646
Patrocinadoras	47.611	52.841
Participantes ativos	37.081	39.562
Participantes assistidos	11.615	8.683
Participantes autopatrocinados	628	553
Participantes em BPD	7	7
Remuneração das contribuições em atraso	69	4
Remuneração das dívidas contratadas	39.275	37.104
INB	16.855	17.144
Nuclep	22.420	19.960
Outras adições	35	1
Deduções	(162.738)	(126.893)
Benefícios de prestação continuada	(161.394)	(125.171)
Aposentadoria programada	(134.808)	(100.846)
Invalidez	(5.207)	(4.309)
Pensão por morte	(14.315)	(12.857)
Auxílio-doença	(7.064)	(7.159)
Institutos	(1.343)	(1.722)
Resgate	(852)	(1.345)
Portabilidade	(408)	(21)
Reserva não paga (ii)	(83)	(356)
Outras deduções	(1)	-
Constituição de contingências	(75)	(616)
Custeio administrativo previdencial	(13.762)	(15.514)
Resultado dos investimentos do PBB	517.405	301.137
Constituição das provisões matemáticas	(306.478)	(452.929)
Superávit/(déficit) do exercício	170.673	(156.060)

(i) Contribuições normais e extraordinárias, conforme o caso.

(ii) Refere-se às contribuições não resgatadas de participantes com inscrição cancelada no plano de benefícios, na forma do Regulamento, registradas em cada exercício.

14.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

O resultado da gestão administrativa, em cada exercício, é apresentado como segue:

Em milhares de Reais

	2019	2018
Gestão administrativa		
Receitas	17.252	16.716
Custeio administrativo previdencial	13.762	15.514
Custeio administrativo dos investimentos	3.408	1.107
Taxa de administração de empréstimos	69	69
Receitas diretas/outras receitas	13	26
Despesas	(17.042)	(16.276)
Pessoal e encargos	(11.338)	(10.669)
Treinamentos/congressos e seminários	(129)	(197)
Viagens e estadias	(126)	(126)
Serviços de terceiros	(2.747)	(2.724)
Despesas gerais	(1.355)	(1.373)
Depreciação/amortização	(233)	(101)
Tributos	(1.114)	(1.086)
Constituição de contingências	(1)	(8)
Resultado dos investimentos do PGA	761	788
Constituição do fundo administrativo	970	1.220

14.3. INVESTIMENTOS

O resultado dos investimentos em cada exercício, posição consolidada, é apresentado como segue:

Em milhares de Reais

	2019	2018
Investimentos		
Rendas/variações líquidas	522.002	303.829
Créditos privados e depósitos	3.106	1.895
Fundos de investimento	596.550	294.547
Renda fixa	202.712	149.600
Ações	251.850	59.385
Multimercado	133.601	79.341
Participações	8.387	6.221
Investimentos imobiliários	(10.099)	715
Aluguel e renda - líquido dos custos	(510)	715
Resultado de reavaliação (perda)	(9.589)	-

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

	2019	2018
Empréstimos a participantes	2.181	1.839
Outros realizáveis/obrigações	(69.736)	4.833
Constituição de contingências	-	(15)
Custeio administrativo dos investimentos	(3.477)	(1.176)
Constituição de fundos dos investimentos	(359)	(713)
Resultado dos investimentos (PBB e PGA)	518.166	301.925
Resultado dos investimentos por plano (PBB/PGA)		
Plano Básico de Benefícios - PBB	517.405	301.137
Plano de Gestão Administrativa - PGA	761	788

15. CUSTEIO ADMINISTRATIVO E RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A Entidade adota a taxa de administração para o custeio das despesas administrativas, cujo limite é de 1% dos recursos garantidores do plano de benefícios no final do exercício a que se referem, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo, nos termos da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

Os recursos garantidores do plano de benefícios são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, conforme Resolução CMN nº 4.661/2018.

O custeio da estrutura administrativa da Entidade foi realizado com recursos das fontes de custeio definidas no Regulamento do PGA e no Orçamento Anual, quais sejam: (i) parcela das contribuições aportadas por patrocinadores e participantes ativos e assistidos destinadas ao custeio adminis-

trativo (no caso de patrocinadores e participantes ativos essa parcela das contribuições corresponde a 15% das contribuições vertidas, conforme definido no Plano de Custeio Atuarial); (ii) receitas administrativas geradas pelo próprio PGA; e (iii) recursos do resultado dos investimentos do plano de benefícios.

O montante de recursos transferidos do PBB ao PGA forma o custeio administrativo que é utilizado na verificação do limite anual de custeio (taxa de administração).

Conforme determina a Instrução MPS/SPC nº 34/2009, as receitas administrativas diretas e outras receitas administrativas do PGA foram consideradas na apuração do limite anual.

No quadro a seguir apresentamos a relação percentual entre o custeio administrativo e as despesas administrativas com os recursos garantidores do Plano Básico de Benefícios - PBB e com o Ativo total da Entidade.

Descrição	2019	2018
Percentual em relação aos recursos garantidores		
Custeio administrativo	0,47%	0,53%
Despesas administrativas	0,47%	0,51%
Percentual em relação ao ativo total		
Custeio administrativo	0,42%	0,46%
Despesas administrativas	0,42%	0,45%
Custeio administrativo total	17.239	16.690
Despesas administrativas totais	17.042	16.276
Recursos garantidores do Plano Básico de Benefícios	3.645.152	3.172.995
Ativo total da Entidade	4.070.419	3.591.136

Em milhares de Reais

A diferença entre o custeio e as despesas administrativas refere-se à cobertura das contingências e à constituição do fundo administrativo.

O rateio das despesas administrativas entre a gestão previdencial e dos investimentos é precedido de análise, observando-se a especificidade, a natureza e a atividade envolvida, podendo ser classificada diretamente na gestão previdencial ou dos investimentos ou rateada com a utilização de percentuais de mão-de-obra aplicada direta ou proporcional em cada atividade da Entidade. Nos exercícios de 2019 e 2018 as despesas administrativas comuns à gestão previdencial e investimentos foram rateadas na razão de 53% e 47%, respectivamente.

16. OUTROS ASSUNTOS

RESOLUÇÃO CGPAR N° 25/2018

Encontra-se em análise na Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), proposta de alteração do Regulamento do PBB, aprovada pelo Conselho Deliberativo do Núcleos e pelas empresas patrocinadoras, em atendimento à Resolução n° 25, de 6 de dezembro de 2018, da Comissão Interministerial de Governança

Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).

Após a aprovação pela SEST, seguindo o procedimento previsto na legislação em vigor, a proposta de alteração será divulgada aos participantes e assistidos e submetida à aprovação da Previc.

Dentre as alterações propostas para a adequação do Regulamento do PBB às diretrizes e parâmetros estabelecidos pela Resolução CGPAR n° 25/2018, podemos destacar: (i) o fechamento do plano a novas adesões; (ii) a exclusão de dispositivos que indiquem percentuais de contribuição para custeio dos planos de benefícios e que estejam incorporados aos seus regulamentos; (iii) a adoção da média dos últimos trinta e seis salários de participação como a base para o cálculo do salário real de benefício da complementação/suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição/serviço; e (iv) a desvinculação dos valores de complementações/suplementações de aposentadorias do valor do benefício pago pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

De acordo com o parecer do atuário responsável pelo PBB e de consultoria jurídica



contratada, a alteração proposta, em análise pela SEST, não traz impacto relevante para o Plano, além de respeitar o direito adquirido e o direito acumulado dos participantes.

Em virtude do fechamento do PBB a novas adesões, as patrocinadoras e o Nucleos estão trabalhando para a criação de novos planos de benefícios, na modalidade contribuição definida (CD), a serem oferecidos

aos empregados não inscritos no PBB e aos novos empregados das patrocinadoras.

A modalidade CD é uma exigência da Resolução CGPAR n° 25, que estabelece que o patrocínio de novos planos de benefícios de previdência complementar pelas empresas estatais federais deverá se dar exclusivamente na modalidade de contribuição definida.

Armando D'Ascenção Silva
Presidente
CPF - 091.710.617-20

Luiz Claudio Levy Cardoso
Diretor Financeiro
CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian
Diretor de Benefícios
CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro
Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2
CPF - 712.625.203-04





05

PARECERES



19. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadoras
NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do Plano de Gestão Administrativa, do ativo líquido do Plano Básico de Benefícios (PBB), da mutação do ativo líquido do Plano Básico de Benefícios (PBB) e das provisões técnicas do Plano Básico de Benefícios (PBB) para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2019 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de

Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável



vel de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de

expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 5 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Anibal Manoel Gonçalves de Oliveira
Contador
CRC 1RJ056588/O-4



MIRADOR 0330/2020 RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2019 DO PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIO (PBB)

1. OBJETIVO

Este documento tem por objetivo apresentar Parecer Atuarial da MIRADOR relativo aos resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2019 do PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB, administrado pelo NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social.

O PBB é um plano de caráter previdenciário, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) nº 1979.0022-74 e estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme normatização expressa na Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005.

A Avaliação Atuarial, conforme disposto no inciso I, art. 2º da Resolução CNPC nº 30/2018, é o estudo técnico desenvolvido por atuário, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), com o objetivo principal de dimensionar os compromissos do plano de benefícios e estabelecer o plano de custeio

de forma a manter o equilíbrio e a solvência atuarial, bem como dimensionar o montante das reservas (provisões) matemáticas e fundos previdenciais.

Para este fim, a Avaliação Atuarial é realizada tendo por base o grupo de ativos, assistidos e beneficiários do plano previdenciário, bem como hipóteses (premissas) biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, estabelecidas previamente e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade em Reunião Extraordinária datada em 23/09/2019, com base em estudos de adequação das hipóteses (premissas) específicos para o plano.

A Avaliação Atuarial do PBB foi procedida pela MIRADOR considerando o disposto no Regulamento e na Nota Técnica Atuarial do plano, tendo como data-base da avaliação 31/12/2019 e data-base do cadastro 30/06/2019.

2. BASE CADASTRAL E PERFIL DO GRUPO

Evolução do Quantitativo de Participantes

Participantes	2018	2019
Ativos	3.263	2.948
Participantes em BPD	2	3
Assistidos	1.533	1.824
Aposentados	1.063	1.351
Aposentados por Invalidez	127	131
Pensionistas	343	342
Outros (cancelados, afastados, etc.)	0	0
Total	4.798	4.775



Idade média dos Participantes

Participantes	2018	2019
Ativos	44,14	43,23
Participantes em BPD	55,00	49,00
Aposentados	68,12	67,60
Aposentados por Invalidez	59,97	59,98
Pensionistas	60,87	62,73
Total	51,08	52,00

3. PREMISSAS E MÉTODOS EMPREGADOS

Premissa	2018	2019
Econômicas/Financeiras		
Taxa Real de Juros	5,43%	5,43%
Fator de Capacidade	98,24%	98,24%
Crescimento Real Salarial	2,01%	2,01%
Taxa de Carregamento	15,00%	15,00%
Biométricas		
Mortalidade Geral	AT-2000 (Suavizada em 10%) M&F	AT-2000 (Suavizada em 10%) M&F
Entrada em Invalidez	TASA - 1927	TASA - 1927
Entrada em Auxílio-Doença	GAMA_EXP NUCLEOS 2015	GAMA_EXP NUCLEOS 2015
Mortalidade de Inválidos	AT-49 (Agravada em 100%) M&F	MI-2006 (-10%) por sexo
Demográficas		
Rotatividade (<i>Turnover</i>)	GAMA - Exp. Rotatividade - NUCLEOS - 2015	Exp - NUCLEOS 2018
Estrutura Familiar	<u>Benefícios a Conceder:</u> Exp. Nucleos 2018 <u>Benefícios Concedidos:</u> Familia Real	<u>Benefícios a Conceder:</u> Exp. Nucleos 2018 <u>Benefícios Concedidos:</u> Familia Real

Benefício	Regime Financeiro	Método de Financiamento
Suplementação da Aposentadoria por Idade*	Capitalização	Agregado
Suplementação da Aposentadoria Especial*	Capitalização	Agregado
Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição*	Capitalização	Agregado
Suplementação da Aposentadoria por Invalidez*	Capitalização	Agregado
Suplementação da Pensão	Capitalização	Agregado
Suplementação do Auxílio Reclusão	Capitalização	Agregado
Suplementação do Auxílio Doença	Capitalização	Agregado
BPD - Benefício Proporcional Diferido	Capitalização	Agregado
Suplementação do Abono Anual	Capitalização	Agregado

* Inclui o custo da reversão do benefício de aposentadoria em pensão aos beneficiários do assistido aposentado na data do óbito.



4. RESULTADO TÉCNICO E ANÁLISE DE SOLVÊNCIA

4.1. Situação Patrimonial do Plano

Conforme valores constantes no balancete de 31/12/2019, a tabela abaixo apresenta a situação patrimonial do PBB.

O resultado técnico do PBB, na posição de 31/12/2018, foi o seguinte:

Patrimônio de Cobertura

Ativo Total	4.068.636.891,39
(-) Exigível Operacional	5.710.479,80
Gestão Previdencial	5.414.771,92
Gestão Administrativa	0,00
Investimentos	295.707,88
(-) Exigível Contingencial	1.315.147,16
Gestão Previdencial	1.315.147,16
Gestão Administrativa	0,00
Investimentos	0,00
(=) Patrimônio Social	4.061.611.264,43
(-) Fundos	17.951.184,91
Previdenciais	0,00
Administrativos	13.670.024,48
Dos investimentos	4.281.160,43
(=) Patrimônio de Cobertura do Plano	4.043.660.079,52

4.2. Resultado Técnico e Análise de Solvência

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, apresentamos os resultados da avaliação atuarial realizada para o PBB.

Passivo Atuarial

PMBC	2.052.905.256,45
Saldo de Conta dos Assistidos	0,00
VABF - Programados	1.776.767.385,16
VABF - Não-Programados	276.137.871,29
VACF Participantes	0,00
VACF Patrocinadores	0,00
PMBaC	1.713.266.442,86
Saldo de contas - parcela patro./inst.	0,00
Saldo de contas - parcela participantes	0,00
VABF - Programados	2.197.210.820,09
VABF - Não-Programados	184.771.019,78
VACF Participantes	(280.869.481,24)
VACF Patrocinadores	(387.845.915,77)
(=) Passivo Atuarial	3.766.171.699,31



Provisões Matemáticas a Constituir

Serviço Passado	(188.736,74)
Patrocinador(es)	(188.736,74)
Participantes	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
(=) Provisões Matemáticas a Constituir	(188.736,74)

Resultado Técnico

Patrimônio de Cobertura	4.043.660.079,52
Provisões Matemáticas	3.765.982.962,57
(+) Passivo Atuarial	3.766.171.699,31
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(188.736,74)
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	277.677.116,95

Resultado Técnico (Ajustado)

Patrimônio de Cobertura	4.043.660.079,52
Provisões Matemáticas	3.765.982.962,57
(+) Passivo Atuarial	3.766.171.699,31
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(188.736,74)
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	277.677.116,95
(+/-) Ajuste Precificação	0,00
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado (Ajustado)	277.677.116,95

4.2.1 Solvência

No encerramento do exercício de 2019, o PBB apresenta um superávit técnico acumulado de R\$ 277.677.116,95, equivalente a 7,37% das provisões matemáticas em Benefício Definido. Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, até o limite de 25,00% das Provisões Matemáticas, não há imposição legal de realizar-se qualquer ação relacionada a este superávit, devendo ser acompanhado o resultado durante o exercício de 2020.

Resultado Contábil

* Situação: Superavitária

* Resultado técnico acumulado: R\$ 277.677.116,95

* *Duration* do Passivo: 16,13 anos

* Limite da Reserva de Contingência (em %):
= Mínimo [25%; 10% + 1% x Duration Passivo] =
25,00% das Provisões Matemáticas
= R\$ 941.495.740,64

* Reserva de Contingência: R\$ 277.677.116,95

* Reserva Especial para Revisão do Plano:
R\$ 0,00

Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA)

* Ajuste de Precificação: R\$ 0,00

* Resultado Técnico Ajustado:
R\$ 277.677.116,95

* % Superávit em relação às Provisões Matemáticas: 7,37%

Conclusão: não há nenhuma ação necessária. O plano apresenta ETA positivo. Ou seja,



considera-se que a sua situação de solvência está equilibrada, dentro dos limites impostos pela legislação vigente.

5. FUNDOS PREVIDENCIAIS

O PBB não apresenta Fundos Previdenciais.

6. RENTABILIDADE DO EXERCÍCIO

A rentabilidade nominal líquida, obtida pelo NUCLEOS na aplicação dos investimentos deste Plano, ao longo de 2019, foi de 19,08% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 10,15%, o que, em termos reais, representou obter 13,98% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,43% ao ano estabelecida para

2019, tomando como indexador base o INPC do IBGE.

Sendo assim, pode-se dizer que os investimentos do plano obtiveram um ganho de 8,11% em comparação com a meta atuarial do exercício de 2019.

7. PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

Para o exercício de 2020 indica-se a manutenção do Plano de Custeio vigente em 2019, com exceção das contribuições da patrocinadora para amortização do serviço passado, uma vez que a dívida será quitada antes do início de vigência deste plano de custeio (01/04/2020).

Plano de Custeio - Custeio Previdenciário

Participantes Ativos ¹	Percentual geral sobre o Salário de participação	2,83%	
	Percentual incidente sobre a parcela do Salário que excede meio Teto do INSS	2,81%	Taxa bruta (15% destinado ao custeio administrativo)
	Percentual incidente sobre a parcela do Salário que excede um Teto do INSS	5,70%	
Patrocinadoras ¹	Contribuição normal (ativos)	Paritária à dos participantes	Taxa bruta (15% destinado ao custeio administrativo)
	Contribuição normal (assistidos que recebem Abono de Aposentadoria)	Paritária à contribuição líquida (6,80% do valor do benefício, destinada ao PBB)	sobre esta contribuição da patrocinadora não haverá taxa de carregamento.
	Contribuição extraordinária (serviço passado)	0,00%	Taxa bruta (15% destinado ao custeio administrativo)
Assistidos ²	Aposentados com Abono de Aposentadoria ³	8,00%	Taxa bruta (15% destinado ao custeio administrativo)
	Aposentados sem Abono de Aposentadoria, Auxílio-doença e Pensionistas	1,20%	100% destinado ao custeio administrativo
Participantes optantes pelo BPD	Contribuição destinada ao custeio administrativo - PGA (Taxa Administrativa)	15,00%	Incidente sobre o valor da contribuição hipotética, caso estivesse na condição de Ativo
	Contribuição destinada ao PBB (cobertura do benefício de pensão por morte)	0,44%	Incidente sobre o Salário de Participação hipotético, caso estivesse na condição de Ativo
	Contribuição destinada ao PBB (cobertura do benefício de invalidez)	0,42%	

¹ Os percentuais apresentados encontram-se brutos de taxa de administração de 15% sobre a contribuição previdenciária. Na execução do plano de custeio a verificação da paridade com a patrocinadora se dará de acordo com a Instrução Normativa Nucleos n° 1, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

² Pensionistas não vertem contribuição relativa ao abono.

³ Percentual de Contribuição incidente sobre o valor do Benefício dos Aposentados que possuem Abono de Aposentadoria, conforme previsto no Plano de Custeio desde a implantação do PBB, informado pelo NUCLEOS.

Taxas Médias	2019	2018
1) Patrocinadora (sobre os salários)	10,19%	10,04%
1.1) Custo Normal - Participantes Ativos (Paridade)	7,70%	7,62%
1.2) Custo Normal - Participantes Assistidos (Paridade)	2,49%	1,67%
1.3) Extraordinária - Serviço Passado	0,00%	0,75%
2) Participantes Ativos (sobre os salários)	7,70%	7,62%
3) Participantes Assistidos (sobre os benefícios)	8,00%	8,00%

Os percentuais acima foram apurados brutos da taxa de carregamento.

8. CONCLUSÃO

Para fins da avaliação atuarial do Plano Básico de Benefícios, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base em 30/06/2019 e posicionado em 31/12/2019. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais foram mantidos os mesmos do ano anterior, com exceção das premissas de Rotatividade, Tábua de Mortalidade de Inválidos e alguns parâmetros da Composição Familiar dos participantes em atividade, e atendem às exigências da Resolução CNPC N° 30, de 10/10/2018.

O plano de benefícios aqui analisado apresenta um resultado técnico superavitário de

R\$ 277.677.116,95, que representa 7,37% das provisões matemáticas. Conforme informado pelo NUCLEOS, o plano não apresenta ajuste de precificação de seus títulos financeiros. Por fim, por este plano apresentar o equilíbrio técnico positivo, considera-se que o mesmo está em situação de equilíbrio econômico-atuarial.

Face ao exposto neste relatório, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano Básico de Benefícios, realizada em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente, informamos que o plano apresenta em 31/12/2019 situação de equilíbrio técnico dentro dos limites mínimos e máximos estabelecidos pelas regras de solvência vigentes.

Colocamo-nos ao inteiro dispor para maiores esclarecimentos e aproveitamos para renovar nossos votos de estima e consideração.

Porto Alegre, 13 de fevereiro de 2020.

Mirador Assessoria Atuarial Ltda.



21. PARECER DO CONSELHO FISCAL

**Emitido na 154ª Reunião do Conselho Fiscal
Realizada em 10 de março de 2020**

Os membros do Conselho Fiscal do Nucleos Instituto de Seguridade Social, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que compreendem o Balanço patrimonial, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, a Demonstração do Ativo Líquido do Plano Básico de Benefícios - PBB, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Básico de Benefícios - PBB, a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano Básico de Benefícios - PBB e as Notas Explicativas às demonstrações contábeis.

Na opinião dos membros do Colegiado, baseada nas análises e conferências realizadas, nas informações e documentos fornecidos pela Entidade, nos estudos de aderência, no relatório da avaliação atuarial, no Parecer Atuarial emitido pela Mirador Assessoria Atuarial Ltda. em 13.02.2020, e no Relatório do Auditor Independente emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes em 05.03.2020, as referidas demonstrações refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do Nucleos Instituto de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2019 e o resultado de suas operações para o exercício findo nessa data, motivo pelo qual recomendam a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo do Nucleos.

Rio de Janeiro, 10 de març o de 2020.

Marcella Ferreira Aires de Souza
Presidente do Conselho Fiscal

Thiago Almeida Ferreira
Conselheiro Titular

Diego Luis Portal Peres
Conselheiro Titular





22. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO



Os membros do Conselho Deliberativo do Nucleos Instituto de Seguridade Social, em sua 194ª Reunião Ordinária, realizada em 23/03/2020, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, compostas por: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa, Demonstrac o do Ativo Líquido do Plano Básico de Benefícios – PBB, Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido do Plano Básico de Benefícios – PBB, Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano Básico de Benefícios – PBB e Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis.

Com base no Relatório do Auditor Independente emitido pela PricewaterhouseCoopers (PwC) em 05.03.2020, no Parecer Atuarial emitido pela Mirador Assessoria Atuarial em 13.02.2020, no Parecer do Conselho Fiscal emitido em 10.03.2020 e nas informa es e esclarecimentos prestados pela Diretoria Financeira, os membros do Colegiado, por unanimidade, aprovaram as referidas demonstra es contábeis por considerar que as mesmas refletem adequadamente a posi o patrimonial e financeira do Nucleos em 31 de dezembro de 2019 e o resultado de suas opera es no exercício encerrado nessa data.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2020.

Ricardo Cesar Quintella Lioy
Presidente do Conselho Deliberativo

Diego Cunha Brum
Conselheiro Titular

Pedro Francisco Dias Calheiros Boite
Conselheiro Titular

Fernando Cesar Braz Teixeira
Conselheiro Titular

Eduardo Zaroni
Conselheiro Titular

Rosângela Vieira Paes da Silva
Conselheira Titular





23. MENSAGEM FINAL

Agradecemos a todos a leitura deste Relatório Anual de Informações 2019.

Para finalizar destacamos os projetos para 2020 do Instituto:

- Implementação do Plano de Contribuição Definida (CD);
- Obtenção do Selo de Autorregulação em Governança Corporativa do sistema Abrapp, Sindapp e ICSS;
- Conclusão da modernização do parque tecnológico do Nucleos;
- Início da adequação do Nucleos à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- Visita do Instituto às patrocinadoras;

* * * * *

Relatório Anual 2019 do Nucleos – Instituto de Seguridade Social
Av. República do Chile, 230/ 15º andar - Ala Sul - Centro
CEP: 20.031-919 - Rio de Janeiro - RJ

Coordenação de produção:
Comunicação Interna do Nucleos

Projeto Gráfico e Editorial:
Plus Interativa
www.plusinterativa.com
(21) 3620-3548 / (21) 3629-6177

Jornalista Responsável:
Ricardo Largman – Reg. MTB 18.288



NUCLEOS

CANAIS DE ATENDIMENTO



0800-024-1997
21 2173-1410
21 2173-1492
21 2173-1493



Av. República do Chile, 230
15º andar/ Ala Sul, Centro - RJ
CEP: 20031-919



atendimento@nucleos.com.br



Horário de atendimento:
de segunda à sexta, de 8h às 17h
CNPJ: 30.022.727/0001.30



NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Av. República do Chile, 230 - 15º andar
Ala Sul, Centro – RJ | CEPa: 20031-919

0800-024-1997 | 21 2173-1410
21 2173-1492 | 21 2173-1493

atendimento@nucleos.com.br

www.nucleos.com.br

